



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

**RESOLUÇÃO Nº 20 DO CONSELHO SUPERIOR,
DE 02 DE MAIO DE 2019.**

Aprova o Relatório Gestor – 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF SERTÃO-PE.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Relatório Gestor – 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação

MARIA LEOPOLDINA VERAS CAMELO
Presidente do Conselho Superior

PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM: 02/05/2019.

Relatório de **Gestão** **2018**



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

Reitora

Maria Leopoldina Veras Camelo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Alexandre Roberto de Souza Correia

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Ricardo Barbosa Bitencourt

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Luciana Cavalcanti Azevedo

Pró-Reitora de Ensino

Maria Marli Melo Neto

Pró-Reitor de Orçamento e Administração

Jean Carlos Coelho de Alencar

Diretora Geral do *Campus* Floresta

Vera Lúcia da Silva Augusto Filha

Diretora Geral do *Campus* Ouricuri

Rejane Rodrigues de Oliveira

Diretor Geral do *Campus* Petrolina

Fabiano Almeida Marinho

Diretora Geral do *Campus* Petrolina Zona Rural

Jane Oliveira Perez

Diretor Geral do *Campus* Salgueiro

Josenildo Forte de Brito

Diretora Geral do *Campus* Santa Maria da Boa Vista

Maria Gomes da Conceição Lira

Diretor Geral do *Campus* Serra Talhada

Kleyton Michell Nunes de Souza

**Comissão responsável pela elaboração do Relatório de Gestão -
exercício 2018**

[Portaria Gabinete da Reitoria nº 29/2019](#)

Fábio Freire Ribeiro do Vale	CgovDI/PRODI – Presidente
Heitor Pereira França da Silva	CgovDI/PRODI
Klemmerson Amariz Gomes	CgovDI/PRODI
Solange Maria Dantas Gomes	Gabinete da Reitoria
Jean Carlos Coelho de Alencar	PROAD
Alexandre Roberto de Souza Correia	PRODI
Maria do Socorro Tavares Cavalcante Vieira	PROEN
Ricardo Barbosa Bitencourt	PROEXT
Luciana Cavalcanti de Azevedo	PROPIP

Mensagem da Reitora, Leopoldina Veras

É grande a nossa satisfação em divulgar à comunidade interna, aos órgãos de controle e a toda a sociedade o Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE) no ano de 2018. Construído a partir do empenho cotidiano dos nossos estudantes, servidores e trabalhadores terceirizados e do envolvimento de diversos setores administrativos e acadêmicos, este relatório alia os resultados, prioridades e perspectivas da gestão à nossa missão institucional e aos nossos objetivos estratégicos.

Atualmente, o IF Sertão-PE oferece uma grande variedade de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação em seus sete *Campi*: Floresta, Ouricuri, Petrolina, Petrolina Zona Rural, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada. A partir da conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas respectivas práticas pedagógicas, temos cumprido importantes objetivos estratégicos, como a promoção de ações de inclusão social, tecnológica e produtiva em sintonia com as realidades locais aliada à melhoria da qualidade do ensino.

Mais do que ofertar cursos, temos como missão institucional promover o desenvolvimento regional sustentável com foco na ciência e tecnologia, formando cidadãos e cidadãos comprometidos com a transformação social. Por isso, temos encarado os desafios de fortalecer a permanência e o êxito dos nossos estudantes, por meio da articulação entre os quatro pilares da educação profissional, científica e tecnológica, quais sejam, o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão.

Além desses objetivos estratégicos, temos a finalidade de otimizar a alocação dos recursos orçamentários disponíveis, promover a expansão e a modernização da infraestrutura física e tecnológica, o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida dos servidores, adequar a força de trabalho de acordo com as necessidades institucionais, atualizar documentos e informações e consolidar a inovação tecnológica, o empreendedorismo e o processo de internacionalização institucional.



Maria Leopoldina Veras Camelo
Reitora do IF Sertão-PE

Prioridades da gestão

Entre os principais resultados alcançados em 2018, destacam-se a concretização de obras de impacto social em diversos campi, o desenvolvimento de sistemas que aprimoram procedimentos administrativos, a criação do primeiro curso de mestrado do IF Sertão-PE, ações de promoção da qualidade de vida de servidores e demais colaboradores, a realização de novas parcerias internacionais e a criação de cursos de idiomas, a concessão de bolsas de iniciação científica e de extensão, a realização de eventos importantes no campo da iniciação científica e da iniciação à docência e o crescimento do Projeto Academia Hacktown, que apresenta alta capilaridade na prospecção de novos e futuros estudantes para o IF Sertão-PE.

Nossa perspectiva é de continuar aperfeiçoando os mecanismos de gestão, transparência e comunicação com a sociedade, elaborando ferramentas que nos ajudem a lidar com os índices de vulnerabilidade socioeconômica do sertão pernambucano. O nosso grande desafio institucional é buscar a melhoria dos indicadores de evasão escolar e ampliar o número de inscritos nos processos seletivos, lançando mão das tecnologias que adéquem os cursos às realidades locais. Temos ainda o desafio orçamentário de conformizar a instituição ao cenário econômico de contingenciamento de recursos, por meio da busca permanente por verbas parlamentares, de bancada, de órgãos de fomento e da otimização dos gastos.

Assim, continuaremos construindo as condições necessárias para uma atuação ativa e transformadora, missão que assumimos desde o nosso nascedouro institucional, em 1983. Em consonância com a celebração do primeiro decanato dos Institutos Federais, comemorado em 2018, hoje temos orgulho de fazer parte de uma rede de instituições unidas para atender às necessidades sociais da comunidade, gerar conhecimento e formar profissionais éticos. Continuaremos seguindo com fé, coragem e disposição para realizarmos nossos sonhos, transformando vidas e construindo um futuro mais promissor.

Lista de Siglas e Abreviações

AUDIN	Auditoria Interna
CGU	Controladoria Geral da União
CODI	Colégio de Dirigentes
CONSUP	Conselho Superior
DINTER	Doutorado Interinstitucional
E-SIC	Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão
E-OUV	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
EBTT	Ensino básico, técnico e tecnológico
IF Sertão-PE	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ISA	Incubadora do Semiárido
MINTER	Mestrado Interinstitucional
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PIQ	Programa Institucional de Qualificação
PIT	Plano Individual de Trabalho
RAINT	Relatório Anual de Auditoria Interna
RAP	Restos a Pagar
RIT	Relatório Individual de Trabalho
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União

Lista de Figuras

Figura 1 – Missão, visão e valores do IF Sertão-PE	9
Figura 2 – Organograma geral do IF Sertão-PE	10
Figura 3 – Oportunidades e ameaças ao IF Sertão-PE	13
Figura 4 – Modelo de negócio do IF Sertão-PE	14
Figura 5 – Perspectivas e objetivos estratégicos do IF Sertão-PE	15
Figura 6 – Modelo de governança do IF Sertão-PE	16
Figura 7 – Resultado das manifestações pela Ouvidoria do IF Sertão-PE em 2018	18
Figura 8 – Principais temas das manifestações pelo e-SIC	19
Figura 9 – Diagrama de verificação de risco	21
Figura 10 – Tipos de risco e conceitos utilizados	23
Figura 11 – Grupos de eventos segundo os tipos de risco	24
Figura 12 – Diagrama de relações entre os grupos dos eventos de maior risco e os objetivos estratégicos da instituição	25
Figura 13 – Distribuição do orçamento de custeio por ação de Governo	53
Figura 14 – Dotação Orçamentária de Custeio vs Liberação de Limite Orçamentário	53
Figura 15 – Dotação Orçamentária de Investimento vs Liberação de Limite Orçamentário	53
Figura 16 – Evolução da Matriz Conif nos últimos três anos	54
Figura 17 – Evolução das despesas empenhadas	54
Figura 18 – Evolução das despesas pagas	54
Figura 19 – Despesas pagas de RAP	54
Figura 20 – Despesas empenhadas vs pagas	55
Figura 21 – Despesas por elemento de despesa – Pessoal e encargos sociais	55

Lista de Figuras

Figura 22 – Despesas por elemento de despesa – Outras despesas correntes	55
Figura 23 – Despesas por elemento de despesa – Investimento	55
Figura 24 – Servidores segundo o sexo e a categoria	56
Figura 25 – Servidores do IF Sertão-PE segundo a unidade	56
Figura 26 – Evolução do quadro de servidores	56
Figura 27 – Taxa de crescimento do quadro de servidores	57
Figura 28 – Abono permanência e faixa etária dos servidores	57
Figura 29 – Faixa salarial dos servidores do IF Sertão-PE	57
Figura 30 – Servidores contratados por concurso público	57
Figura 31 – Evolução das despesas com pessoal	58
Figura 32 – Evolução das Despesas Empenhadas com Contrações Diretas	61
Figura 33 – Participação das Contratações nas Despesas	61
Figura 34 – Distribuição das Despesas nas Contratações por Pregão	62
Figura 35 – Evolução dos recursos aplicados em TI	65
Figura 36 – Matriz de materialidade	84
Figura 37 – Recomendações da CGU pelo sistema Monitor	86
Figura 38 – Relação de ingressos por matrícula atendida (RIM)	87
Figura 39 – Relação de concluintes por matrícula atendida (RCM)	87
Figura 40 – Relação matrícula por professor (RAP)	87
Figura 41 – Matriculados de acordo com a renda familiar per capita (RFP)	87

1

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Missão, visão e valores.....	9
Organograma geral do IF Sertão-PE.....	10
Modelo de negócio.....	14

2

Planejamento Estratégico e Governança

Mapa Estratégico	15
Estrutura de Governança	16
Principais canais de comunicação com a sociedade	18

3

Gestão de Riscos e Controles Internos

Classificação dos eventos de alto risco.....	22
Tipos de risco.....	23
Relação entre eventos e objetivos estratégicos.....	25

4

Resultados da Gestão

Obj. estratégicos, estratégias e principais ações.....	26 – 52
--	---------

5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Gestão orçamentária e financeira	53
Gestão de pessoas	56
Gestão de licitações e contratos	60
Gestão patrimonial e infraestrutura	63
Gestão de tecnologia da informação	65
Gestão de custos	66
Sustentabilidade ambiental	67

6

Demonstrações Contábeis

Declaração da contadora	69
Demonstrações contábeis e notas explicativas	70 – 83

7

Outras Informações Relevantes

Determinação da materialidade das informações	84
Tratamento de determinações e recomend. do TCU	85
Tratamento de recomend. do órgão de controle interno	86
Indicadores do Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário	87

8

Anexos e Apêndices

APÊNDICE A – Índices utilizados nos Resultados da Gestão	88
ANEXO A – Formulário para o cálculo do Índice de aperfeiçoamento da utilização documental	90

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE – foi criado por meio da Lei nº 11.892 de 29/12/2008, dotado de natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica.

Em conformidade com a citada Lei, o IF Sertão-PE tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

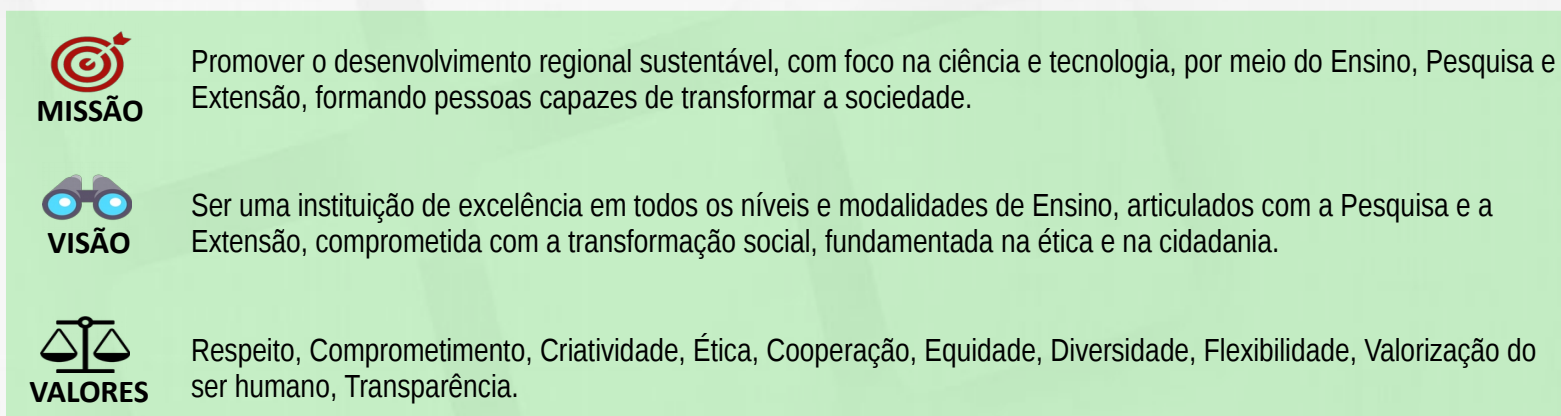


Figura 1 - Missão, visão e valores do IF Sertão-PE.

A Figura 2 mostra a estrutura organizacional resumida do IF Sertão-PE.

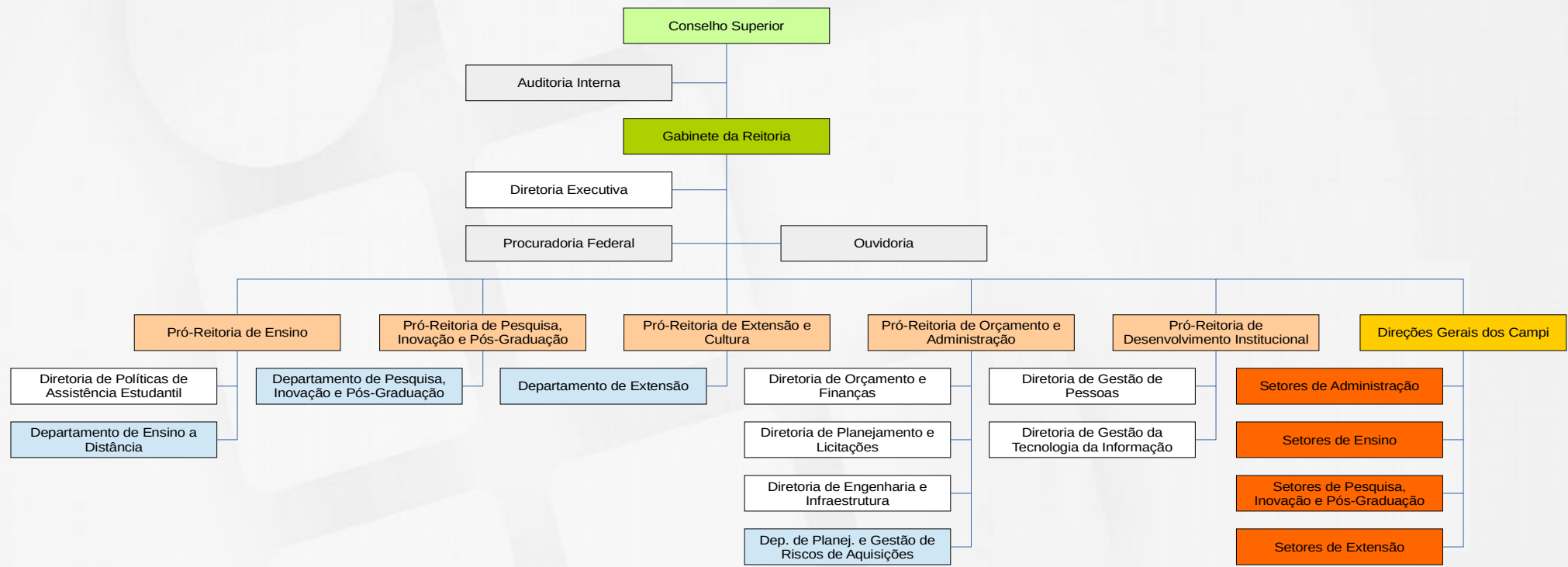


Figura 2 – Organograma geral do IF Sertão-PE.

Mais informações no link:

<https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/a-instituicao/acesso-a-informacao?id=1194>



Solange Maria Dantas Gomes

Diretoria Executiva do Gabinete da Reitoria

Coordenar todas as atividades que se relacionem com o necessário apoio administrativo à Reitora.



Maria Marli Melo Neto

Pró-Reitoria de Ensino - PROEN

Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações e políticas do ensino, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, acompanhando a implementação destas políticas e avaliando o seu desenvolvimento.



Luciana Cavalcanti Azevedo

Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - PROPIP

Articular a pesquisa, o ensino, a extensão e a inovação para o desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico, promovendo o desenvolvimento de tecnologias de baixo custo e alto impacto social de produtos competitivos e elevado valor agregado, e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e a inclusão social.



Ricardo Barbosa Bitencourt

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXT

Desenvolver ações que contribuam para a sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica da região onde atua, interagindo continuamente com o seu entorno, num processo de comunicação que, de acordo com a acepção freireana, implica na “coparticipação de sujeitos no ato de pensar sobre o objeto”, “numa reciprocidade que não pode ser rompida”.



Jean Carlos Coelho de Alencar

Pró-Reitoria de Orçamento e Administração - PROAD

Planejar, coordenar e executar, em nível tático e operacional, a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como as atividades relativas à administração de bens e serviços do IF Sertão-PE, elaborar os projetos de infraestrutura e executar as licitações e os contratos.



Alexandre Roberto de Souza Correia

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI

Coordenar a elaboração do planejamento estratégico institucional, da prestação anual de contas, prover soluções tecnológicas para dar suporte às atividades administrativas e acadêmicas, coordenar projetos e atividades relacionados à seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores.

Direções Gerais dos Campi

Planejam, administram e supervisionam todas as atividades do *Campus*.

Fabiano de Almeida Marinho
Diretor Geral do Campus Petrolina



Vera Lúcia da Silva Augusto Filha
Diretora Geral do Campus Floresta



Jane Oliveira Perez
Diretora Geral do Campus Petrolina Zona Rural



Rejane Rodrigues de Oliveira
Diretora Geral do Campus Ouricuri



Josenildo Forte de Brito
Diretor Geral do Campus Salgueiro



Kleyton Michell Nunes de Souza
Diretor Geral do Campus Serra Talhada



Maria Gomes da Conceição Lira
Diretora Geral do Campus Santa Maria da Boa Vista



O Sertão Pernambucano abrange a faixa territorial de Afrânio, a oeste, a Arcoverde, a leste, e corresponde a 60% da área total do estado de Pernambuco. De clima semiárido e chuvas escassas (entre 50 e 300mm por ano), sua base econômica é agropecuária, onde o conjunto de municípios gera uma renda que representa 12% do que é gerado no estado. A inospitalidade climática que dificulta a geração de renda também provoca certa estagnação populacional, que corresponde a 18% do total de Pernambuco. A presença marcante de domicílios rurais (40%) também dificulta o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento básico, uma vez que os caminhos são longos e, muitas vezes, não pavimentados, além da ausência de

transporte público adequado. Esses fatores, entre outros, que caracterizam uma elevada parcela da população em situação de vulnerabilidade e defasagem escolar, dificultam a geração de valor por parte da instituição, provocando elevadas taxas de evasão, retenção do fluxo escolar e deficiências nas demandas pelos cursos.

O município de Petrolina é o que possui maior destaque na economia, beneficiado pela fruticultura irrigada, viabilizada pelo Rio São Francisco, e, devido a isso, também possui a maior concentração populacional da região, que corresponde a 20% do total e onde 75% da população vive no meio urbano.

A Figura 3 mostra as oportunidades e ameaças ao IF Sertão-PE.

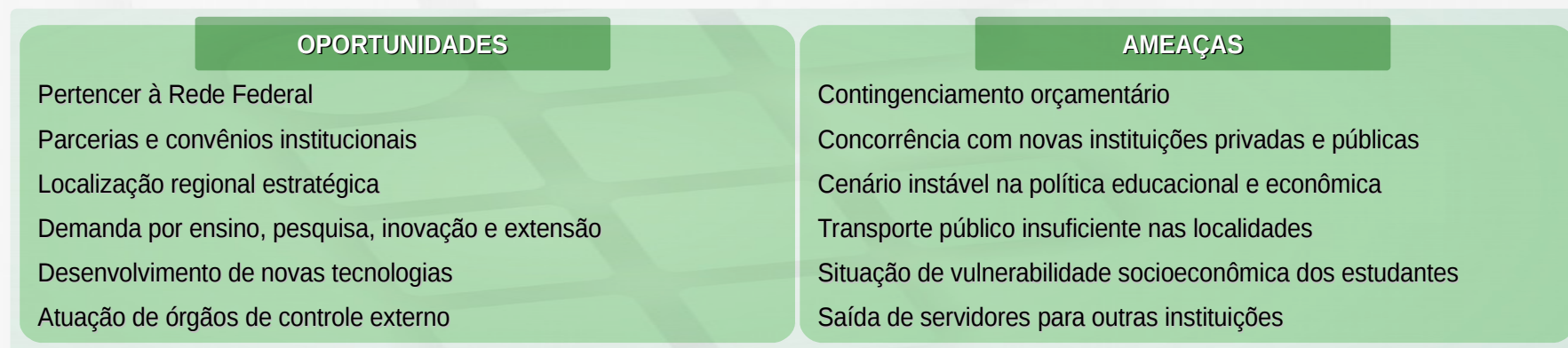


Figura 3 - Oportunidades e ameaças ao IF Sertão-PE.

O IF Sertão-PE, por meio de seus servidores, buscando sua capacitação e qualificação, e recursos orçamentários, buscando a captação de créditos adicionais, investe na sua infraestrutura, construindo e melhorando suas unidades e adquirindo equipamentos tecnológicos necessários. Através de suas parcerias, políticas inclusivas e afirmativas, políticas de ensino, pesquisa, inovação e extensão, e buscando aprimorar sua comunicação com a sociedade, proporciona a formação de cidadãos capazes de transformar a sociedade em que vivem, reduzin-

do as desigualdades regionais, interiorizando e socializando o conhecimento, popularizando a ciência e a tecnologia, desenvolvendo os arranjos produtivos sociais e culturais locais. Os cursos ofertados pelo IF Sertão-PE, nos moldes da Lei nº 11.892/2008, estão presentes em diversas modalidades e focam os cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas, e também na educação de jovens e adultos.



Figura 4 – Modelo de negócios IF Sertão-PE.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 Mapa estratégico

O [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\) 2014-2018](#) foi concebido sem a construção de um mapa estratégico, este foi desenvolvido no relatório de gestão 2018 focando nos principais objetivos estratégicos presentes no referido planejamento como forma de apresentar a visão estratégica para o período. A proposta de mapa estratégico do IF Sertão-PE foi elaborada com base nos conceitos do Balanced Scorecard (BSC).

A Figura 5 apresenta os principais objetivos estratégicos do IF Sertão-PE.

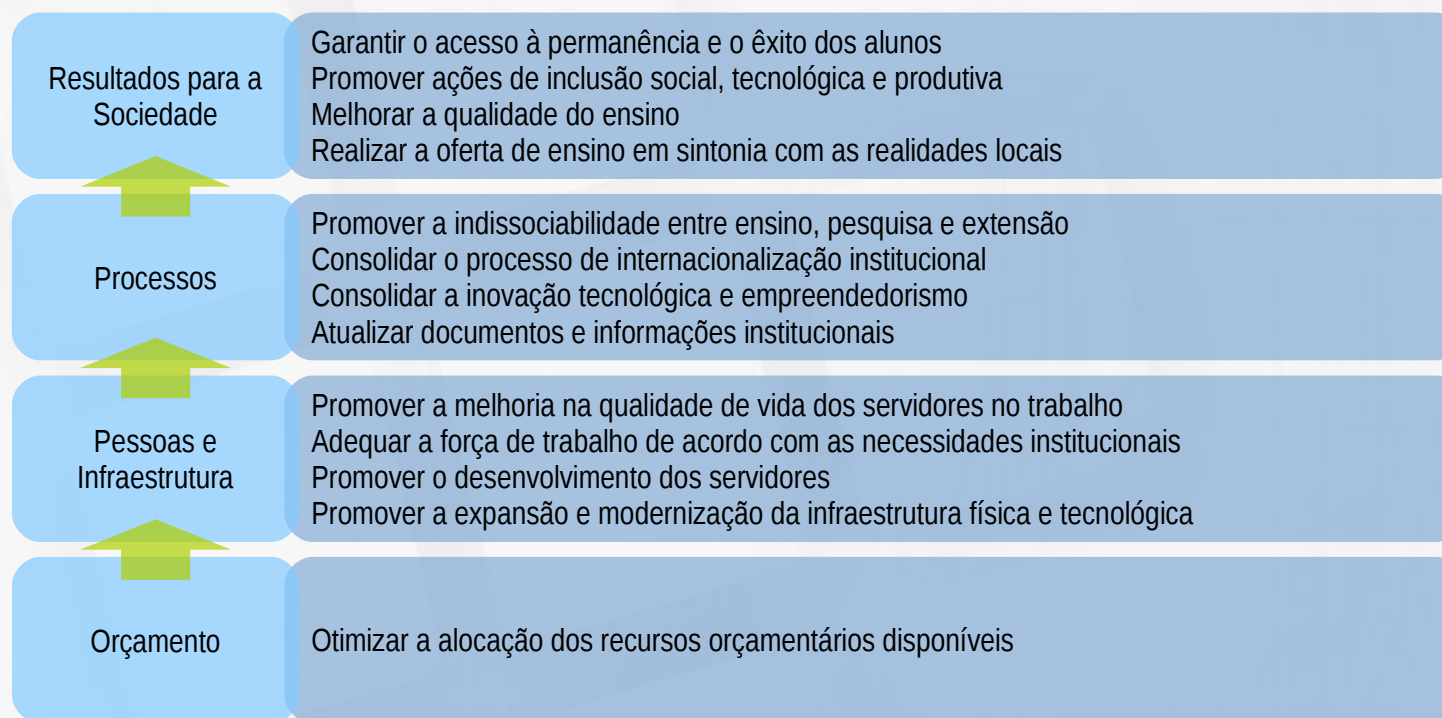


Figura 5 - Perspectivas e objetivos estratégicos do IF Sertão-PE.

2.2 Descrição da estrutura de governança

O modelo de governança retrata a forma como diversos atores se organizam e interagem, em busca da construção de uma adequada governança institucional.

A sociedade atua na fiscalização das ações e com representatividade na tomada de decisões do instituto. As instituições vinculantes, como ministérios da educação e do planejamento, atuam na normatização de diretrizes e processos de negócio.

As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU).

A estrutura interna de governança do IF Sertão-PE segue as definições da [Lei nº 11.892](#), de 29 de dezembro de 2008, seu [Estatuto](#), publicado em 19 de março de 2019, e seu [Regimento Geral](#), aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 60, de 28 de dezembro de 2011. O [Conselho Superior](#) é o órgão máximo de governança, de caráter consultivo e deliberativo, sendo presidido pela Reitora.

As instâncias internas de apoio à governança possuem entidades que atuam na definição de estratégias para o alcance dos objetivos institucionais, na segurança da informação, na comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, na avaliação institucional e na avaliação e monitoramento de riscos e controles internos, são as seguintes: o Colégio de Dirigentes, o Conselho do *Campus*, [Comitê de Administração e Planejamento](#); o [Comitê Gestor de TI](#); o [Comitê Gestor de Segurança da Informação](#); o Comitê de Ensino; o Comitê de Pesquisa; o [Comitê de Extensão e Cultura](#); o Comitê de Gestão de Pessoas; a [Ouvidoria](#), a [Comissão Permanente de Avaliação](#) e a [Auditoria Interna](#).

A Figura 6 apresenta o modelo de governança do IF Sertão-PE, com a representação dos principais agentes internos e externos.



Figura 6 - Modelo de governança do IF Sertão-PE.

2.2.1 Atuação da unidade de auditoria interna

O setor de [Auditoria Interna \(AUDIN\)](#) do IF Sertão-PE fica centralizada na Reitoria, na cidade de Petrolina-PE, sendo diretamente subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo do Instituto, de acordo com a Resolução nº 23 do Conselho Superior do IF Sertão-PE, de 31 de julho de 2017.

A AUDIN é um órgão que desenvolve uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para auxiliar o instituto a alcançar seus objetivos, por meio do assessoramento, orientação, acompanhamento e avaliação dos atos de gestão praticados no âmbito do IF Sertão-PE e apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional.

Assim, a Auditoria Interna atua com o fim de agregar valor e melhorar as operações da Instituição, como também buscando auxiliar na realização de seus objetivos, avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos, de integridade e de controles internos.

Para tanto, baseia-se nas normas técnicas aplicadas à auditoria de órgãos governamentais, na legislação disciplinadora de cada matéria submetida à auditoria e, primordialmente, nos ditames presentes no ordenamento constitucional pátrio e princípios norteadores da função administrativa do Estado.

Atuaram na AUDIN em 2018 seis servidores, sendo cinco auditores e uma assistente em administração. O [Plano Anual de Auditoria Interna \(PAINT\)](#), para o exercício de 2018, foi aprovado pela Resolução nº 23 do Conselho Superior do IF Sertão-PE, de 23 de janeiro de 2018.

Os resultados do [Relatório Anual de Auditoria Interna \(RAINT\) de 2018](#) serão aprovados pelo Conselho Superior do instituto.

2.2.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Com o objetivo de averiguação e aperfeiçoar a prestação dos serviços ofertados, o IF Sertão-PE, por meio do Gabinete da Reitoria, realizou uma sequência de ações de correição em 2018, conforme segue:

1- Abertura de procedimentos para investigação de irregularidades praticadas pelos seus agentes públicos, o qual segue o seguinte trâmite: Ciência da Irregularidade pela autoridade superior – Formação de Comissão – Parecer Jurídico – Decisão Administrativa da Autoridade Instauradora.

Processos Administrativos de Apuração

Situação	Quantidade
Julgado	6
Encaminhado para julgamento	2
Instauração/instrução	2
Anulado por decisão administrativa	1
Total	11

2- Designou o Grupo de trabalho responsável por realizar levantamento e triagem de processos administrativos disciplinares no âmbito do IF Sertão-PE, por meio da [Portaria nº 465, de 09 de agosto de 2018](#).

3 – Instituiu a Coordenação de Correição na estrutura organizacional do Gabinete da Reitoria, a fim de gerenciar as informações de procedimentos disciplinares.

2.2.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Com o objetivo de averiguação e responsabilização de servidores por eventuais danos ao Erário, o IF Sertão-PE abriu, em 2018, 17 processos administrativos, conforme disposto no quadro abaixo:

Processos de Ressarcimento por dano ao Erário

Situação	Quantidade
Finalizados	10
Em Andamento	5
Cancelados	2
Total	17

2.3 Principais canais de comunicação com a sociedade

O IF Sertão-PE vem buscando instituir canais de diálogo com a população. Esses canais são fundamentais para a participação social e o aprimoramento da Administração do Bem Público. São eles: Ouvidoria; e-SIC; e-mails; e lista de telefones dos setores, bem como o “Fale Conosco”, todos disponíveis no site institucional. Além das redes sociais digitais como o facebook e o instagram.

O IF Sertão-PE também vem buscando adotar mecanismos de transparência e controle social, disponibilizando dados de informações institucionais através de canais de comunicação, como, por exemplo: Cartas de Serviços, publicação do Plano de Dados Abertos, página de acesso à informação e o site institucional.

2.3.1 Resultados dos serviços da Ouvidoria

No IF Sertão-PE, a [Ouvidoria](#) foi institucionalizada formalmente no organograma em 16/01/2018, por meio da [Resolução CONSUP nº 02/2018](#). No mesmo mês, a instituição também passou a adotar o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal ([e-Ouv](#)).

Tais iniciativas buscaram fortalecer os mecanismos de participação direta dos cidadãos com o IF Sertão-PE, visando à construção de espaços plurais, de diálogo e de negociações, de modo que as manifestações realizadas pela população à Ouvidoria possam servir de diretrizes para melhoria dos serviços da instituição. Assim, a Ouvidoria foi criada com o intuito de aproximar o IF Sertão-PE da sociedade em geral.

Durante o ano de 2018, o IF Sertão-PE recebeu 48 manifestações do público interno e externo, classificados da forma como apresentada na Figura 7.

Ressalta-se, também, que o IF Sertão-PE não possui registro de descumprimento do atendimento das manifestações.

Os fluxos dos processos de manifestações pela Ouvidoria do IF Sertão-PE podem ser acessados pelo seguinte link:

<https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/carta-de-servicos>.

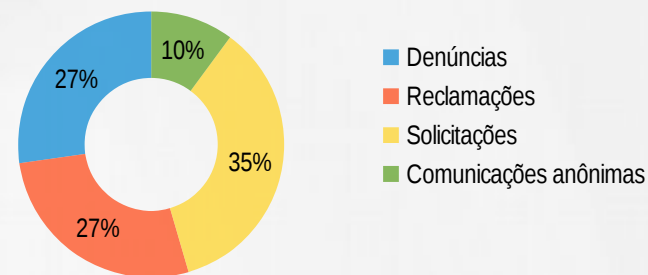


Figura 7 - Resultado das manifestações pela Ouvidoria do IF Sertão-PE em 2018.

2.3.2 Resultados da Lei de Acesso à Informação

A [Lei nº 12.527/2011](#), mais conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

No IF Sertão-PE, o [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#) envolve o recebimento, o registro e a resposta aos pedidos com base na LAI; o atendimento e orientação ao público quanto ao acesso à informação; e a informação sobre a tramitação de documentos da instituição. A Ouvidoria é o setor responsável pela realização desse serviço.

Os pedidos podem ser feitos através dos seguintes meios:

- I - eletronicamente, por meio do sistema [e-SIC](#);
- II - por meio de correspondência física, para o endereço: Rua Aristarco Lopes, 240 – Centro, CEP: 56.302-100 | Petrolina/PE ; ou
- III - presencialmente, no SIC da reitoria do IF Sertão-PE.

O fluxo das manifestações pelo e-SIC pode ser acessado pelo seguinte link:

<https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/E-SIC/processo-sic%20.png>.

Em 2018, foram realizados 138 pedidos de acesso à informação, sendo todos eles através do e-SIC, sendo os principais temas abordados apresentados na Figura 8.

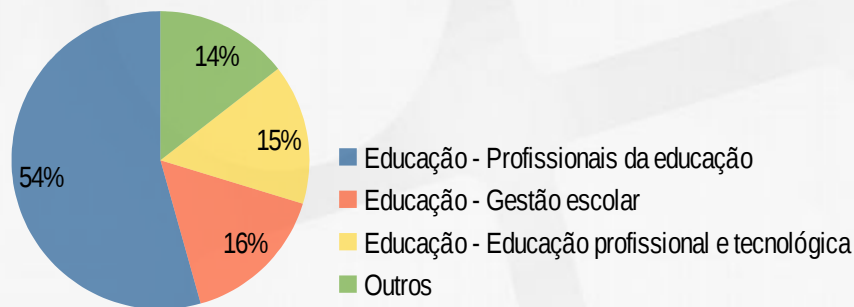


Figura 8 - Principais temas das manifestações pelo e-SIC.

2.3.3 Formas de participação cidadã nos processos decisórios

Com o intuito de fortalecer a governança institucional e tomar decisões sempre buscando o alinhamento com as necessidades da sociedade assistida pelo instituto, no quadro de membros do [Conselho Superior](#) se fazem presentes dois representantes da sociedade civil. Desta forma, com o pleno funcionamento do referido conselho, a sociedade civil passa a ter um papel importante na tomada de decisões, na defesa dos princípios que regem a Administração Pública e na defesa da qualidade de ensino, pesquisa e extensão ofertados para os cidadãos.

A representação da sociedade civil também se faz presente nos [Conselhos de Campus](#), órgão consultivo e deliberativo cuja finalidade é colaborar para o aperfeiçoamento dos processos educativo, administrativo e orçamentário-financeiro e, ainda, zelar pela correta execução das políticas do IF Sertão-PE, nos *Campi*.

2.3.4 Cartas de serviços ao cidadão

Outro instrumento de comunicação com a sociedade são as cartas de serviços aos usuários, estas têm como objetivo informar os serviços prestados pela instituição, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Mediante a [Resolução CONSUP nº 37/2018](#), foi instituído o modelo que deve ser seguido pelos *Campi* para elaboração de suas cartas de serviço, o modelo está em conformidade com o [Decreto nº 9.094/2018](#), que atualiza algumas premissas sobre a temática. Abaixo são disponibilizados os links das cartas de serviços já elaboradas pelas unidades em conformidade com o novo modelo:



A carta de serviços da Reitoria foi elaborada e encontra-se em tramitação nos órgãos colegiados para revisão, aprovação e publicação.

2.3.4 Principais eventos ou diálogos públicos promovidos

VIII Redescobindo a Caatinga

Data: de 24 a 27 de abril

Teve como objetivo apresentar o bioma caatinga e suas riquezas, além de discutir a percepção ambiental de pesquisadores, alunos, comunidades, instituições públicas e privadas.

Parceria com a Universidade de Pernambuco

5º Encontro Nacional de propriedade Intelectual

Data: de 10 a 12 de maio

Teve como objetivo reunir pesquisadores que trabalham com inovação tecnológica das Universidades e Institutos Federais, para discutir temáticas atuais sobre a área.

I Simpósio Iberoamericano sobre marcas de qualidade de produtos cárneos e identificação geográfica (I SIACARNE)

Data: de 18 a 20 de junho

Teve como objetivo compreender as marcas de qualidade de produtos cárneos e identificação geográfica com foco na manta caprina do Vale do São Francisco.

Parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco

IV Jornada Iberoamericana sobre Meio Ambiente

Data: de 18 a 22 de junho

Teve como objetivo reunir pesquisadores ambientais da América Latina para apresentação de pesquisas de alto impacto na área socioambiental.

Parceria com a REIMA (Equador)

II Simpósio do Bioma Caatinga (II SIBIC)

Data: de 30 de julho a 03 de agosto

Teve como objetivo reunir a comunidade científica, gestores públicos e a sociedade civil, para debater e compreender melhor a dinâmica dos processos ecológicos da Caatinga.

Parceria com a Embrapa

XIV Festa do Tamarindo

Data: de 31 de agosto a 02 de setembro

Evento cultural que valorizou a gastronomia regional em torno do tamarindeiro, árvore símbolo do lugar, gerando oportunidade de trabalho e renda para as comunidades circunvizinhas.

Parceria com a ONG Comissão de Revitalização de Caboclo

IV Encontro de Pós-Graduação e de Líderes de Grupos de Pesquisa

Data: 19 de outubro

Teve como objetivo promover debates e atualizações, relacionadas aos temas da pesquisa e pós-graduação dentro do IF Sertão-PE.

XIII Jornada de Iniciação Científica e de Extensão e VI Jornada de Iniciação à Docência (JINCE/JID)

Data: de 19 a 20 de outubro

Evento institucional com objetivo de valorizar os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão possibilitando a oportunidade de exposição de trabalhos desenvolvidos pela comunidade interna.

I Congresso Brasileiro de Saúde em Libras

Data: de 22 a 24 de novembro

Teve como objetivo atuar na formação de estudantes e profissionais de saúde e das mais variadas áreas do conhecimento, no tocante ao atendimento digno à pessoa surda.

Parceria com a Univasf, UFPE e UFBA

V Mostra de Inovação Tecnológica

Data: 20 de outubro

Teve como objetivo expor os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do IF Sertão-PE relacionados com a inovação tecnológica.

Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI)

Data: de 27 a 30 de Novembro

O evento teve como objetivo impulsionar e difundir a produção na área de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Parceria com o Instituto Federal de Pernambuco

IV Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Interdisciplinar (IV COBEAI)

Data: de 04 a 06 de dezembro

Teve como objetivo reunir a comunidade acadêmica-científica preocupada com as questões ambientais na busca de mitigar impactos e danos ambientais nos diversos territórios.

Parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco

3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos no IF Sertão-PE não foi realizada de forma sistematizada no ano de 2018, inviabilizando a comparação e a definição do grau de risco das atividades, como foi relatado no Plano Anual de Auditoria Interna – [PAINT 2018](#). Dessa forma, a referência aos riscos e os processos de trabalho correspondentes, bem como a metodologia, estão registrados no [PAINT 2019](#), embora as medidas para mitigação dos mesmos não tenham sido realizadas com base no levantamento desse documento. Entretanto, muitos dos principais riscos, mesmo que não formalmente registrados, já são de conhecimento do IF Sertão-PE.

Para o levantamento dos riscos, foram identificados os processos de trabalho passíveis de auditoria, com a indicação dos principais eventos que pudessem afetar negativamente cada processo. Em cada um desses eventos, foram apurados seus respectivos riscos por meio da multiplicação matemática entre a probabilidade de ocorrência dos eventos e a média do impacto, sendo esta definida pela gestão e pelo setor de auditoria interna, alcançando os valores correspondentes ao risco de cada um dos eventos. Seus níveis são definidos de acordo com a Figura 9, retirada do PAINT 2019, cuja pontuação pode ir de 01 a 25, onde o maior valor corresponde ao maior risco.

Essas informações subsidiarão o processo de tomada de decisões da gestão do IF Sertão-PE para o ano de 2019, bem como contribuirá para o amadurecimento institucional na elaboração e execução de seus planos estratégicos, táticos e operacionais.

Os riscos foram classificados segundo 9 tipos (estratégico, financeiro, operacional, de conformidade, ambiental, social, tecnológico, regulatório e de mercado), apresentados na Figura 10.

Ao todo, foram identificados 370 eventos que podem afetar negativamente os 56 processos de trabalho relacionados. A amostra no presente relatório selecionou os 34 eventos mais graves, que obtiveram um escore de nível de risco acima de 17 pontos, classificados em 12 diferentes grupos.

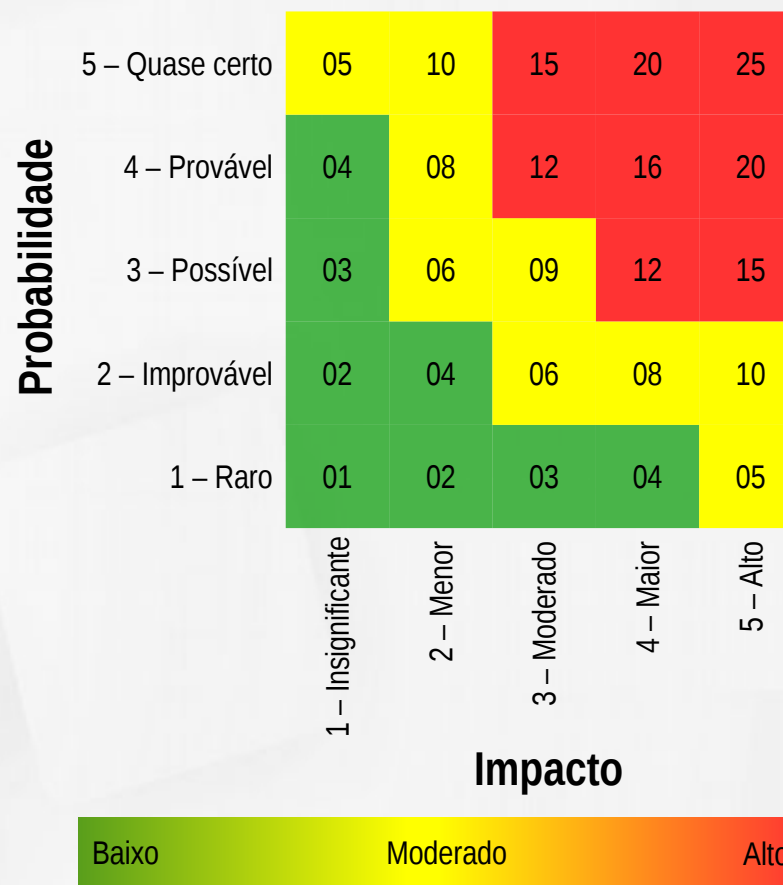


Figura 9 – Diagrama de verificação de risco.

Já as Figuras 11 e 12 apresentam os grupos de eventos segundo os tipos de risco e um diagrama de relações entre cada um dos 12 grupos e os objetivos estratégicos da instituição.

Os 12 grupos e seus processos de trabalho correspondentes encontram-se logo abaixo.

Equipe insuficiente de servidores

- Programas específicos (editais de seleção de auxílios);
- Programas universais;
- Programa de monitoramento;
- Política e programas de educação na modalidade EaD.

Tecnologia inadequada

- Atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne);
- Estudos e projetos de construções, reformas e manutenção.

Captação de recursos externos

- Financiamentos externos.

Recursos orçamentários insuficientes

- Políticas de internacionalização;
- Projetos pedagógicos nos cursos EaD.

Problemas regionais sociais

- Permanência e êxito dos estudantes – garantir a eficácia da instituição;
- Permanência e êxito dos estudantes – promover a eficiência institucional.

Deficiência no planejamento institucional

- Movimentação – dimensionamento de pessoal;
- Sistematização das informações.

Ausência de programas de fomento

- Política e programas de educação na modalidade EaD.

Morosidade na tramitação e execução dos processos

- Processos de sindicância;
- Processos disciplinares;
- Programas específicos (editais de seleção de auxílios);
- Movimentação – processos;
- Políticas de eventos institucionais;
- Programação visual.

Deficiência na gestão de documentos

- Distribuição e controle da tramitação dos documentos e processos destinados às unidades e áreas do IF Sertão-PE;
- Recebimento, classificação e registro de correspondências, documentos e processos destinados às unidades e áreas do IF Sertão-PE (externos);
- Distribuição e controle da tramitação dos documentos e processos destinados às unidades e áreas do IF Sertão-PE;
- Autuação (quando for o caso) de documentos avulsos para formação de processos (físicos);
- Expedição de documentação.

Deficiência na infraestrutura física

- Programas universais;
- Atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne).

Insuficiência na participação dos servidores nas atividades

- Atuação da educação a distância no ensino presencial.

Deficiência na comunicação dentro da instituição

- Políticas de comunicação.

Os 9 tipos de risco ligados a eventos que podem prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do IF Sertão-PE, e, por consequência, de sua missão, são apresentados abaixo.

Risco financeiro

Associado ao financeiro, podendo trazer prejuízos aos serviços operacionais da instituição e seu planejamento, afetando a geração de valor e a qualidade de vida dos servidores no trabalho.



Risco estratégico

Afeta os objetivos estratégicos e está associado à tomada de decisão pela alta administração, podendo trazer uma perda maior aos valores gerados pelas atividades finalísticas da instituição.



Risco operacional

Possibilidade de haver prejuízos causados por falhas ou deficiências em processos internos, ocasionados por pessoas, sistemas ou fatores externos inesperados, como greves, serviços de internet, catástrofes naturais, entre outros.



Risco tecnológico

Possibilidade de haver soluções tecnológicas ineficazes que impeçam ou dificultem a realização das atividades pela qual foi contratada, gerando morosidade na execução dos processos, como, por exemplo, falhas de sistemas ou uso inadequado e incompatível com sua finalidade original, e mesmo falhas humanas ligadas ao uso da tecnologia, como erro na alimentação de sistemas.



Risco social

Possibilidade de haver prejuízos à geração de valor da instituição causados pela situação de vulnerabilidade social e econômica da população situada no seu âmbito regional, como, por exemplo, o aumento da evasão causado pela ausência de transporte adequado dos alunos ou pela sua necessidade de trabalhar em horários que seriam de aula.



Risco ambiental

Possibilidade de haver impacto ou dano natural significativo decorrente de atividades institucionais, como a execução de obras, de atividades que degradem o solo ou a água, entre outras.



Risco regulatório

Possibilidade da mudança nas diretrizes e estratégias institucionais causada por alterações inesperadas de mecanismos de controle por parte das autoridades governamentais, que objetivam a mitigação de riscos.



Risco de mercado

Possibilidade de haver dificuldades ou prejuízos na geração de valor por parte da instituição, causada por mudanças externas que levem a alterações nas políticas e diretrizes institucionais, mudando a oferta e demanda de serviços, tais como redução de recursos ou editais de fomento, o aumento da concorrência com o surgimento de novas instituições e/ou cursos, ou mesmo a mudança no contexto econômico regional, como a chegada de um grande empreendimento.



Risco de conformidade

Possibilidade de haver penalidades legais, perdas financeiras e desgaste da imagem institucional, caso não atue dentro da lei e das regras que delimitam suas atividades, ou de suas próprias regulamentações internas.



Figura 10 – Tipos de risco e conceitos utilizados.

Os grupos de eventos classificados segundo os tipos de riscos encontram-se na Figura 11.



Figura 11 – Grupos de eventos segundo os tipos de risco.

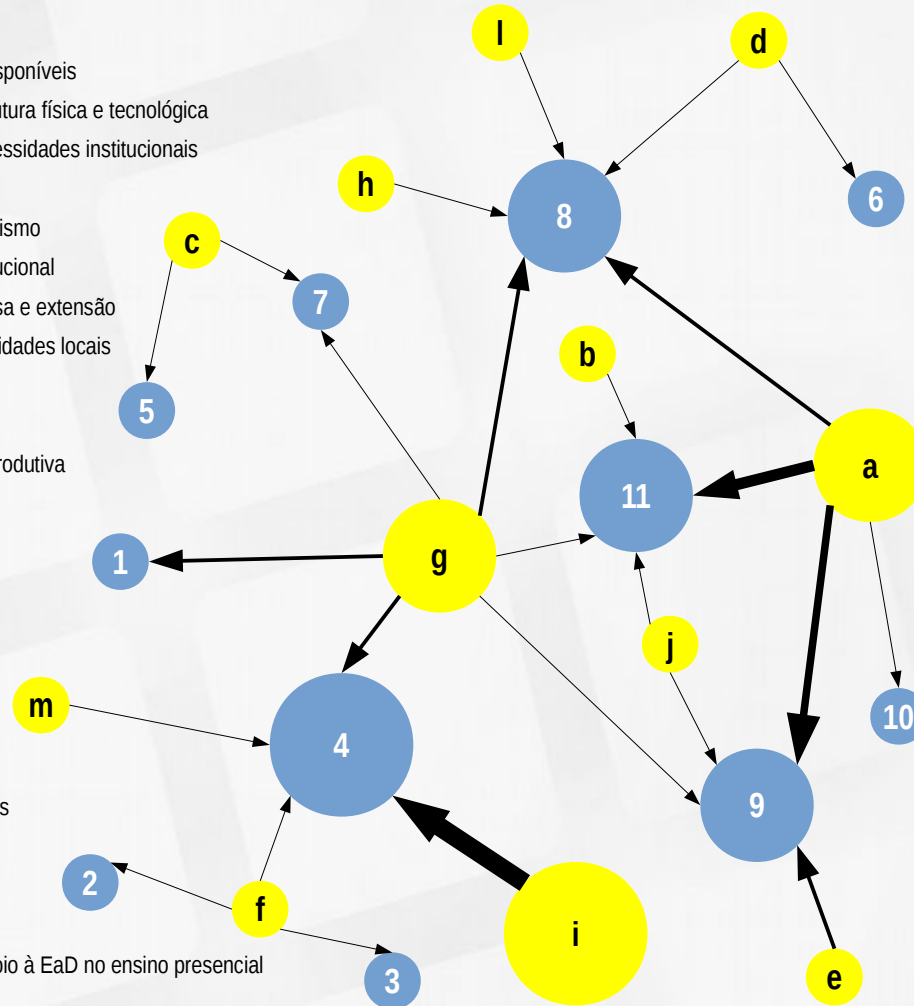
As relações entre cada grupo de eventos e os objetivos estratégicos da instituição são apresentados no diagrama da Figura 12.

Códigos dos Objetivos

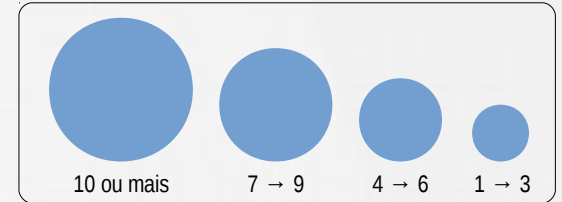
- 1 Otimizar a alocação dos recursos orçamentários disponíveis
- 2 Promover a expansão e modernização da infraestrutura física e tecnológica
- 3 Adequar a força de trabalho de acordo com as necessidades institucionais
- 4 Atualizar documentos e informações institucionais
- 5 Consolidar a inovação tecnológica e empreendedorismo
- 6 Consolidar o processo de internacionalização institucional
- 7 Promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- 8 Realizar a oferta de ensino em sintonia com as realidades locais
- 9 Garantir o acesso à permanência e o êxito
- 10 Melhorar a qualidade do ensino
- 11 Promover ações de inclusão social, tecnológica e produtiva

Códigos dos Eventos de maior risco

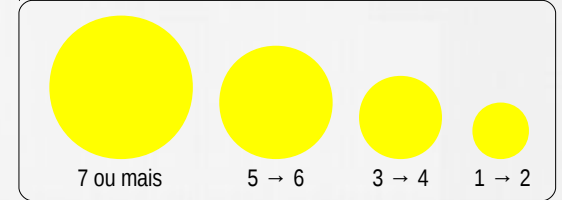
- a Equipe de servidores insuficiente
- b Tecnologia inadequada
- c Captação de recursos externos
- d Recursos orçamentários insuficientes
- e Problemas regionais sociais
- f Deficiência no planejamento institucional
- g Morosidade na tramitação e execução de processos
- h Ausência de programas de fomento para a EaD
- i Deficiência na gestão de documentos
- j Deficiência na infraestrutura física
- l Insuficiência na participação dos servidores em apoio à EaD no ensino presencial
- m Deficiência na comunicação dentro da instituição



Ocorrência dos Objetivos



Ocorrência dos Eventos



Relação dos Eventos com os Objetivos

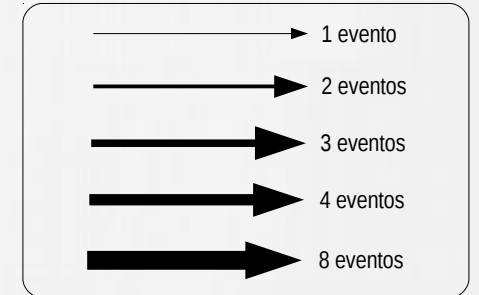


Figura 12 – Diagrama de relações entre os grupos dos eventos de maior risco e os objetivos estratégicos da instituição.

4 RESULTADOS DA GESTÃO

Neste capítulo, são levantados as principais estratégias e realizações do IF Sertão-PE em relação aos seus objetivos estratégicos. Muitos indicadores presentes não possuem metas, uma vez que elas não foram definidas no PDI 2014-2018, no entanto, já servirão de parâmetro para as análises dos anos posteriores em sintonia com o PDI 2019-2023. Outras ações possuem metas que, embora bem definidas, estavam mal estimadas.

Aqui também serão analisados os resultados de algumas dessas ações, frente aos objetivos estratégicos correspondentes, especialmente no que tange ao não cumprimento das metas, aos eventos que prejudicam seu cumprimento e às medidas de mitigação. Além disso, também serão expostas as expectativas com relação ao futuro e as ações prováveis a serem tomadas.

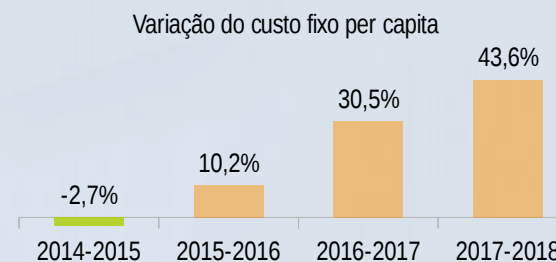
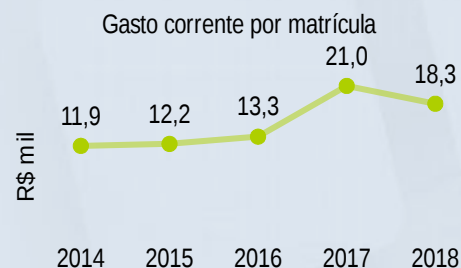
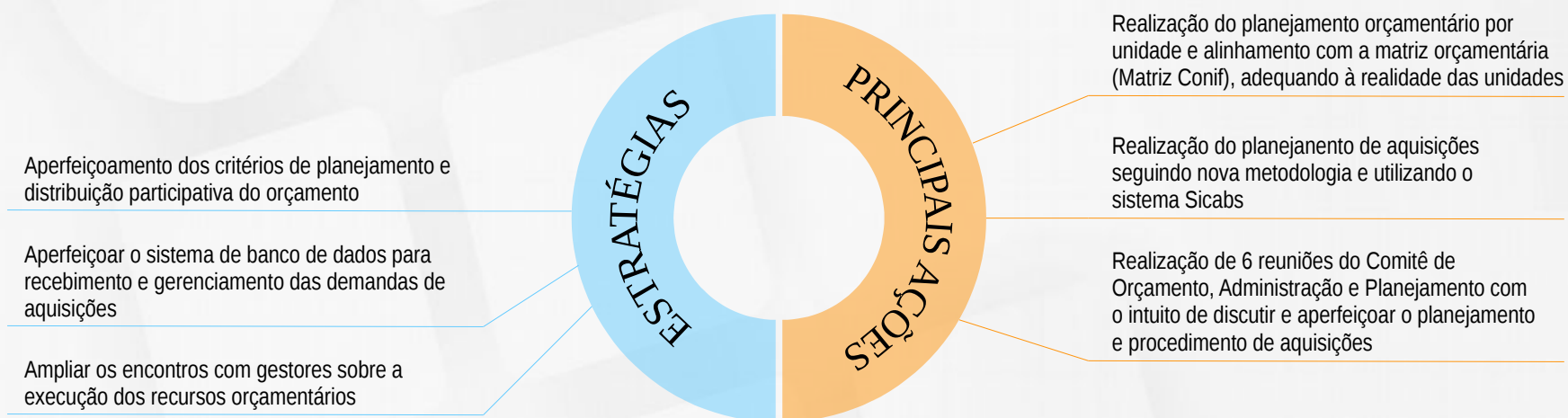
Destacam-se, aqui, as realizações de obras de grande impacto sobre a sociedade, como a finalização de quadras poliesportivas, a reforma de alojamento dos estudantes internos e o início da fase de conclusão do *Campus Ouricuri*; o desenvolvimento de sistemas que aprimorarão a operacionalização de diversos procedimentos, envolvendo principalmente o controle acadêmico e a gestão de pessoas; a criação do primeiro curso de mestrado do IF Sertão-PE, em [educação profissional e tecnológica](#); ações que visam um maior acompanhamento e melhoria da qualidade de vida dos servidores, como a avaliação pericial em ambientes de trabalho considerados insalubres; avanços na gestão documental, com a criação do manual de procedimentos de protocolo, e a atualização de documentos importantes, como o [Estatuto](#); a realização de novas parcerias internacionais e criação de cursos de idiomas, inclusive na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); a concessão de bolsas de iniciação científica e de extensão, além da realização de eventos importantes no campo da iniciação científica e iniciação à docência; o crescimento do Projeto Hacktown, com a oferta de cursos e bolsas na área de informática; dentre outras ações.

Também há um grande avanço em relação às ações que começam a ser adotadas, cujos frutos virão posteriormente, visando um maior controle e aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e transparência, com o aperfeiçoamento

do PAINT 2019 e do PDI 2019-2023, fornecendo mecanismos mais quantificáveis e, portanto, monitoráveis, e a evolução dos canais de comunicação com a sociedade.

Algumas ações também são previstas para os anos posteriores, visando a adequação da instituição à realidade atual, lidando com a escassez de recursos por meio da busca constante por editais de fomento e da otimização dos gastos. Além disso, algumas novas ferramentas também estão sendo elaboradas na tentativa de lidar com os diversos problemas inerentes à região do sertão pernambucano, onde reside uma população com elevada vulnerabilidade socioeconômica, buscando a melhoria de indicadores, como a taxa de evasão e o número de inscritos nos processos seletivos, na tentativa de adequar os cursos às realidades locais, utilizando-se do progresso tecnológico e o desenvolvimento de novos sistemas.

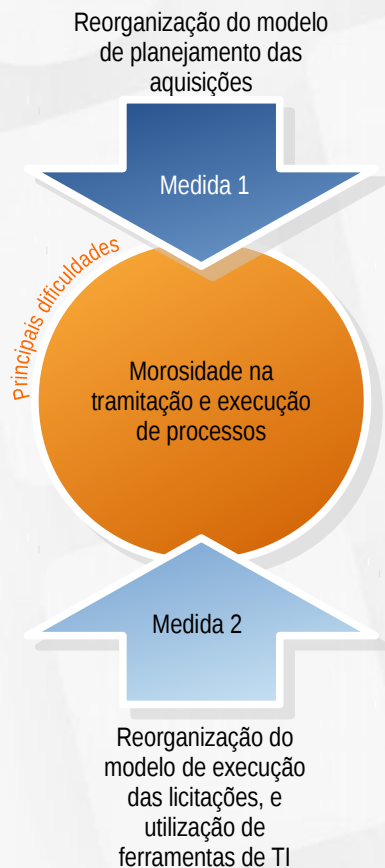
OTIMIZAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DISPONÍVEIS



O "gasto corrente por aluno é um indicador formulado através do Acórdão TCU nº 2.267/2005. A "variação de custos fixos por pessoa" foi elaborado pelo PDI 2019-2023 e terá acompanhamento anual. Sua fórmula é apresentada no APÊNDICE A.

OTIMIZAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DISPONÍVEIS

Principais dificuldades e medidas de mitigação



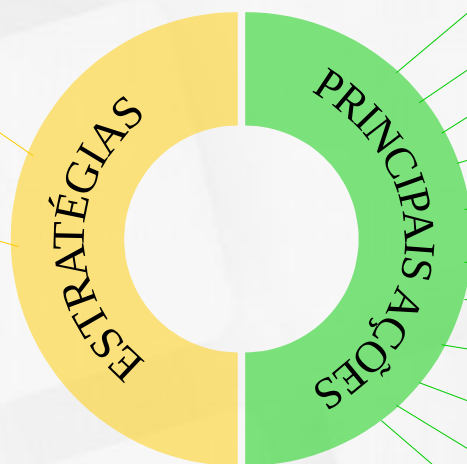
Próximos passos e desafios remanescentes

- Revisão dos procedimentos de planejamento de aquisições;
- Revisão dos procedimentos de planejamento orçamentário e financeiro.

PROMOVER A EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Ampliar e adequar a infraestrutura física do IF Sertão-PE mediante a aquisição de equipamentos e realização de obras

Disponibilizar a infraestrutura tecnológica necessária ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas



Aquisição de kits para laboratórios de química, física e matemática para todos os *Campi*

Construção das quadras poliesportivas dos *Campi* Salgueiro, Floresta e Ouricuri, e reforma da quadra do *Campus* Petrolina Zona Rural

Início da obra de conclusão do *Campus* Ouricuri

Reforma no alojamento dos internos do *Campus* Petrolina Zona Rural

Construção da sala dos professores do *Campus* Petrolina Zona Rural

Reestruturação da Rede Elétrica do *Campus* Petrolina

Realização das obras de acessibilidade do *Campus* Petrolina

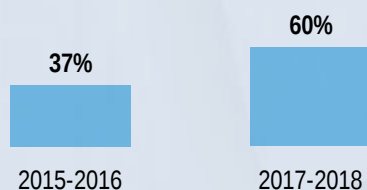
Início da construção do auditório do *Campus* Petrolina

Locação de imóvel para novo prédio da Reitoria com o intuito de adequar a infraestrutura à realidade institucional

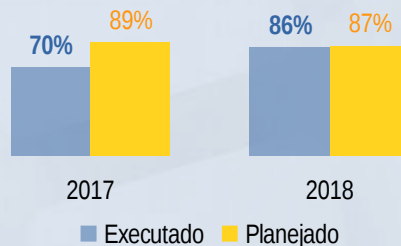
Distribuição dos equipamentos doados pela Dataprev para os *Campi*

Aquisição de novos equipamentos de informática (computador, notebook, etc) e licenciamento de *firewall*

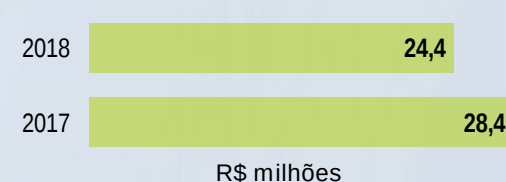
Índice de eficácia do PDTIC



Índice de Infraestrutura física



Evolução orçamentária para obras



* No PDI 2014-2018 não havia metas para esses indicadores. O "índice de eficácia do PDTIC" é mensurado pela média do cumprimento das ações do plano. O "índice de infraestrutura física" corresponde à média dos percentuais de execução das obras ponderada pelos orçamentos, e está comparada com o percentual planejado, também ponderado pelos respectivos orçamentos. As fórmulas desses índices podem ser vistas no Apêndice A.

PROMOVER A EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

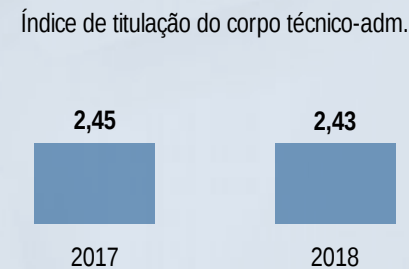
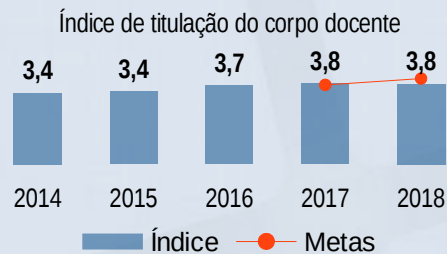
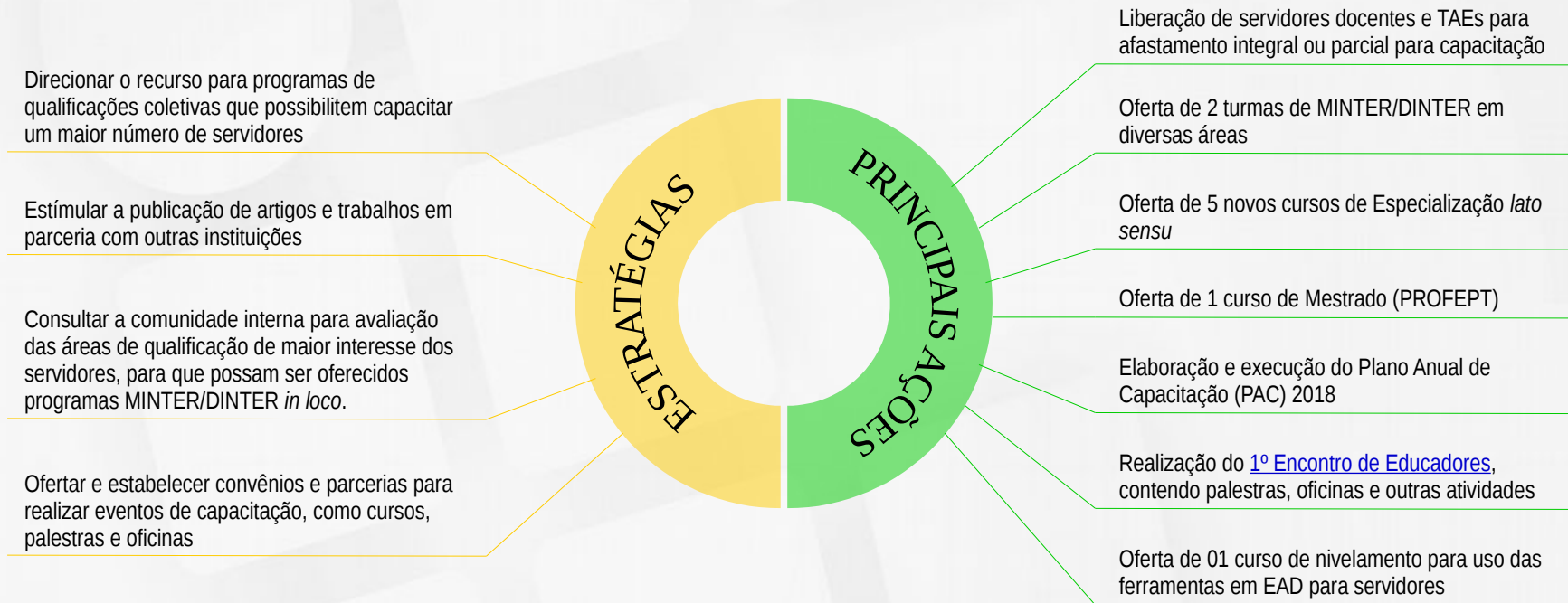
Principais dificuldades e medidas de mitigação



Próximos passos e desafios remanescentes

- Captação de recursos para execução das demandas definidas para obras;
- Execução de projetos para infraestrutura física a partir das prioridades definidas;
- Aquisição de equipamentos de telefonia;
- Solução de *outsourcing* de impressão;
- Aquisição de solução de vídeomonitoramento.

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES

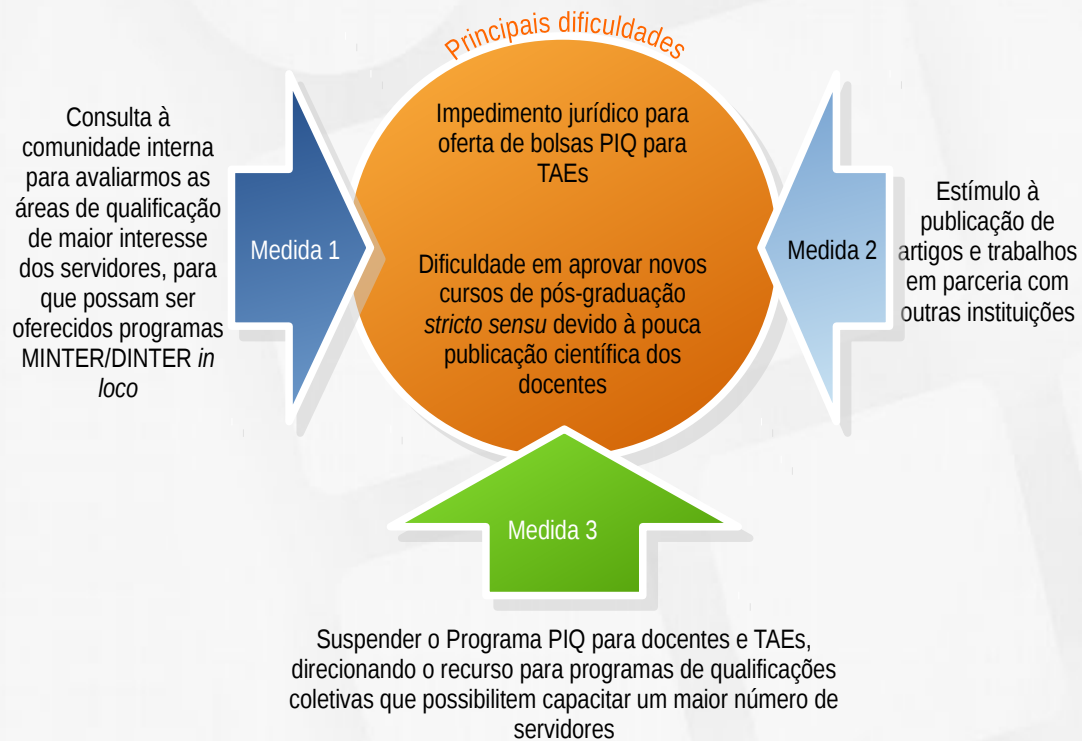


* No PDI 2014-2018 não havia metas para esses indicadores, exceto para o “índice de titulação do corpo docente”, presente na [Resolução do CONSUP nº 44/2017](#) e que foi formulado pelo Acórdão TCU nº 2.267/2005, podendo seu valor ser de, no máximo, 5. O “índice de titulação do corpo técnico-administrativo” foi criado no PDI 2019-2023, podendo seu valor ser de, no máximo, 5. Suas metas serão definidas no ano de 2019, a serem referências no próximo Relatório de Gestão. Para consultar as fórmulas desses indicadores, consultar o **APÊNDICE A**.

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES

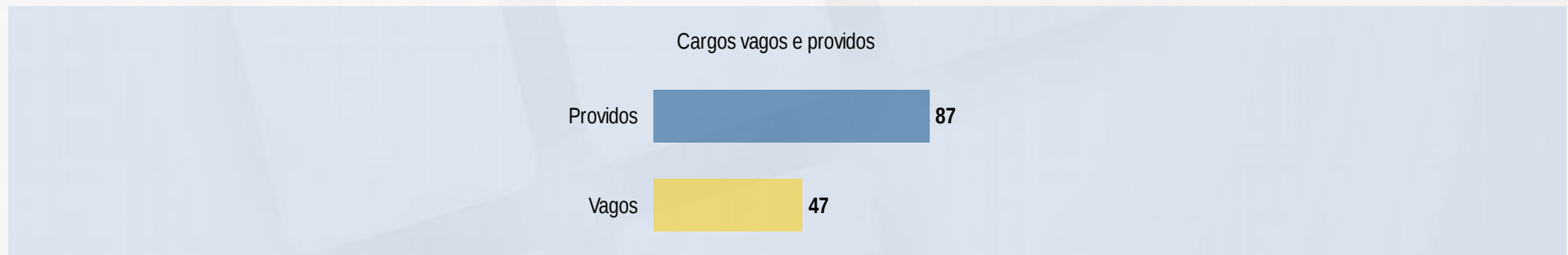
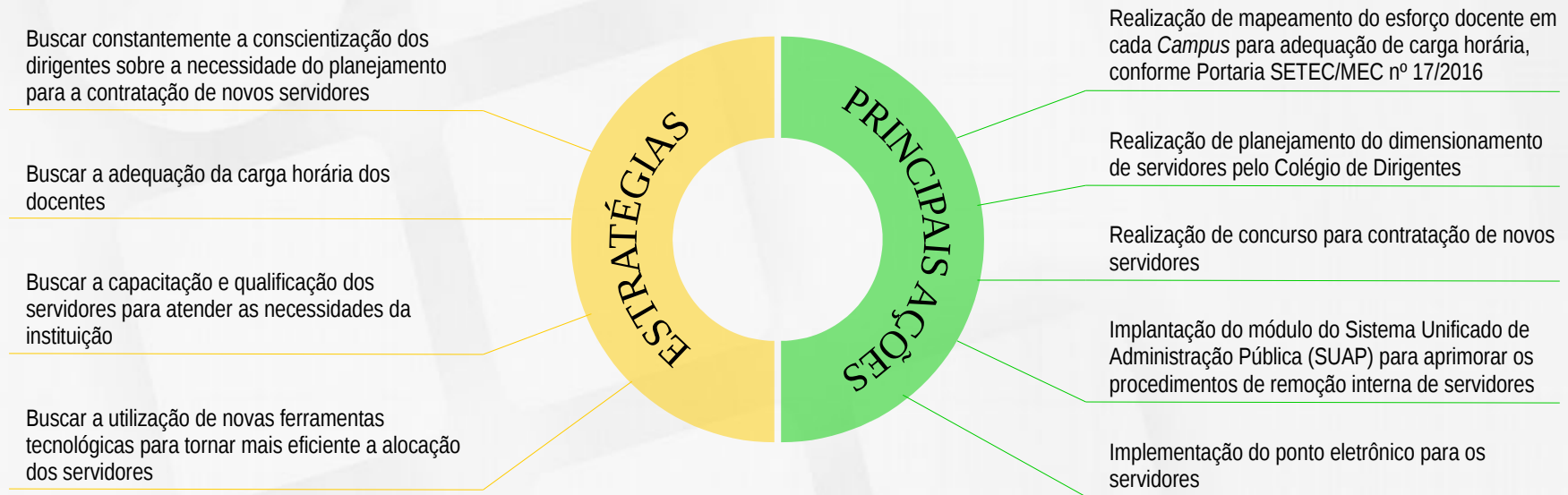
Principais dificuldades e medidas de mitigação

Próximos passos e desafios remanescentes



- Oferecer capacitações coletivas nas áreas demandadas pelos servidores, através do formulário eletrônico PIQ, sendo elas: Educação, Administração e Informática;
- Facilitar e estimular cada vez mais a participação de docentes e TAEs em programas de pesquisa e inovação;
- Elaboração e execução do PAC 2019;
- Realização do Encontro de Desenvolvimento Institucional (EDI) 2019;
- Realização do Encontro de Educadores (Eeduca) 2019.

ADEQUAR A FORÇA DE TRABALHO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS



ADEQUAR A FORÇA DE TRABALHO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS

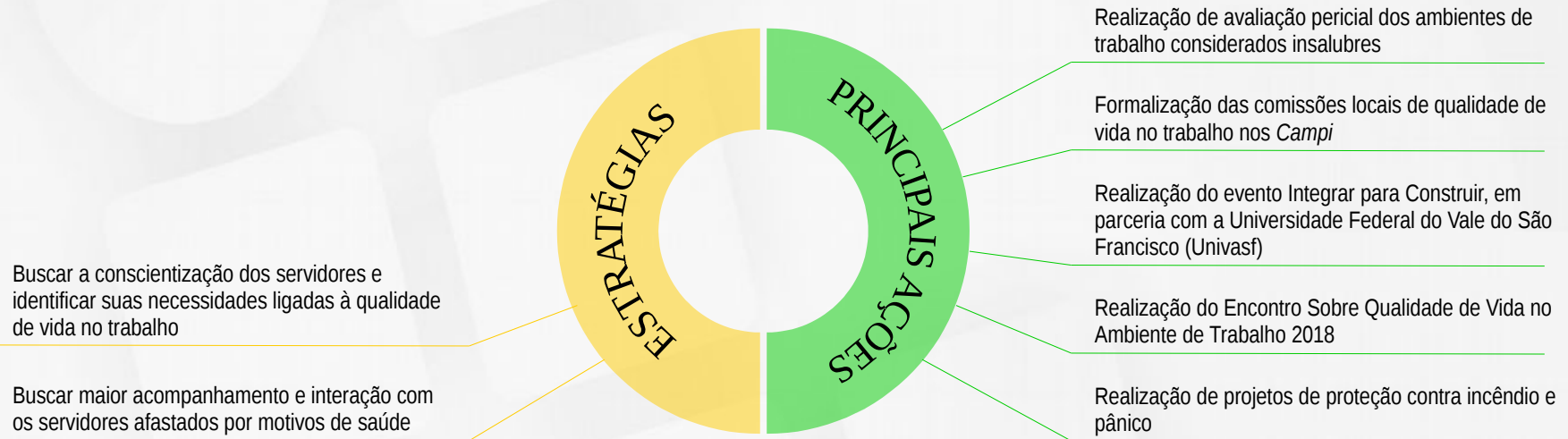
Principais dificuldades e medidas de mitigação



Próximos passos e desafios remanescentes

- Contratação do Sistema Integrado de Protocolo, Pagamento e Gestão (SIPPAG);
- Ampliação do módulo SUAP Administrativo para todos os *Campi*;
- Realização de concurso público para contratação de novos servidores.

PROMOVER A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES NO TRABALHO



Dias de afastamento por servidor por motivo de saúde

43



2018

Servidores que pediram afastamento por motivo de saúde

17%



2018

* No PDI 2014-2018 não havia metas para os índices acima.

PROMOVER A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES NO TRABALHO

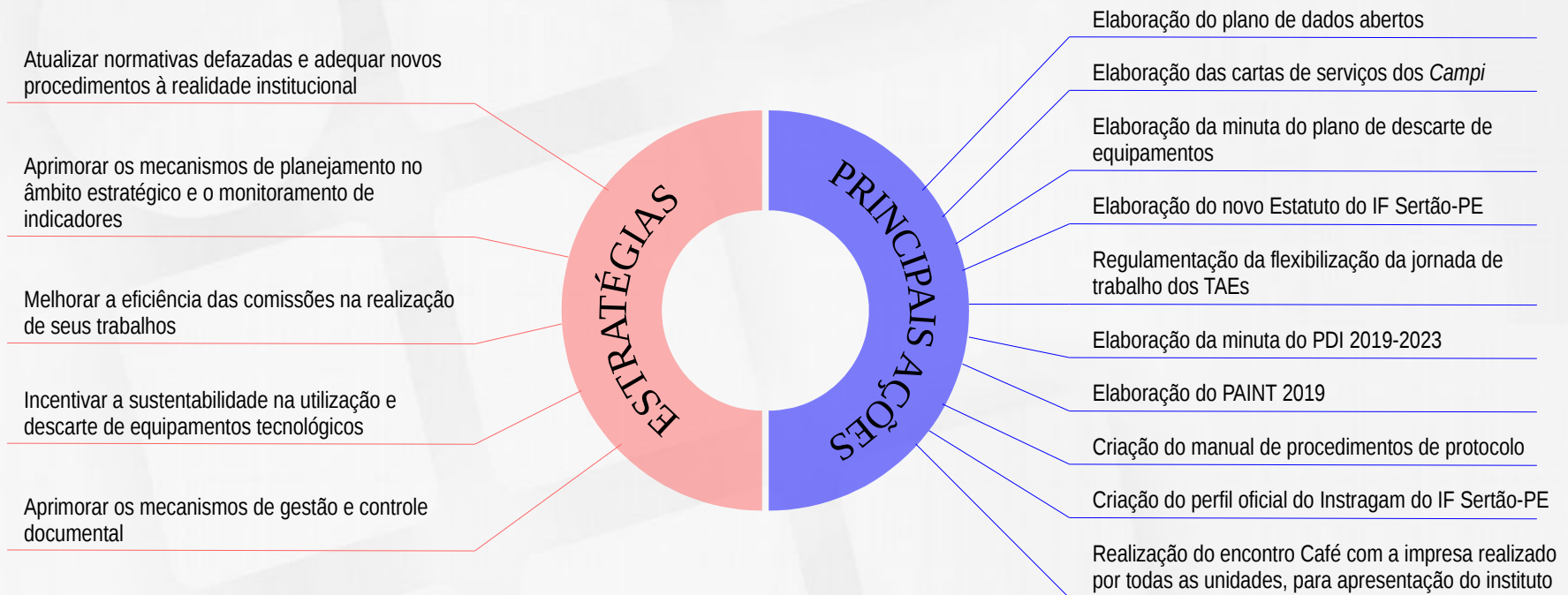
Principais dificuldades e medidas de mitigação



Próximos passos e desafios remanescentes

- Contratar empresa especializada para realização dos exames médicos periódicos entre os servidores;
- Implantar o Programa Institucional de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor (PISQV);
- Elaborar e aprovar o Programa de preparação para os aposentados ou pós carreira do servidor.

ATUALIZAR DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS



Índice de aperf. da utilização documental

1,47

2018

* O Índice de aperfeiçoamento da utilização documental é um novo indicador, formado por meio de formulário, criado no PDI 2019-2023, cuja escala varia de 1 a 5 e envolve os seguintes temas: [os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo](#); o [Sistema Protocolo Integrado](#); [os procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo – NUP –](#); [o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo](#); o [Assentamento Funcional Digital - AFD –](#); a existência de protocolo central e/ou protocolo(s) setorial(ais); a existência de unidades protocolizadoras; o controle do recebimento, da tramitação e da expedição de documentos; a instituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD – e da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos – CPADs –; entre outras práticas a serem criadas ou aprimoradas, e regulamentos a serem respeitados pelo IF Sertão-PE. Para consultar a fórmula desse indicador, consultar o **APÊNDICE A** e o formulário utilizado para o cálculo no **ANEXO A**.

ATUALIZAR DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Principais dificuldades e medidas de mitigação



Próximos passos e desafios remanescentes

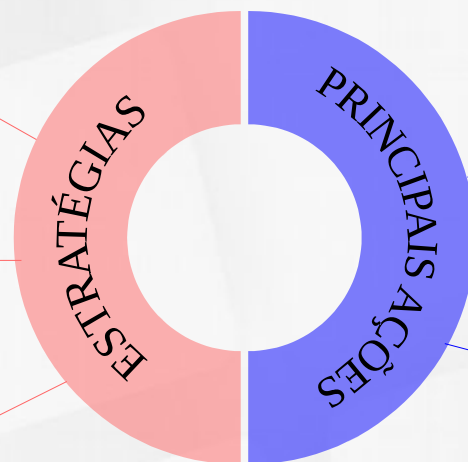
- Implantar sistema de tramitação eletrônica de documentos;
- Atualizar o Regimento Geral do IF Sertão-PE;
- Elaborar a segunda versão das cartas de serviços;
- Elaborar metodologia para mapeamento de processos institucionais;
- Atualizar o PDI 2019-2023;
- Elaborar o PDTIC;
- Viabilizar o funcionamento pleno da comissão permanente de avaliação de documentos;
- Criar uma política de gestão documental do IF Sertão-PE;
- Organizar a massa documental acumulada conforme orientação do CONARQ e Arquivo Nacional;
- Aquisição de equipamentos e softwares de comunicação.

CONSOLIDAR A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO

Incentivar a criação de empresas pré-incubadas e incubadas

Divulgar ações e promover capacitações a servidores relacionadas ao tema da inovação.

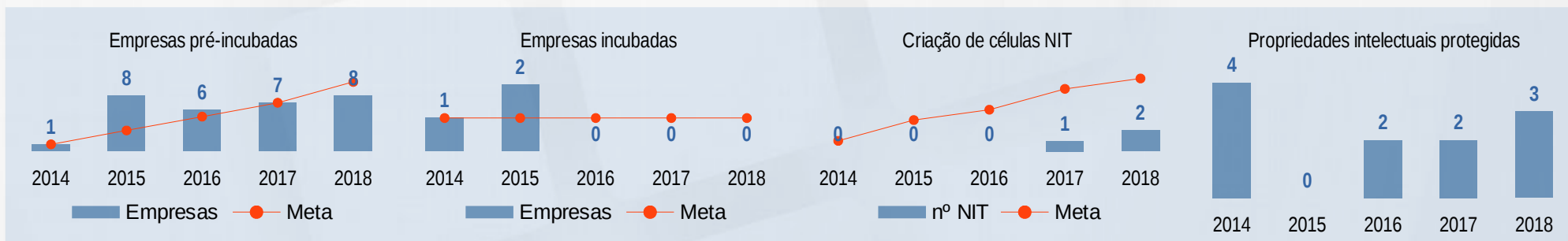
Estimular o envolvimento dos pesquisadores com as atividades de inovação e empreendedorismo



Realização de 28 palestras e minicursos relacionados com a inovação tecnológica para toda a comunidade interna

Criação de 2 células do NIT e 1 célula da ISA¹

Formação e acompanhamento de 2 empresas incubadas e 11 empresas pré-incubadas



* No PDI 2014-2018 não havia metas para o número de propriedades intelectuais protegidas.

¹ ISA: Incubadora do Semiárido.

CONSOLIDAR A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO

Justificativas para melhoria de índices

● Empresas incubadas

Observa-se que desde 2016 não há representação desse tipo de empresa devido ao fato de que a gestão optou por mudar de estratégia e apoiar apenas os empreendimentos de pré-incubação, intensificando o caráter educacional e motivacional relacionados ao empreendedorismo.

● Criação de células NIT

Foi verificado que o número de células NIT esteve abaixo da meta desde 2015 até 2018. A dificuldade em atingir essa meta é ocasionada pelo fato das estruturas descentralizadas não possuírem gratificações por encargo de coordenação, o que torna o cargo pouco atrativo aos gestores locais, além de não possuírem servidores que possam ajudar com demandas administrativas.

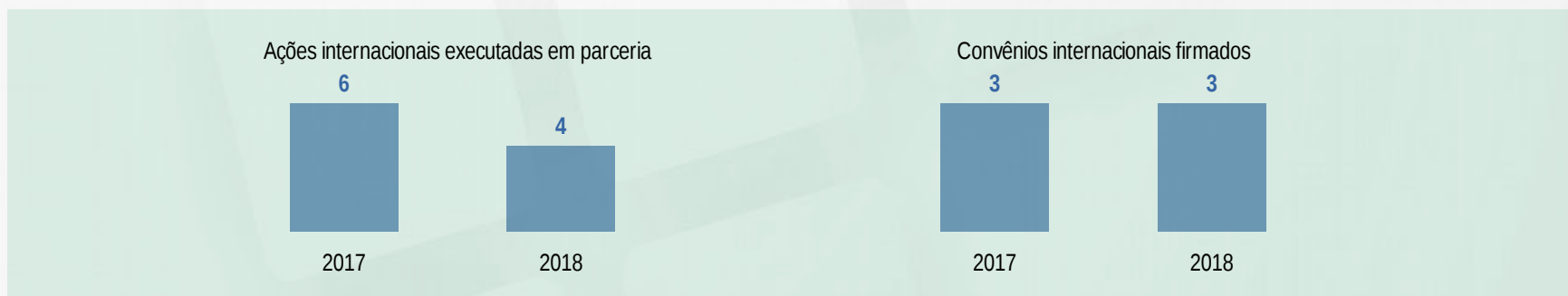
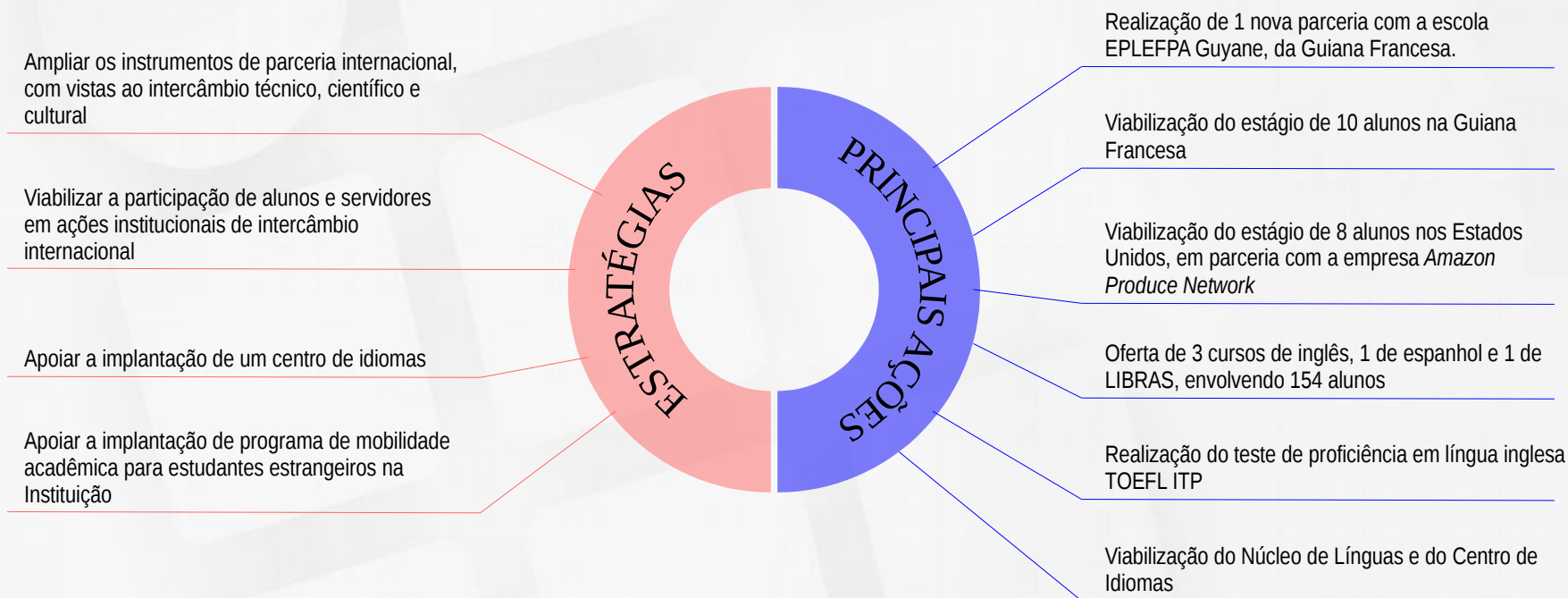
Próximos passos e desafios remanescentes

- Continuar as ações de divulgação e capacitação relacionados ao tema da inovação e maior envolvimento das Coordenações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CPIPs) dos *Campi* com o tema;
- Consolidar as ações do Programa de empreendedorismo inovador através do aumento na oferta de cotas para o edital PAEMPI e de ações de divulgação do tema nos campi.

Principais dificuldades e medidas de mitigação



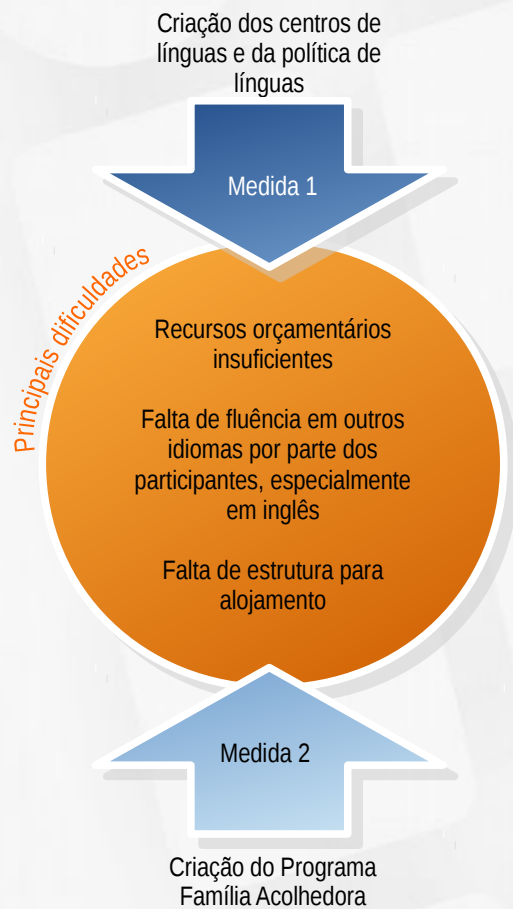
CONSOLIDAR O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL



* No PDI 2014-2018 não havia metas para o número de “ações internacionais executadas em parceria” e para o número de “convênios internacionais firmados”.

CONSOLIDAR O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

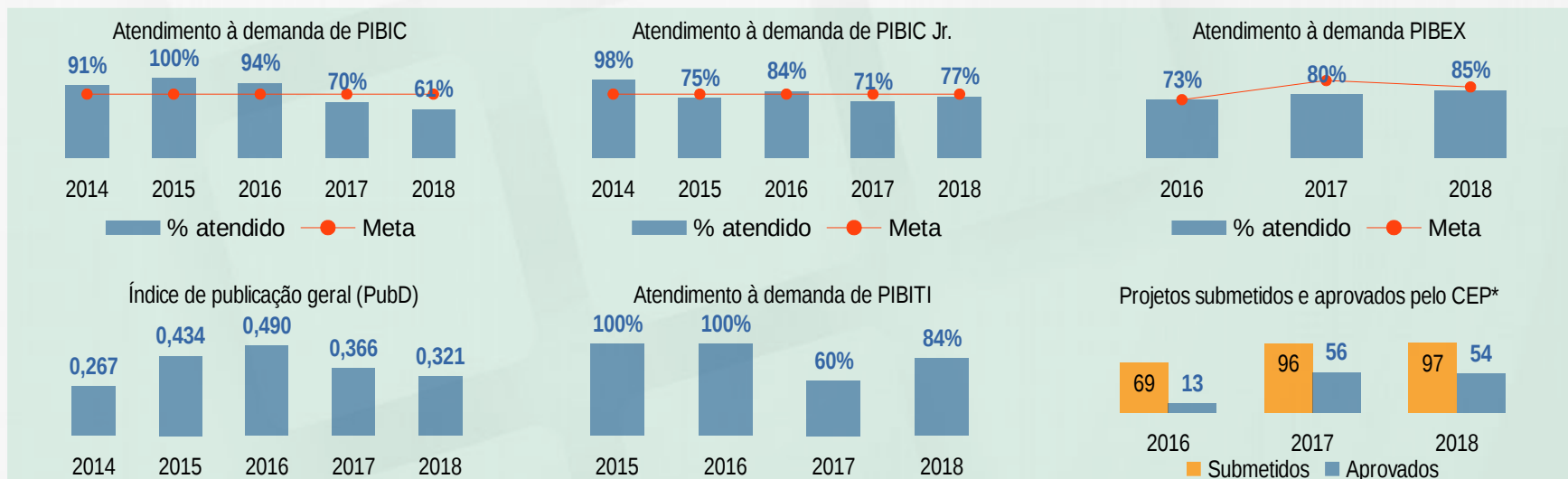
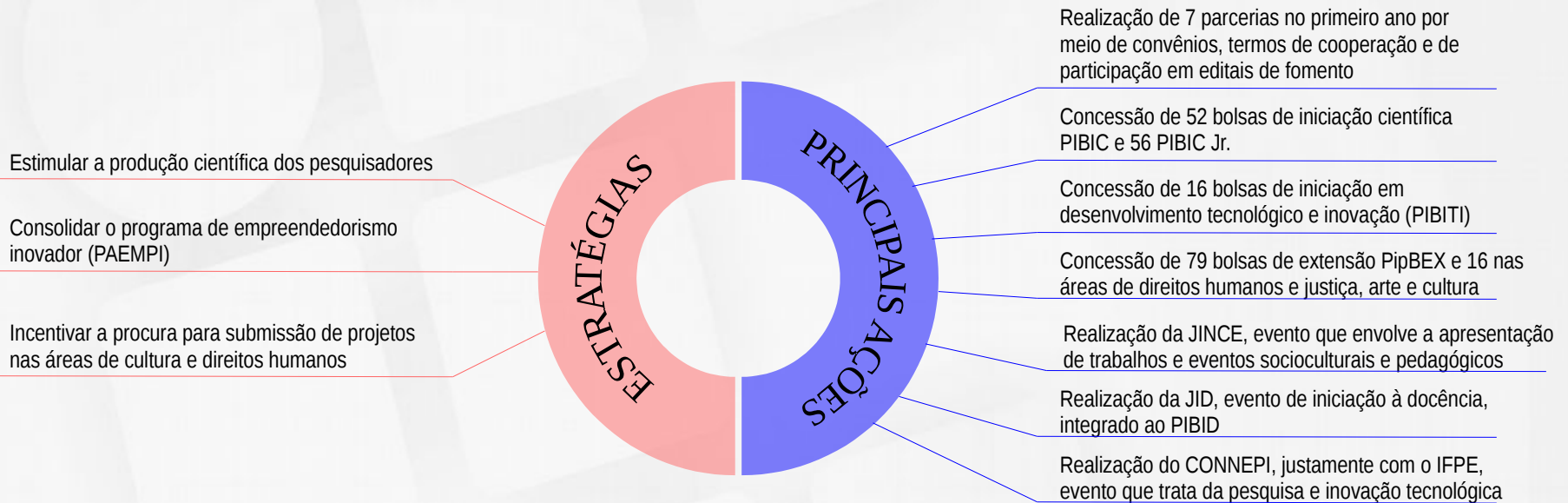
Principais dificuldades e medidas de mitigação



Próximos passos e desafios remanescentes

- Consolidação dos Centros de línguas e Ofertas de vários níveis de cursos de idioma (incluindo o Idioma sem Fronteiras);
- Dotar de estrutura básica os centros de línguas;
- Fortalecimento do Programa Família Acolhedora.

PROMOVER A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



* No PDI 2014-2018 não havia metas para o "PubD" e para o "índice de atendimento à demanda de PIBITI". A fórmula de cálculo do "PubD" está apresentada no **APÊNDICE A**.

¹ CEP: Comitê de Ética de Pesquisa com Humanos.

PROMOVER A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Justificativas para melhoria de índices

● Atendimento à demanda PIBIC

Foi verificado que o percentual de concessão de bolsas PIBIC com relação à demanda vem caindo desde 2016, ficando abaixo da meta em 2017 e 2018. Contudo, houve um crescimento no número de submissões de projetos pelos servidores, associado ao aumento no interesse pela pesquisa e ao aumento do número de servidores, em função da criação dos novos *Campi*. Em contrapartida, o valor disponibilizado para bolsas permaneceu o mesmo, não sendo possível ampliar o número de bolsas ofertadas.

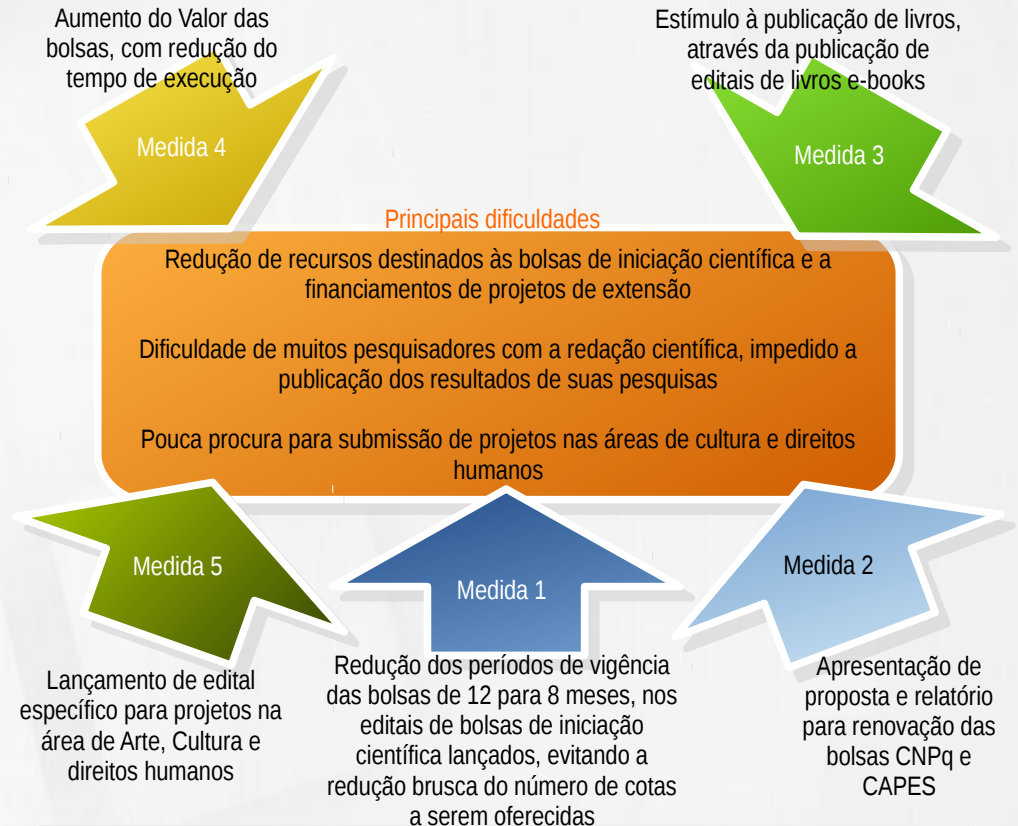
● Índice de publicação geral

Foi verificado que o PubD vem caindo desde 2017, após um período de ascensão. Esta redução está associada a dois fatores: dificuldade em conscientizar uma parte dos pesquisadores, para que atualizem os currículos *lattes* (principal documento de consulta da produção científica da instituição) e ao aumento no número de novos servidores, que ao ingressarem na instituição, ainda possuem pouca habilidade no desenvolvimento de pesquisa científica e, portanto, na publicação de resultados científicos. Além disso, há ainda um avanço a ser realizado para melhorar a habilidade da escrita científica dos servidores. Sendo assim, é necessário incrementar a política de estímulo à publicação e promoção de capacitações na área de redação de artigos científicos.

● Projetos aprovados pelo CEP

O Comitê de Ética de Pesquisa com Humanos (CEP) do IF Sertão-PE foi criado em 2015 e iniciou suas atividades em 2016. Desde então, tem atuado de forma intensiva para atender aos pesquisadores, emitindo pareceres relacionados às atividades de pesquisas que envolvem seres humanos e que necessitam de aprovação frente ao Ministério da Saúde. O CEP atua avaliando projetos, não apenas do IF Sertão-PE, mas de instituições da região como: UNEB, UNIVASF, IFCE, IFPE, UPE, EMBRAPA, CETA e UESB.

Principais dificuldades e medidas de mitigação



Próximos passos e desafios remanescentes

- Manter o período de execução dos projetos reduzido, enquanto não houver aumento na verba destinada a bolsas de iniciação científica;
- Tentar conseguir recursos de órgãos de fomento com CAPES, CNPq e FACEPE para novas bolsas;
- Promover curso de redação científica para docentes e discentes;
- Fortalecimento de parcerias com outras instituições para realização de eventos;
- Captação de recursos externos para bolsas de extensão.

REALIZAR A OFERTA DE ENSINO EM SINTONIA COM AS REALIDADES LOCAIS

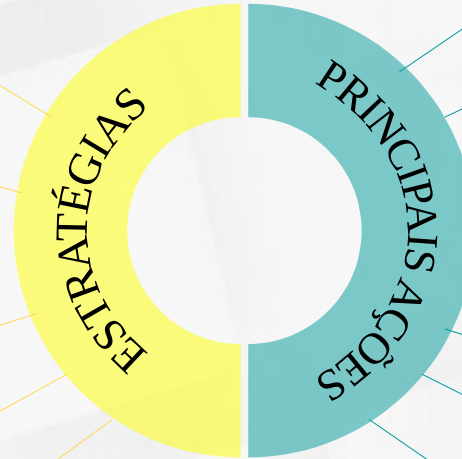
Adequar a oferta do ensino por meio de alterações na quantidade de vagas ou na criação/extinção de cursos

Atender as exigências legais no que tange aos percentuais de vagas ofertadas nos cursos técnicos, de licenciatura e Proeja

Adotar critérios definidos para avaliação interna de cursos e para definição de novos cursos, facilitando o planejamento institucional e minimizando as possibilidades de criação de cursos inadequados à realidade local

Implantar a modalidade EaD como atividade regular e adequar a oferta

Aprimorar o processo de ingresso dos alunos por meio de novas ferramentas tecnológicas



Aumento de vagas nos cursos de edificações e química do *Campus Petrolina*

Criação de 2 novos cursos de graduação, 2 de pós-graduação *lato sensu*, 1 de mestrado e 2 de nível médio, e extinção de 2 cursos de graduação

Reformulação de 13 PPCs, reorganizando disciplinas e ementas e adequando a carga horária de cursos à distância

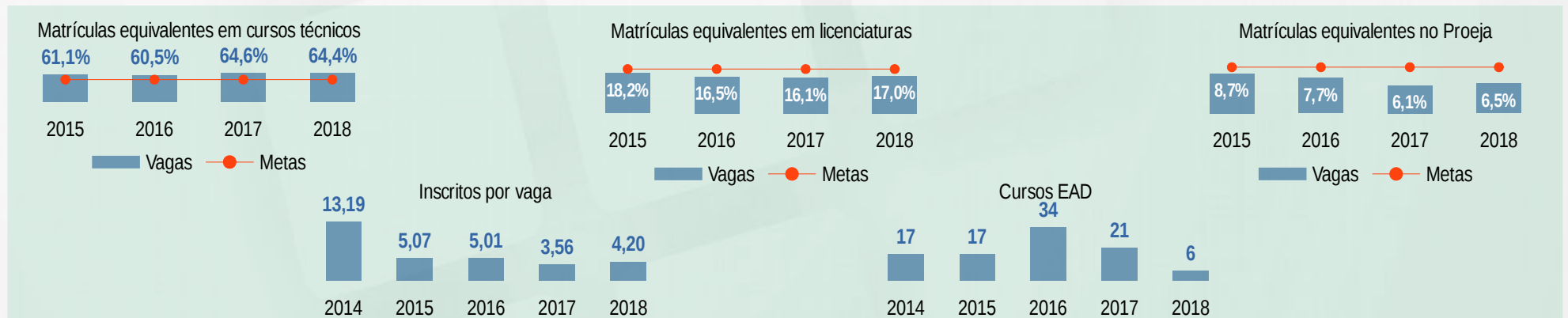
Realização de processo seletivo diferenciado para Proeja, separando-o de outras modalidades

Desenvolvimento de nova interface para sistema de ingresso nos processos seletivos

Desenvolvimento de nova interface para sistema de gerência de vagas ociosas de processo seletivo regular e Proeja

Elaboração de minuta para estudo de viabilidade para criação e manutenção de cursos

Implantação do módulo do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) para aprimorar o controle acadêmico (apenas no *Campus Santa Maria da Boa Vista*)



* No PDI 2014-2018 não havia metas para o número de inscritos por vaga nem para o número de cursos na modalidade a distância. Os índices “matrículas equivalentes em cursos técnicos”, “matrículas equivalentes em licenciaturas” e “matrículas equivalentes no Proeja” foram formulados pela Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018. A relação “inscritos por vaga” foi formulada através do Acórdão TCU nº 2.267/2005.

REALIZAR A OFERTA DE ENSINO EM SINTONIA COM AS REALIDADES LOCAIS

Justificativas para melhoria de índices

● Matrículas equivalentes em licenciatura

Foi verificado que o percentual de matrículas equivalentes em licenciaturas em relação às vagas equivalentes totais tem estado abaixo de 20%. Com a implantação dos novos *Campi* (Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista), priorizou-se a oferta de cursos médio-integrados e subsequentes, visando fortalecer os processos de verticalização. Os cursos superiores estão sendo implantados a partir da consolidação da educação básica em todos os *Campi*.

● Matrículas equivalentes no Proeja

Foi verificado que o percentual de matrículas equivalentes em licenciaturas em relação às vagas equivalentes totais tem estado abaixo de 10%. Embora a oferta dos cursos na modalidade Proeja esteja de acordo com a legislação em vigor, a procura pelos cursos ainda está atrelada ao convencimento da sociedade em relação a essa modalidade de ensino, tendo em vista suas especificidades, como o fato de estar direcionada aos estudantes trabalhadores maiores de 18 anos que possuem apenas o ensino fundamental.

● Cursos EAD

Foi verificada uma queda no número de cursos na modalidade a distância desde 2016 até 2018. Esse fato se deve à ausência de fomento para os Institutos Federais, bem como à restrição orçamentária, inviabilizando a concessão de bolsas para os profissionais, a execução das demandas e o encerramento/finalização de cursos que vinham em andamento nos polos.

● Relação de inscritos por vaga

As vagas e ofertas de cursos aumentaram. No entanto, percebe-se que a sociedade precisa ser informada constantemente sobre as oportunidades ofertadas e para isso as campanhas de divulgação estão sendo intensificadas através das mídias sociais e canais oficiais. A avaliação dessa procura é processual e faz-se necessário o fechamento dos ciclos dos cursos para tomar decisões sobre as novas metas.

Próximos passos e desafios remanescentes

- Modificar a forma de acesso nos processos seletivos;
- Criação de 9 novos cursos na modalidade a distância;
- Adotar mecanismo de acompanhamento dos egressos;
- Ampliação do módulo SUAP Educacional para todos os *Campi*.

Principais dificuldades e medidas de mitigação

Realização de parceria com a Secretaria de Defesa Social, aumentando o número de inscritos no processo seletivo do Proeja em Ouricuri

Medida 1

Principais dificuldades

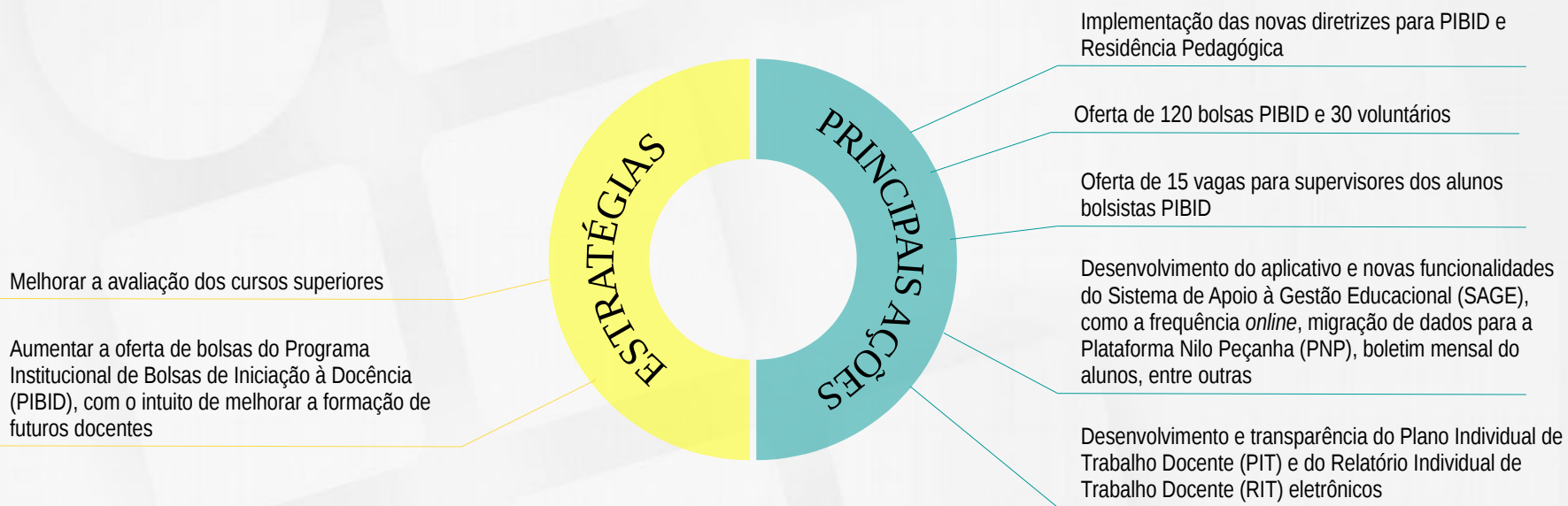
Baixa procura pelos cursos do Proeja

Contingenciamento orçamentário para fomento da educação a distância

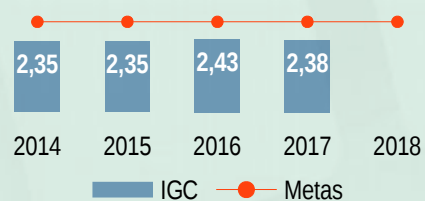
Medida 2

Aumento da divulgação do processo seletivo do Proeja em municípios, contemplando municípios circunvizinhos

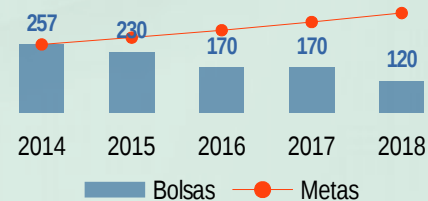
MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO



Índice Geral de Cursos - IGC



Bolsas PIBID



* O "IGC" é definido pelo INEP e sua fórmula básica de cálculo está apresentada no **APÊNDICE A**. O resultado de 2018 ainda não foi divulgado pelo INEP.

MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO

Justificativas para melhoria de índices

● Índice Geral de Cursos – IGC

Esse índice está atrelado às variáveis não apenas do ensino, mas de infraestrutura e investimento. Na atualização das informações do Sistema e-MEC pode-se observar que já houve mudança significativa tendo em vista que já houve atendimento das exigências.

● Bolsas PIBID

As metas foram estipuladas de forma equivocada, uma vez que as bolsas não dependem de política institucional interna, mas de fornecimento de recursos de órgãos externos como CAPES e CNPQ.

Próximos passos e desafios remanescentes

- Realização de parcerias com outras instituições para sanar as lacunas dos profissionais especializados;
- Implantação de serviço de e-mail para os discentes.

Principais dificuldades e medidas de mitigação

Principais dificuldades

Ausência de profissionais especializados nas áreas

Ausência de recursos externos para as bolsas PIBID

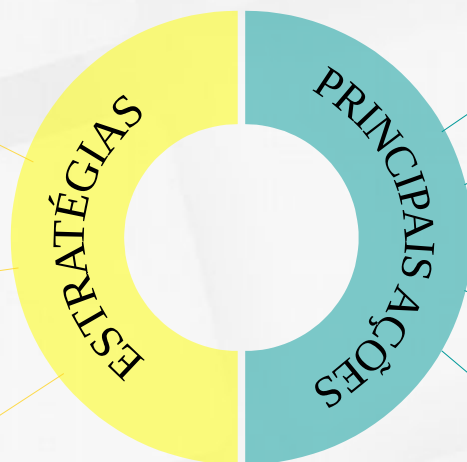
Excesso de burocracia interna que dificulta a participação dos servidores em eventos

PROMOVER AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL, TECNOLÓGICA E PRODUTIVA

Promover a oferta de cursos de formação inicial e continuada e de formação profissional

Ofertar bolsas para alunos de cursos de formação profissional para aumentar o processo de inclusão

Ampliar e aprimorar o atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas



Oferta de 84 cursos FIC presenciais e 2 a distância.

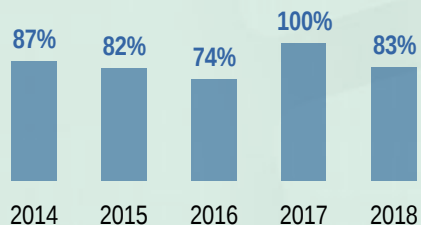
Concessão de 10 bolsas para alunos do [Projeto Hacktown](#)

Oferta de 859 vagas para alunos em cursos do Projeto Hacktown

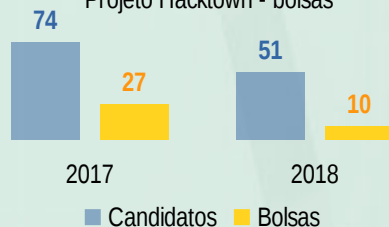
Implantação de unidades do NAPNE nos 2 *Campi* onde ainda não havia

Realização de mapeamento inclusivo para diagnosticar alunos com necessidades educacionais específicas

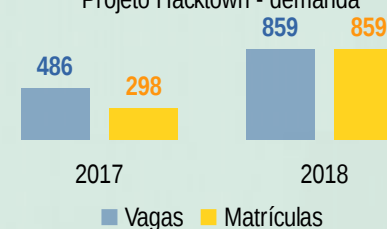
Matrículas por vagas ofertadas FIC



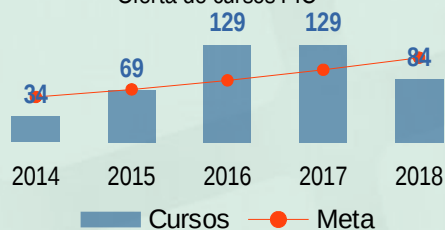
Projeto Hacktown - bolsas



Projeto Hacktown - demanda



Oferta de cursos FIC



Atendimento alunos necessidades específicas



* No PDI 2014-2018 não havia metas para os indicadores acima, à exceção da "oferta de cursos FIC".

PROMOVER AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL, TECNOLÓGICA E PRODUTIVA

Justificativas para melhoria de índices

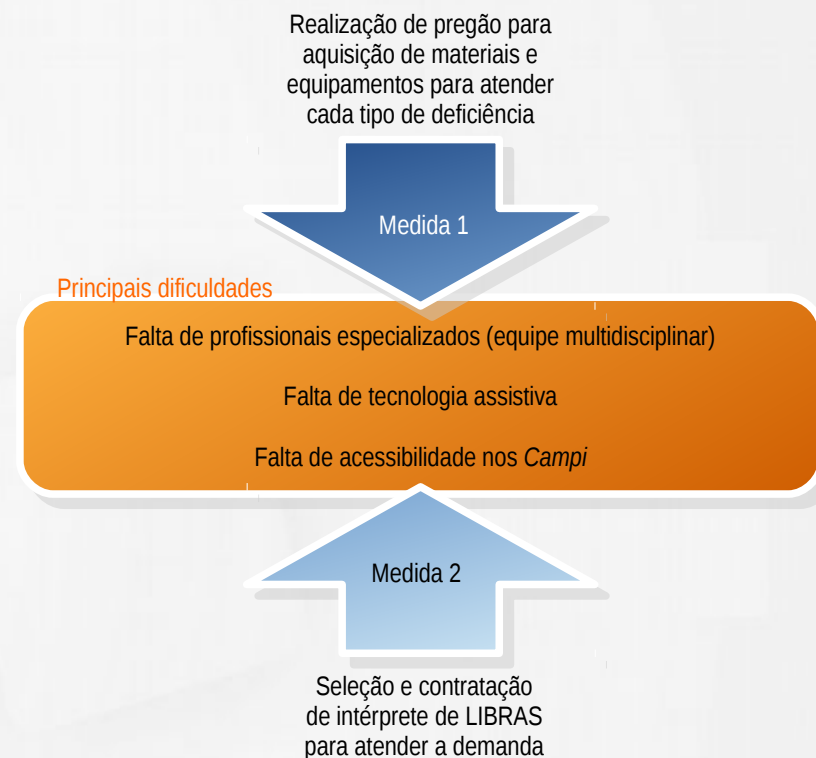
● Oferta de cursos FIC

Foi verificado que, após estagnação em 2017, a oferta de cursos FIC caiu em 2018, ficando abaixo da meta. A oferta de cursos era realizada sem base no catálogo nacional de cursos FIC, ficando a critério de cada professor a escolha do que seria ofertado, ocasionando a oferta de cursos que não se enquadravam como Formação Inicial ou Continuada. Em dezembro de 2017, o IF Sertão-PE passou a orientar a oferta desses cursos com base no catálogo nacional de cursos técnicos e do catálogo de cursos FIC Pronatec. No entanto, é importante ressaltar que o quantitativo de cursos FIC foi maior do que o previsto nos últimos cinco anos, sendo ofertados um total de 445, quando a meta era de cerca de 420 cursos.

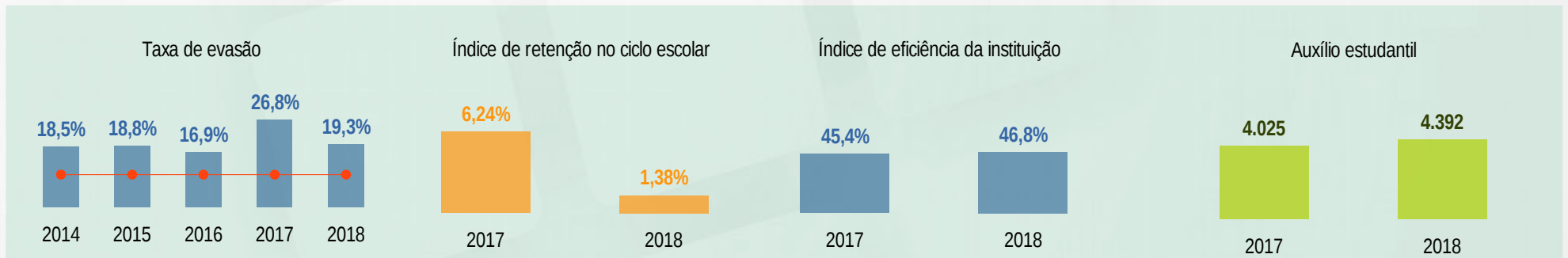
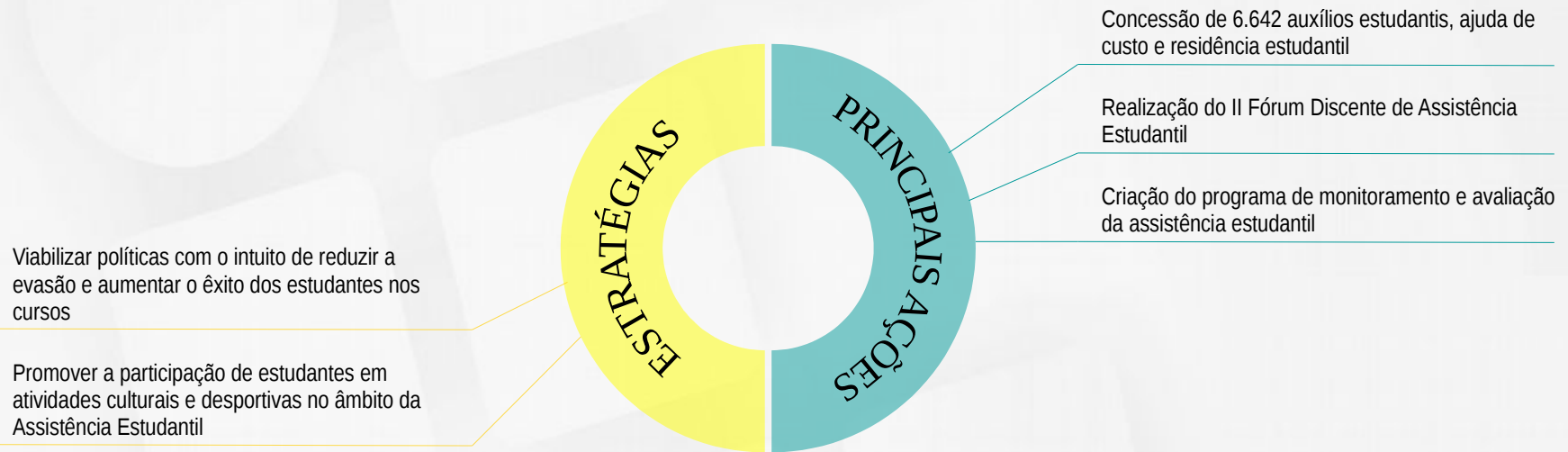
Próximos passos e desafios remanescentes

- Adquirir equipamentos para atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Capacitar os profissionais que lidam com pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Seguir realizando o mapeamento inclusivo;
- Ofertar cursos FIC e do Projeto Hacktown com base na oferta de vagas de trabalho;
- Institucionalizar do Projeto Hacktown como Programa.

Principais dificuldades e medidas de mitigação



GARANTIR O ACESSO À PERMANÊNCIA E O ÊXITO DOS ALUNOS



* No PDI 2014-2018 não havia metas para o “índice de retenção do ciclo escolar” e “índice de eficiência da instituição”. Estes foram formulados pela Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018, e suas fórmulas de cálculo estão apresentadas no **APÊNDICE A**.

GARANTIR O ACESSO À PERMANÊNCIA E O ÊXITO DOS ALUNOS

Justificativas para melhoria de índices

● Taxa de evasão; índice de retenção do fluxo escolar; índice de eficiência acadêmica; e auxílio estudantil

Apesar do Instituto ter vivenciado recentes episódios que comprometeram o calendário acadêmico (por exemplo: a ocupação das instituições no final do ano letivo de 2016; a greve dos caminhoneiros no primeiro semestre 2018; além dos resquícios deixados por paralisações de anos anteriores), chegou-se ao final de 2018 com um cenário onde a presença de profissionais em atividades de apoio aos estudantes (psicologia, assistência social, enfermagem, nutrição, etc) e a permanência e aumento dos auxílios (de 9,11%, de 4025 para 4392 subsídios) ajudaram a melhorar o índice de eficiência institucional (de 45,4 para 46,8%), na redução da taxa de evasão (de 26,8 para 19,3%) e na redução do índice de retenção escolar (de 6,24 para 1,38%).

● Auxílio estudantil

No ano de 2018, mesmo operando dentro de uma margem orçamentária praticamente igual ao ano anterior, houve um aumento no número de alunos atendidos com auxílios. Isso se deve ao fato de alguns *Campi* terem diminuído o valor dos auxílios, viabilizando a concessão de uma maior quantidade de auxílios. Outros *Campi* fragmentaram o valor do auxílio transporte de acordo com a localidade, assim, alguns valores também oferecidos em pecúnia diminuíram e mais alunos foram contemplados. Também foi estabelecido um novo edital unificado para concessão de auxílios, permitindo uma lista com um cadastro de reserva dos candidatos classificados que não estavam dentro das vagas. Dessa forma, a vaga não ficava mais ociosa quando um estudante era desligado, sendo ocupadas por outros. Também contribuiu para um melhor aproveitamento dos auxílios a implantação do programa de monitoramento, que visa um maior acompanhamento dos alunos e permite a verificação dos que permanecem aptos ou não aos recebimento dos auxílios.

Próximos passos e desafios remanescentes

- Implantar sistema informatizado para o processo seletivo de concessão de auxílios estudantis;
- Promover o III Fórum Discente de Assistência Estudantil;
- Levantar o perfil socioeconômico dos estudantes para identificar a situação e intervir de forma mais eficiente.

Principais dificuldades e medidas de mitigação

Negociação com prefeituras para melhoria no transporte dos alunos ao *Campus*

Medida 1

Principais dificuldades

Equipe de servidores insuficiente

Problemas regionais sociais

Morosidade na tramitação e execução de processos

Deficiência na infraestrutura física

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, foi alocada ao IF Sertão-PE a dotação orçamentária no total de R\$165,8 milhões. Contudo, embora nesse valor estivessem previstos R\$ 0,442 milhões de arrecadações próprias, apenas R\$ 0,187 milhões foram arrecadados, o que acarretou na redução de R\$ 0,255 milhões do planejado. Neste íterim houve um acréscimo de R\$ R\$ 13,91 milhões em despesas com pessoal, e as dotações do orçamento/2017 ficaram no valor de R\$ 179,46 milhões.

Os valores supracitados estão distribuídos entre outras despesas correntes (R\$ 27,11 milhões), investimento (R\$ 2,00 milhões) e pessoal (R\$ 150,35 milhões). Neste último estão incluídas também alguns gastos com outras despesas correntes, da programática 2109 (Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação), como, por exemplo, a ação 212B, de Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes. Na Figura 13, pode ser observada a Distribuição do Orçamento de Custeio por Ação de Governo.

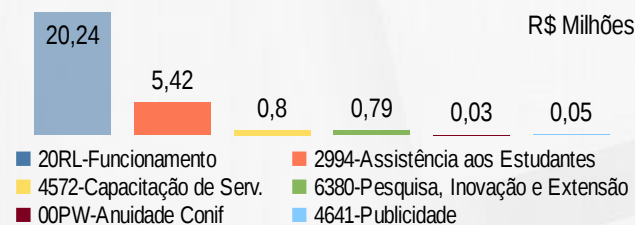


Figura 13 – Distribuição do orçamento de custeio por ação de Governo.

Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

Além do previsto na LOA 2017, o orçamento do IF Sertão-PE foi acrescido de rubricas extraorçamentárias provenientes do MEC, repassadas por meio de Termos de Execução Descentralizadas – TEDs. Isso, no intuito de atender demandas específicas de custeio (a exemplo da Academia Hacktown, Mestrado PROFEPT, Saberes Indígenas, FNDE e outros) e investimento (como a execução de obras e aquisições de equipamentos), contabilizando R\$ 0,78 milhões no primeiro e R\$ 8,89 milhões no segundo semestre. Um fato importante a se observar, é que a partir das medidas tomadas em relação ao planejamento orçamentário, e de aquisições, foi possível executar 99,35% do limite orçamentário liberado em 2017.

LOA x Limite Orçamentário Liberado x Despesas Empenhadas (R\$ milhões)

LOA da despesa	Limite orçamentário liberado	Despesas empenhadas	% de execução
R\$ 29,11	R\$ 28,86	R\$ 28,67	99,35%

Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019).

Nos últimos três anos, o Ministério do Planejamento vem autorizando 100% de limite do orçamento previsto na LOA, entretanto, a liberação desse teto orçamentário ocorre paulatinamente. Isso acaba causando em determinados momentos danos ao planejamento institucional, principalmente em relação às contratações e aquisições. Dado ao fato, que a última liberação de limite orçamentário é reali-

zada já no fim do prazo para empenho. As Figuras 14 e 15 apresentam a dotação orçamentária de custeio e investimento, em relação a liberação de limite orçamentário.

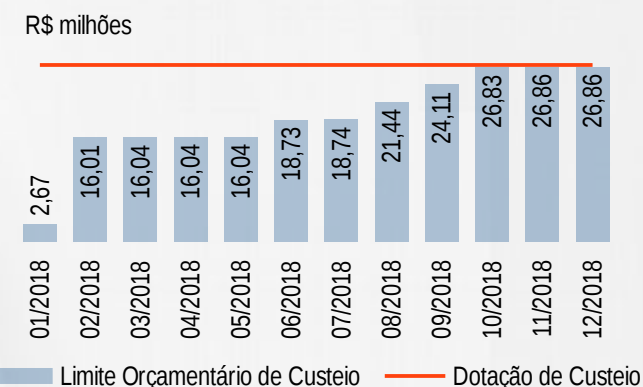


Figura 14 – Dotação Orçamentária de Custeio vs Liberação de Limite Orçamentário.

Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

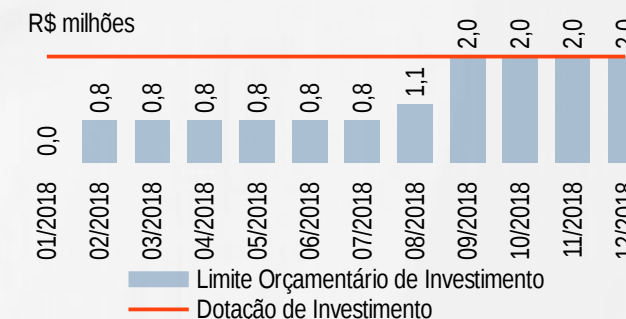


Figura 15 – Dotação Orçamentária de Investimento vs Liberação de Limite Orçamentário.

Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

Como pode ser observado, o limite orçamentário para outras despesas correntes chegou próximo de 100% no mês de outubro, mais precisamente na segunda quinzena. Tendo em vista que só há garantia de recebimento do orçamento na sua totalidade após as conclusões das liberações do limite orçamentário, esta situação ocasiona uma reorganização por muitas vezes danosa, já que existe despesas que são fixas e essenciais ao desenvolvimento das ações da Instituição. O mesmo ocorre em relação a outras despesas correntes, provocando um atraso na aquisição de itens primordiais à execução das atividades institucionais.

De 2016 para 2017 houve uma queda de aproximadamente R\$ 4,00 milhões no orçamento base da Matriz Conif. Por sua vez, entre 2017 e 2018, o orçamento se manteve no mesmo patamar, já sob a influência da Emenda Constitucional (EC) n.º 95, de 2016 que limita o teto de gastos. Esta limitação proferida pela EC n.º 95, em conjunto com a queda no orçamento base da Matriz Conif, ocasionou um drástico reordenamento do planejamento orçamentário da Instituição, principalmente no tocante a distribuição para as Unidades.

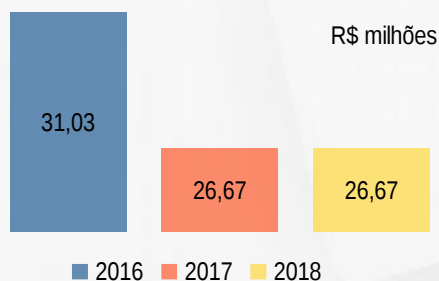


Figura 16 – Evolução da Matriz Conif nos últimos três anos. Fonte: FORPLAN (12/2018)

5.1.1 Detalhamento das despesas por grupo

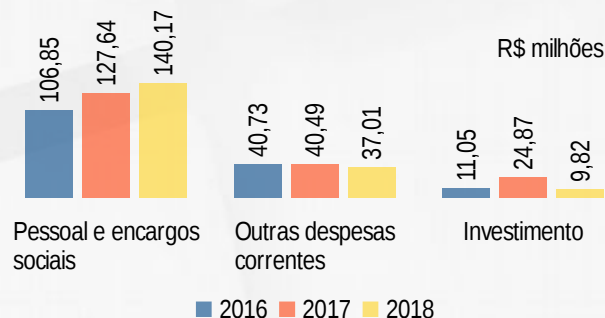


Figura 17 – Evolução das despesas empenhadas. Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

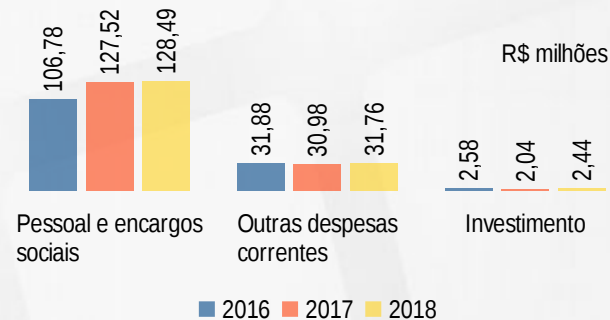


Figura 18 – Evolução das despesas pagas. Fonte: Tesouro Gerencial (03/2018)

Na Figura 17, percebe-se um aumento nas despesas de pessoal empenhadas. Em contrapartida, há uma constância nas despesas correntes, contrariando o demonstrado na Figura 16, em que apresenta uma queda no orçamento base da Matriz Conif. Isto ocorre devido ao fato dos dados referentes às despesas correntes também constarem despesas com pessoal, causando um equilíbrio entre as duas despesas.

Já as variações nos empenhos referente a investimento, se dão em função de aporte extraorçamentário às dotações da Instituição.

A evolução das despesas pagas, seguem a mesma tendência das empenhadas, com exceção dos valores pagos em investimento, pois estes, na sua maioria, tiveram limite liberado no final do ano. Além disso, a maioria das despesas desse grupo, representa gastos com obras, que serão diluídos em mais de um ano, sendo que este gráfico só trata de despesas no exercício, não considerando despesas com Restos a Pagar (RAP). A evolução dos valores pagos com RAP é apresentada na Figura 19.

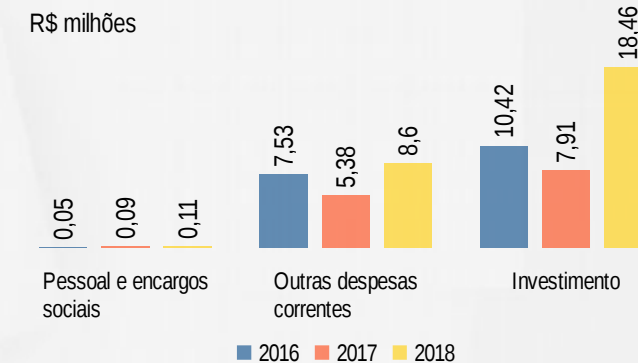


Figura 19 – Despesas pagas de RAP. Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

As despesas pagas de RAP referentes a pessoal não representam uma parcela significativa do montante, pois representam via de regra apenas o pagamento da folha do mês de dezembro/2017. Já outras despesas correntes trazem além das despesas de dezembro 2017, parte do reflexo da liberação tardia do limite orçamentário. Este mesmo

cenário pode ser constatado nas despesas pagas com investimento, responsável pela maior participação nas despesas pagas com RAP, tendo em parte deste saldo, acúmulo de outros anos, bem como obras contratadas no final do exercício, devido ao aguardo da liberação do orçamento.

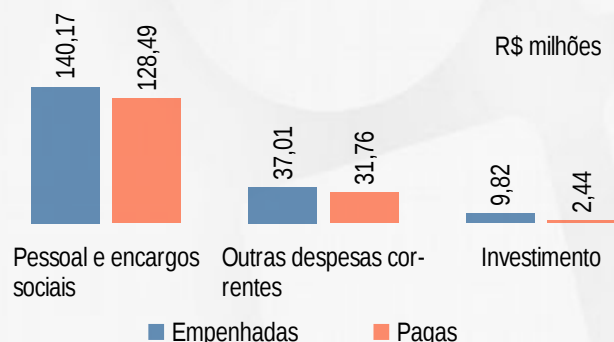


Figura 20 – Despesas empenhadas vs pagas. Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

5.1.2 Detalhamento das despesas por elemento de despesa

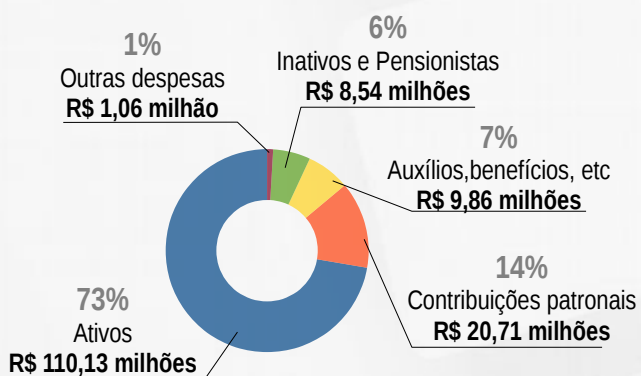


Figura 21 – Despesas por elemento de despesa - Pessoal e encargos sociais. Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

No gráfico acima estão incluídos também alguns gastos com outras despesas correntes da programática 2109, como por exemplo a ação 212B, de Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

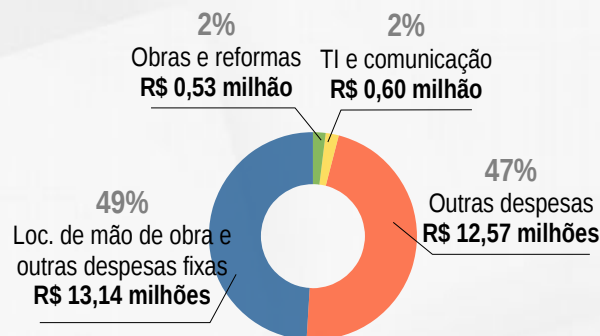


Figura 22 – Despesas por elemento de despesa – Outras despesas correntes. Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

No gráfico representado pela Figura 22, é demonstrada a participação da despesas mais significativas no orçamento de outras despesas correntes. A maior representação se dá com os contratos de terceirizados (49%), já o item outras despesas é composto pela assistência estudantil, capacitação de servidores, diárias e passagens, apoio à pesquisa, inovação e extensão, estagiários, materiais de consumo, dentre outros.

A seguir, apresentada-se a participação das despesas mais significativas no orçamento de investimento, tendo a maior representação com despesas referentes a obras e reformas com 75%, seguida por investimentos diversos que é composta de aquisições de mobiliário, equipamentos para laboratórios, ferramentas, veí -

culos, implementos agrícolas, condicionadores de ar, e outros.

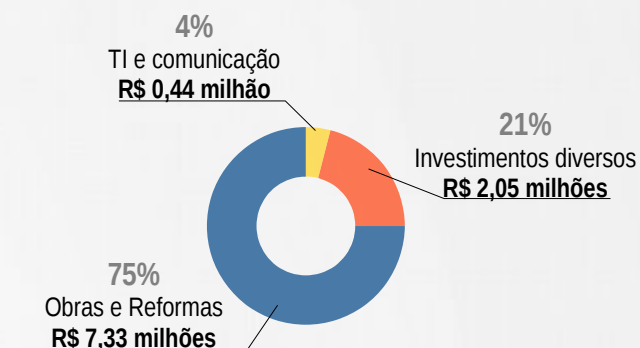


Figura 23 – Despesas por elemento de despesa – Investimento. Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

Os investimentos em TI e Comunicação possuem a menor representação no gráfico, contudo, não significa que se tenha feito pouco investimento nesta área. Na realidade esta baixa porcentagem de participação se dá pelo alto investimento em obras e reformas, tendo em vista que se investiu R\$ 0,44 milhões.

Desafios

- ✓ **Replanejamento orçamentário ao longo de 2018, com o propósito de garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais;**
- ✓ **Ajustes no planejamento orçamentário a fim de minimizar as inscrições de restos a pagar;**
- ✓ **Efetivar ações de custeio e investimento de caráter estratégico, diante da liberação parcelada do limite orçamentário.**

5.2 GESTÃO DE PESSOAS

5.2.1 Conformidade legal

Para atuar em consonância com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o IF Sertão-PE observou o conjunto de regras e normas publicadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Nesse contexto, o IF realizou ações como o recadastramento de acumulação de cargos com todos os servidores, sendo que os casos identificados de acúmulo irregular estão sendo analisados e sanados. Também foi realizado recadastramento de todos os servidores que recebiam adicional de insalubridade/periculosidade. Os processos de recebimento deste benefício estão seguindo atualmente as orientações previstas na Orientação Normativa nº 04/2017, a mais recente orientação legal que trata da matéria.

5.2.2 Avaliação da força de trabalho

O recrutamento e alocação de pessoas se dá através da realização de concurso público, de acordo com a Lei nº 8.112/90. Cabe destacar que o MEC propôs em 2016, através da Portaria nº 246/2016, modelo de dimensionamento de cargos para os Institutos Federais, de forma que a instituição realiza a alocação de pessoas, atualmente seguindo o modelo proposto pelo Ministério.

Destacamos que em relação a essa portaria, entendemos que houve equívoco por parte do Ministério em relação ao *Campus* Petrolina, uma vez que tal unidade possui número de servidores superior ao quadro proposto, o que é compatível com

a quantidade de cursos e alunos matriculados, entretanto, a retificação quanto à classificação do *Campus* ainda está pendente de análise por parte do MEC.

Em 2018 foram recebidos apenas 09 novas vagas, exclusivamente para técnicos-administrativos em educação, sendo 07 cargos de administrador e 02 cargos de técnico/formação. O número ainda é insuficiente para atender a toda demanda de cargos necessários à instituição. São esperadas novas liberações em 2019, considerando o pedido feito para a atual necessidade de cargos da instituição que é de 44 docentes e 141 TAEs.

O IF Sertão-PE finalizou o ano com 1.044 servidores (inclusos os 4 cedidos de outras instituições) servidores, a maioria do sexo masculino e TAE.

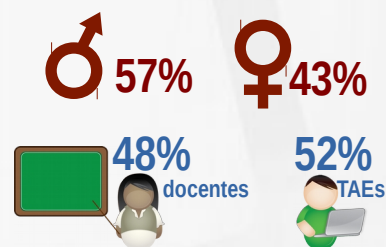


Figura 24 – Servidores segundo o sexo e a categoria.

A maior unidade, em relação ao número de servidores, é o *Campus* Petrolina, seguido pelo *Campus* Petrolina Zona Rural, depois Reitoria e os *Campi* Salgueiro, Ouricuri, Floresta, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada.

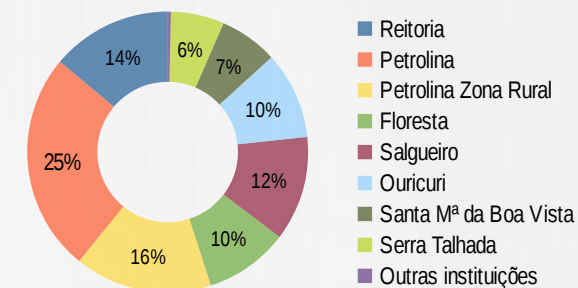


Figura 25 – Servidores do IF Sertão-PE segundo a unidade

Em fase de expansão, principalmente devido à criação dos *Campi* Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada e a finalização da construção de seus prédios definitivos, a instituição viu um aumento do seu quadro de servidores nos últimos anos.

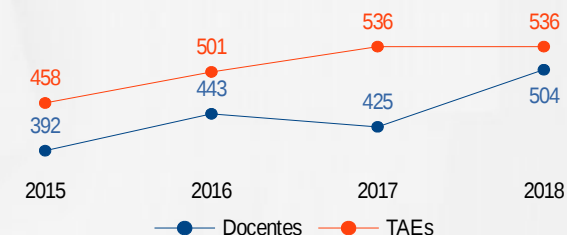


Figura 26 – Evolução do quadro de servidores

Em 2018 houve um ajuste desse quadro com a recuperação do quantitativo de docentes.

O período de maior crescimento no interstício 2015-2018 se deu de 2015 a 2016 devido à contratação de servidores para os *Campi* Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada, em fase de consolidação.

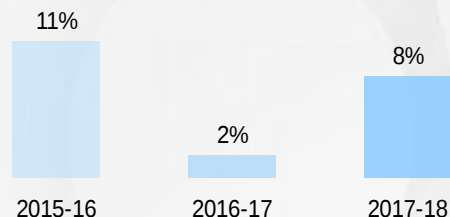


Figura 27 – Taxa de crescimento do quadro de servidores

Com a expansão nos *Campi* do IF Sertão-PE, houve a necessidade de adequação no quadro da Reitoria, que teve o maior crescimento no período 2017-2018 (25%), seguida do *Campus* Salgueiro (17%) e, mais uma vez, de Serra Talhada (12%) e Santa Maria da Boa Vista (11%).

O IF Sertão-PE fechou o ano de 2018 com 12 servidores recebendo abono de permanência, e 10 aposentadorias concedidas. Observa-se, portanto, um pequeno número de servidores aposentados, dado que o quadro de servidores é jovem, onde a maior parte possui entre 26 e 35 anos de idade e poucos possuem mais de 55.

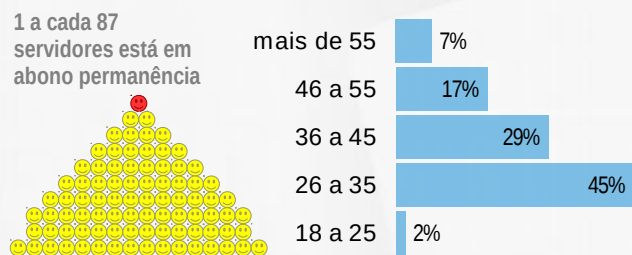


Figura 28 – Abono permanência e faixa etária dos servidores

Em relação ao quantitativo de servidores segundo o vínculo funcional, a grande maioria é formada pelo ativo permanente, seguido pelos professores substitutos.

Distribuição da força de trabalho por vínculo funcional

Vínculo	Percentual	Qtd.
Ativo permanente	94%	980
Cedido	0,38%	4
Cont. Prof. Substituto	5,27%	55
Cont. Prof. Temporário	0,29%	3
Exerc. 7º art 93 da Lei 8.112	0,10%	1
Exerc. Descent Carrei	0,10%	1

Já a faixa salarial predominante é a de 5 a 9,9 mil Reais (42%), seguida de um empate das faixas de 10 a 14,9 mil e até 4,9 mil (24%). Em relação ao regime de trabalho: 56% pertence ao regime de 40 horas, 40,1% ao regime de dedicação exclusiva, 1,3% de 20 horas, 0,9% de 25 horas e 0,8% de 30 horas.

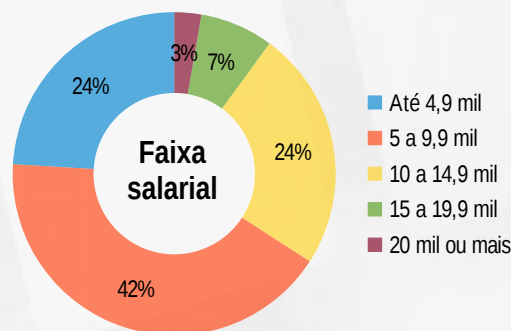


Figura 29 – Faixa salarial dos servidores do IF Sertão-PE

Em relação à ocupação de cargos gerenciais, 14,11% ocupam função gratificada (FG), 5,38% ocupam função de coordenação de curso (FCC) e 5,18% ocupam cargo de direção (CD).

Cargo gerencial	Nº	%
Cargo de Direção (CD)	51	5,18%
Função Gratificada (FG)	139	14,11%
Função de Coord. de Curso (FCC)	53	5,38%
Servidores sem cargo	742	75,33%
Total	985	100%

5.2.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Em 2018 foram realizados 06 processos seletivos para contratação de servidores temporários, 03 relativos a contratação de professor substituto e 03 relativos a profissional técnico especializado em linguagem de sinais. Além disso, foram convocados servidores dos editais ainda vigentes de Técnico-Administrativo em Educação (Edital 36/2016) e Professor EBTT (Edital 92/2015). Ao total, foram contratados 87 novos servidores.



Figura 30 – Servidores contratados por concurso público

Foram realizados ainda 13 ciclos de remoção interna com a movimentação interna de 12 servidores, já no contexto da Resolução nº 45/2017, que regulamenta os processos de movimentação de servidores, incluindo colaboração técnica, remoção, redistribuição, cessão e exercício provisório.

5.2.4 Detalhamento da despesa pessoal

Abaixo segue quadro demonstrativo com as despesas de pessoal nos últimos dois anos. O aumento da despesa se deve sobretudo ao aumento do número de servidores, bem como o reajuste salarial ocorrido para a carreira de docente EBTT.

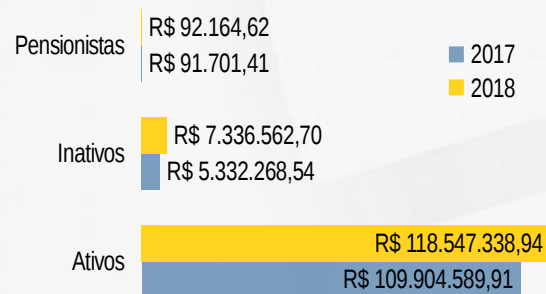


Figura 31 – Evolução das despesas com pessoal

5.2.5 Avaliação de desempenho e remuneração

Em 2018, 415 servidores passaram por processo de avaliação de desempenho e progrediram na carreira. Destes, 169 foram servidores docentes e 246 servidores TAEs. As avaliações de desempenho e consequente progres -

são dos servidores seguem as orientações previstas: para TAEs a Lei 11.091/2005 e para docentes a Lei 12.772/2012.

Para TAEs, a avaliação ocorre a cada 18 meses e, para docentes, a cada 24 meses de efetivo exercício. Consideramos que, para docentes, a avaliação de desempenho leva em conta o desenvolvimento dos servidores na carreira, estando adequada às previsões legais existentes. Contudo, para TAEs, entendemos que é necessária uma adequação para melhorar a efetividade e benefícios da referida avaliação. Dessa forma, estão sendo propostas, para 2019, mudanças nas atuais regras de avaliação de desempenho para TAEs.

Em relação à avaliação de estágio probatório, ao ingressar na instituição, os servidores são avaliados por um período de 03 anos. Em 2018, foram homologadas 63 avaliações de estágio probatório de servidores. A avaliação segue as orientações previstas na Lei 8.112/90.

5.2.6 Valor agregado

Em 2018, houve alguns eventos relacionados a qualidade de vida do servidor, como o Integrar para Construir, que reúne servidores de todos os Campi, além de parceiros da Univasf e IFBA, que acontece por ocasião das comemorações do dia do servidor público. Algumas palestras e orientações também foram realizadas no decorrer do ano. Contudo, identificamos a falta de um programa institucional de qualidade de vida dos servidores, o qual encontra-se em fase de elaboração devendo ser iniciado ainda em 2019.

5.2.7 Capacitação

O IF sertão-PE, em 2018, realizou ações de aprendizagem com o objetivo de desenvolver e reduzir as principais lacunas de competência e promover o desenvolvimento sistemático e contínuo do seu quadro de servidores. As ações foram concentradas no Plano Anual de Capacitação (PAC) e no pagamento de diárias e passagens, aos servidores, para participação em cursos externos.

No PAC, foi destinado cerca de R\$ 105 mil dos recursos orçamentários, considerando o pagamento de instrutores e diárias de deslocamentos de servidores, o que corresponde a uma média de R\$ 839,34 por servidor capacitado. O programa ofereceu 9 cursos, tendo a participação de 125 servidores, incluindo de outras instituições como IFBA, IFPI e Univasf, preenchendo aproximadamente 46% das 270 vagas oferecidas.

Ressalta-se que o PAC foi elaborado em 4 etapas: (I) levantamento das necessidades de capacitação; (II) plano de execução; (III) execução do plano; e (IV) avaliação dos cursos oferecidos. A escolha dos cursos teve como critério o alinhamento aos objetivos institucionais e o levantamento das necessidades pelos próprios servidores.

Contudo, a construção de um relatório de avaliação da execução do PAC 2018 permitiu que fossem identificadas lacunas que deverão ser sanadas nas próximas edições do plano, dentre elas: (I) Planejamento e organização do cronograma; (II) logística adequada nas reservas das salas de aula e laboratórios; e (III) coordenação do deslocamento dos servidores em diferentes espaços de aprendizagem ao longo de cada curso.

5.2.8 Desafios

Devido à complexidade dos instrumentos que regem as carreiras, tanto de TAEs quanto de docentes, a área de pessoal do IF Sertão-PE enfrenta, cotidianamente, diversos desafios relacionados, sobretudo, à concessão ou não de benefícios ao servidor, movimentação de pessoal e os direitos e obrigações a que estão submetidos.

Atualmente, podem ser relacionados como principais desafios enfrentados por essa área (I) o grande número de auditorias e fiscalizações realizadas por órgãos de controle, internos e externos, em que algumas recomendações ou determinações nem sempre podem ser atendidas de forma tempestiva ou completa; e (II) o grande e divergente número de orientações legais e normativas que dificultam e tornam complexo o processo de normatização e instrução interna.

Em termos de movimentação de pessoal, destacamos um cenário desafiador que é o elevado número de pedidos de remoção por motivo de saúde.

Uma vez que tal movimentação ocorre, independente do interesse da administração, muitos servidores têm sido removidos para localidades que muitas vezes não tem a necessidade de seu perfil profissional ou já estão com quadro completo de servidores.

A situação torna-se mais complexa devido ao fato de não haver possibilidade legal de reposição da força de trabalho da unidade que o servidor foi removido. Em 2018 houve 10 servidores removidos por motivo de doença, própria ou de familiar. Observamos que este fenômeno tem acontecido, em especial, em cidades que carecem de estrutura médica adequada. No longo prazo, contudo, esse fato poderá inviabilizar os objetivos de interiorização e atendimento de comunidades mais afastadas dos grandes centros, onde reside uma das grandes missões dos Institutos Federais.

5.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.3.1 Licitações

Em 2017 foram implantadas as novas metodologias de planejamento das aquisições e da execução das licitações, trazendo com elas os manuais de [Planejamento das Aquisições](#) e [Licitações e Compras](#) e a ideia de padronização das especificações dos materiais e serviços a serem contratados. Estas metodologias se consolidaram em 2018 com a definição e implantação de [documentos padronizados](#), com o intuito de normatizar e uniformizar os processos de aquisições e contratações no âmbito do Instituto.

Além dos documentos, foram padronizados os fluxos dos processos, com a sequência das etapas, indicação do respectivo responsável, a ação a ser realizada e o documento a ser gerado. Isto faz com que as etapas de produção sejam bem definidas, ficando muito mais fácil acompanhar e melhorar a qualidade dos nossos processos administrativos. Outro fator importante, foi o tratamento das licitações como projetos, onde todas as etapas do processo licitatório a partir da consolidação das demandas, são cadastradas num sistema de gestão de projetos, podendo seu andamento ser [acompanhado por qualquer cidadão](#).

O processo de padronização facilitou a rotina de trabalhos dos servidores lotados nos setores de licitação e compras, como também para que servidores de qualquer área tenham acesso aos modelos, para produzirem documentos necessários e executá-los conforme os padrões legais e institucionais. O constante monitoramento também permite solucionar falhas com celeridade e diagnosticar problemas com facilidade, reduzindo ainda mais todos os custos operacionais.

Estes procedimentos culminaram na exclusão de algumas modalidades de licitação, como Concorrência e Tomada de Preço, bem como redução da quantidade de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação, sendo priorizado Pregão e o Regime Diferenciado de Contratação Pública – RDC.

Quantitativo de Licitações por Modalidade

Modalidade de Licitação	Quantidade
Tomada de Preço	0
Concorrência	0
Dispensa de Licitação	23
Inexigibilidade	44
Regime Diferenciado de Contratação Pública	3
Pregão Próprio	20
Adesão a Pregão	22

Fonte: Tesouro Gerencial E Sistema de Gestão de Projetos (03/2019)

Logística Sustentável

- ✓ aquisição de papel reciclado;
- ✓ atendimento dos critérios de sustentabilidade previstos na IN AGU 01/2010 na contratação de obras e serviços;
- ✓ inclusão de melhor dimensionamento da área nos contratos de limpeza visando à racionalização dos recursos e mais adequada prestação do serviço;
- ✓ especificação de materiais e equipamentos observando critérios de sustentabilidade ambiental, como por exemplo a existência de selo CEFLOR, FSC, PROCEL, dentre outros.

5.3.2 Contratos

Visando uma melhor gestão e fiscalização dos contratos do IF Sertão-PE, em 2018 foi criada uma comissão com o intuito de padronizar os fluxos, procedimentos, documentos e ações no âmbito dos contratos. Atualmente os documentos gerados estão em fase de revisão e validação.

Num trabalho feito entre as equipes de planejamento, compras e licitações, houve uma redução nas contratações diretas, como é possível observar na Figura 32.

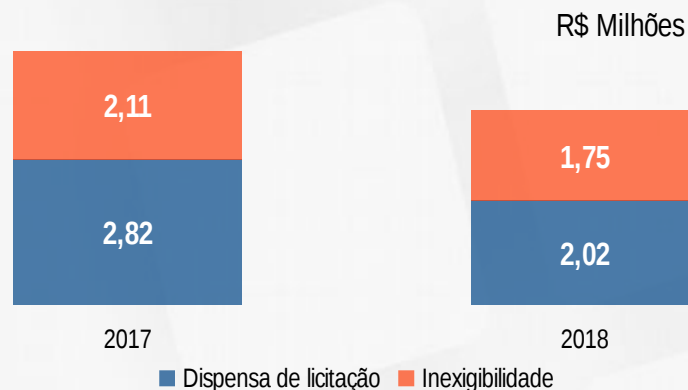


Figura 32 – Evolução das Despesas Empenhadas com Contratações Diretas.
Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

Embora a modalidade que tenha maior representatividade na execução orçamentária seja a Não se Aplica, ela não será muito aprofundada neste tópico, pois como o próprio nome sugere, ela trata de contratações que não envolvem licitações, abrangendo desde despesas com pessoal, passando por auxílios da assistência estudantil, diárias e taxas diversas.

Despesas Executadas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Licitação	Executado (Milhões)
Dispensa de Licitação	2,02
Inexigibilidade	1,75
Não se Aplica	158,11
Regime Diferenciado de Contratação Pública - RDC	7,87
Pregão	17,26

Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

Observando a Figura 33, pode-se observar que, desconsiderando “não se aplica”, as contratações baseadas em inexigibilidade e dispensa de licitação, representam, cada, aproximadamente, 6% do montante contratado, e as contratações provenientes de pregão correspondem a aproximadamente 60%, sendo este um bom indicador do planejamento de contratações.

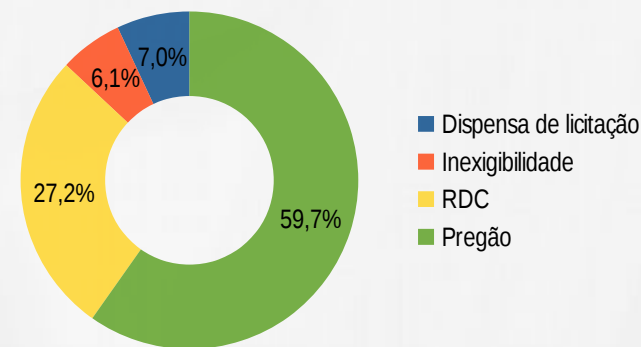


Figura 33 – Participação das Contratações nas Despesas.
Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

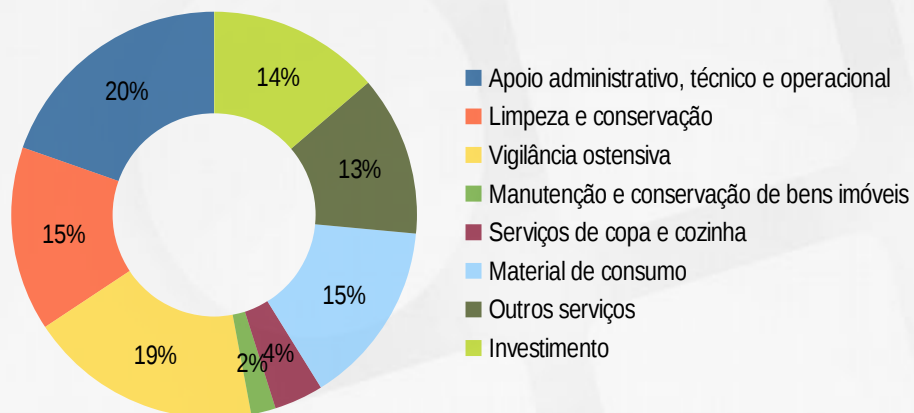


Figura 34 – Distribuição das Despesas nas Contratações por Pregão.
 Fonte: Tesouro Gerencial (03/2019)

Dentre as despesas provenientes de contratações via pregão, as de impacto mais significativo são as referente a despesas com locação de mão de obra, responsáveis por aproximadamente 60% deste montante, distribuídas entre apoio administrativo 19,85%, limpeza e conservação 14,51%, vigilância 18,72%, serviços de copa e cozinha 3,95% e Manutenção de bens imóveis 1,54%. Os 40% restantes ficam divididos entre material de consumo 14,64%, outros serviços (energia, água, passagens etc.) 12,98% e investimentos 13,81%.

5.4 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

5.4.1 Investimentos em infraestrutura e equipamentos

A partir das demandas apresentadas pelos *Campi*, a PROAD considerando critérios técnicos, apresentou ao CODI as prioridades de infraestrutura, com intuito de proporcionar uma distribuição eficiente e eficaz, tanto no sentido de disponibilizar investimentos, quanto promover a confecção de projetos e posteriormente a execução de obras, com vistas a manter a equidade de infraestrutura entre as diversas unidades do IF Sertão-PE.



Critérios para Definição das Prioridades

- ✓ criticidade / emergência;
- ✓ abrangência;
- ✓ necessidade de estudos preliminares;
- ✓ capacidade de execução

Esse planejamento permitiu a execução e fiscalização das obras em andamento, bem como o desenvolvimento dos novos projetos elencados, avaliação da força de trabalho existente vs necessidade de novas contratações, e da infraestrutura interna da Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, e por fim uma visão do valor orçamentário a ser aplicado para execução dos projetos e obras inseridos no plano de infraestrutura. A seguir serão apresentadas as principais prioridades definidas.

Porcentagem de Execução das Demandas de Infraestrutura


Infraestrutura	% executado
Sala dos Professores e Reforma dos Banheiros CPZR	100,00%
Reforma Alojamento Estudantes do CPZR	100,00%
Reforma Quadra do <i>Campus</i> Petrolina Zona Rural	100,00%
Acessibilidade / Comunicação <i>Campus</i> Petrolina	100,00%
Execução de Muro <i>Campus</i> Petrolina	100,00%
Construção do Auditório <i>Campus</i> Petrolina	64,95%
Reestruturação da Rede Elétrica <i>Campus</i> Petrolina	100,00%
Reforma e Ampliação <i>Campus</i> Ouricuri	39,71%
Construção da Quadra <i>Campus</i> Ouricuri	100,00%
Reforma do Anexo do <i>Campus</i> Ouricuri	100,00%
Construção da Quadra do <i>Campus</i> Floresta	100,00%
Construção da Quadra do <i>Campus</i> Salgueiro	100,00%
Reforma da Sede Provisória da Reitoria	100,00%



Projetos Aguardando Orçamento

- ✓ Ampliação e Reforma do *Campus* Floresta;
- ✓ Ampliação e Reforma do *Campus* Salgueiro;
- ✓ Sede da Reitoria;

Além das prioridades de infraestrutura, foi efetivado junto ao planejamento de aquisições as necessidades de equipamentos para laboratórios, atividades administrativas e de ensino, tecnologia da informação e mobílias abaixo os principais investimentos em equipamentos.



Investimentos em Equipamentos

- ✓ Aquisição de kits para laboratório de química;
- ✓ Aquisição de kits para laboratório de física;
- ✓ Aquisição de kits para laboratório de matemática;
- ✓ Aquisição de equipamentos para laboratório de refrigeração;
- ✓ Aquisição de veículos de passeio e ônibus;
- ✓ Aquisição de ativos de TI;
- ✓ Aquisição de equipamentos para laboratórios de edificações;
- ✓ Aquisição de condicionadores de ar;
- ✓ Aquisição de mobiliário;

5.4.2 Gestão patrimonial

O IF Sertão-PE, no seu controle patrimonial, atua com base na Portaria Normativa nº 03 de 10 de agosto de 2006, que é fundamentada na IN 205 de 08 de abril de 1988 e no Decreto nº 99658, de 30 de outubro de 1990. Atualmente, dispõe de 07 imóveis próprios em cidades distintas no sertão do estado de Pernambuco, onde funcionam os *Campi*. A Reitoria encontra-se instalada em imóveis locados de terceiros.

Considerando a autonomia administrativa, financeira e operacional dos *Campi*, cada unidade possui a CAP – Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio, responsável por gerir todos os dados necessários à atualização nos sistemas de gerenciamento do seu patrimônio imobiliário, sob controle finalístico da Coordenação Geral de Patrimônio, situada na Reitoria.

Os imóveis pertencentes ao IF Sertão-PE, encontram-se registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet. Como demonstrado abaixo.

Localização dos imóveis do IF Sertão-PE

Campus/Reitoria	Número do RIP	Cidade de localização
Reitoria	252100189.500-7	Petrolina-PE
Anexo da Reitoria	252100177.500-1	Petrolina-PE
Ouricuri	249700029.500-0	Ouricuri-PE
Ouricuri	249700027.500-9	Ouricuri-PE
Ouricuri	249700031.500-0	Ouricuri-PE
Floresta	241300048.500-2	Floresta-PE
Floresta	241300073.500-9	Floresta-PE
Petrolina Zona Rural	252100058.500-4	Petrolina-PE
Salgueiro	254300157.500-3	Salgueiro-PE
Serra Talhada	257700266.500-0	Serra Talhada-PE
Santa Maria da Boa Vista	252100127.500-9	Santa Maria da Boa Vista-PE
Petrolina	252100195.500-0	Petrolina-PE

O controle patrimonial é efetivado parte no SIGA ADM, parte em planilhas, e no intuito de sanar esta situação foi iniciado o processo de implantação do módulo SUAP PATRIMÔNIO, que será responsável pelo nosso controle patrimonial.

5.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.5.1 Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a lei, a gestão de TIC do IF Sertão-PE observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC. Abaixo seguem listadas as principais:

Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal (EGD) 2016-2019
Instrução Normativa MP/SLTI Nº 4/2014
Instrução Normativa GSI Nº 1, de 13 de junho de 2008

5.5.2 Modelo de governança de TI

O [Modelo de Governança de TIC](#) do IF Sertão-PE tem como principal instância o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação com responsabilidades de cunho estratégico, que tem por finalidade propor políticas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades em tecnologia da informação. No mesmo nível, porém de caráter consultivo, o Comitê Gestor de Segurança da Informação estabelece normas, procedimentos e ações de conscientização na área de segurança da informação.

5.5.3 Montante de recursos aplicados

O IF Sertão-PE tem investido em tecnologia nos últimos anos buscando ampliar sua infraestrutura e prover melhores resultados para a sociedade.

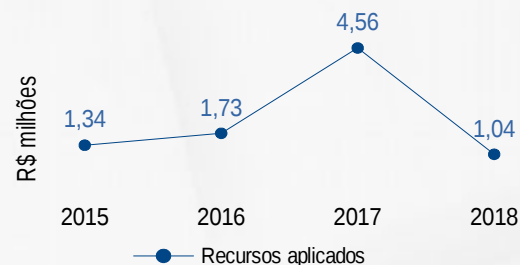


Figura 35 – Evolução dos recursos aplicados em TI.
Fonte: Portal de Gastos de TI – CGU e SICAF

Contratações mais relevantes

Aquisição de Licenças para Solução de Segurança de Rede Corporativo
Aquisição de Equipamentos de Informática
Serviços de <i>OutSourcing</i> de Impressão

5.5.4 Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor

Em sintonia com a necessidade de modernização tecnológica das rotinas administrativas e educacionais, foram desenvolvidas iniciativas para otimizar os resultados destas áreas.

Aperfeiçoamento do Sistema de Planos Individuais de Trabalho (PITs) e Relatórios Individuais de Trabalho (RITs) dos docentes
Desenvolvimento do aplicativo para celular do Sistema de Apoio à Gestão Educacional
Implantação de novos módulos do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)
Desenvolvimento do Portal do Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação
Desenvolvimento dos Sistemas de Preenchimento de Vagas Ociosas

5.5.5 Segurança da Informação

O IF Sertão-PE realizou o evento “Dia da Segurança da Informação”, onde foram apresentadas palestras, com a finalidade de conscientizar os servidores da Instituição sobre as melhores práticas relacionadas à segurança da informação, bem como fomentar discussões sobre a importância da segurança na implementação de novos recursos e ferramentas.

5.5.6 Principais desafios e ações futuras

O principal desafio da área é o número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação expondo a instituição a uma série de riscos, tais como: alongamento do prazo na execução de projetos e sobrecarga das chefias comprometendo a gestão e a governança de TI.

A principal ação futura é elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para biênio 2019/2020 com ênfase em projetos que agregam valor à comunidade acadêmica.

5.6 GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custo terá o suporte dos módulos SUAP Almoxarifado e SUAP Patrimônio, que estão em fase de implantação. Além deste processo de implantação de sistemas, foram ajustados os planos internos e criadas Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs), setorizando e segmentando-as, promovendo um melhor acompanhamento dos custos.

O advento do SUAP proporcionou uma melhor organização dos servidores nos centros de custo, permitindo, assim, o levantamento dos custos com pessoal de forma setorizada. De uma forma geral, a apuração dos custos no IF Sertão-PE foi realizada em 2018 pelos programas e ações parametrizados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). O objetivo em 2019 é aumentar a granularidade para o mais próximo possível da apuração por cada unidade de custo em todas as despesas.

No exercício de 2018, o IF Sertão-PE compôs-se das seguintes unidades administrativas: Setorial Contábil UG – 158149 e 07 (sete) *Campi* (158278, 158499, 158500, 158568, 158570, 158740 e 158741), sendo lotado dois contadores na Reitoria e um contador em cada *Campus*.



Desafios Futuros

- ✓ Avaliar e efetivar a criação de UGRs;
- ✓ Alterar o cadastro do SIORG de cada UG;
- ✓ Ratear despesas entre os centros de custo;
- ✓ Registrar a exaustão e a amortização.



Principais Dificuldades

- ✓ Falta de integração entre todos os setores;
- ✓ Falta de uniformização dos procedimentos;
- ✓ Cadastrar estrutura organizacional no SIORG;
- ✓ Controle de baixa do estoque do almoxarifado por cada unidade de centro de custo;
- ✓ Rateio das Variações Patrimoniais Diminutivas por cada unidade de centro de custo.

5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O IF Sertão-PE vem tomando iniciativas visando a adoção de práticas sustentáveis ao meio ambiente. No que tange às licitações, como informado anteriormente, tais práticas estão presentes na aquisição de materiais reciclados; no atendimento a critérios legais de sustentabilidade; na contratação de obras e serviços; na racionalização de recursos nos contratos de limpeza; e na adoção de critérios de sustentabilidade, como a existência de selos.

Também foi elaborada minuta que trata da política de aquisição e desfazimento de equipamentos de tecnologia da informação, devendo ser apreciada pelo CONSUP em 2019.

Além dessas medidas, outras iniciativas foram tomadas, tanto na esfera da educação e governança quanto nas práticas.



Educação e Governança

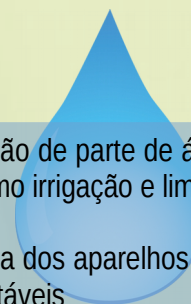
- Coordenação da *Red Iberoamericana de Medio Ambiente* no Brasil;
- Realização de Atividades de Extensão na área ambiental no exterior, com ministração de curso de curta duração (40h) para estudantes do Equador;
- Realização de projetos de extensão e pesquisa;
- Inserção da temática nos componentes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição;
- Participação no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Petrolina (CONDEMA), tendo dois membros (titular e suplente);
- Participação no Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, visando o monitoramento e mitigação de poluição e acidentes nos cursos das barragens da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Práticas



Separação e entrega dos materiais recicláveis para cooperativa de coleta seletiva no *Campus Serra Talhada*, por meio de parceria com a cooperativa de reciclagem existente no município, onde todos os materiais são recolhidos semanalmente

Gestão de resíduos orgânicos e inorgânicos da Unidade de Alimentação e Nutrição do *Campus Petrolina Zona Rural*, que são destinados ao preparo de sabão e alimentação de animais



Armazenamento e utilização de parte de águas pluviais em alguns *Campi* para fins não potáveis como irrigação e limpeza

Reaproveitamento da água dos aparelhos de ar condicionado do *Campus Petrolina* para fins não potáveis



Aquisição de iluminação mais econômica nos *Campi Petrolina Zona Rural* e *Serra Talhada*

TITULARES DAS ÁREAS ABORDADAS



Adelson Barros de Melo
Diretor de Orçamento e Finanças



Jean Lúcio Santos Evangelista
Diretor de Gestão de Pessoas



Gerson de Alencar Lima
Diretor de Licitações



Ebson Alves da Silva
Diretor de Engenharia e Infraestrutura



Francisco Hamilton de Freitas Júnior
Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DA CONTADORA

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Declaração da Contadora com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DA CONTADORA			
Denominação completa (UPC)		Código da UG	
Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Sertão Pernambucano		158149	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:			
a) Depreciação de Bens Móveis; b) Amortização de Bens Intangíveis; c) Reavaliação de Bens Imóveis; d) Baixa nos saldos da conta de Almojarifado.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Petrolina – PE	Data	14.03.2019
Contadora Responsável	Daniela de Oliveira Santos	CRC nº	021659/O-2

Daniela de Oliveira Santos
Contadora



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Milhões

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	0,44	0,44	0,20	-0,24
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	0,04	0,04	0,06	0,03
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,04	0,04	0,06	0,03
Receitas Agropecuárias	0,06	0,06	0,02	-0,04
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	0,34	0,34	0,10	-0,24
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,34	0,34	0,10	-0,24
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	0,01	0,01
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	0,01	0,01
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	0,44	0,44	0,20	-0,24
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	0,44	0,44	0,20	-0,24
DÉFICIT			186,80	186,80
TOTAL	0,44	0,44	187,00	186,56
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Milhões

DESPESAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	163,80	181,20	177,18	174,37	160,25	4,01
Pessoal e Encargos Sociais	127,43	144,04	140,17	140,16	128,49	3,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	36,38	37,15	37,01	34,21	31,76	0,14
DESPESAS DE CAPITAL	2,00	2,00	9,82	3,13	2,44	-7,82
Investimentos	2,00	2,00	9,82	3,13	2,44	-7,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	165,80	183,20	187,00	177,50	162,70	-3,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	165,80	183,20	187,00	177,50	162,70	-3,81
TOTAL	165,80	183,20	187,00	177,50	162,70	-3,81

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados e processados e não processados liquidados

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5,90	8,35	7,41	7,13	3,37	3,75
Pessoal e Encargos Sociais	0,38	0,12	0,11	0,11	0,38	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5,52	8,23	7,29	7,01	2,99	3,74
DESPESAS DE CAPITAL	0,84	22,52	19,37	18,13	0,67	4,56
Investimentos	0,84	22,52	19,37	18,13	0,67	4,56
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6,74	30,87	26,77	25,26	4,04	8,31

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ Milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1,26	1,67	1,58	0,01	1,33
Pessoal e Encargos Sociais	1,12	-	-	-	1,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	0,14	1,67	1,58	0,01	0,22
DESPESAS DE CAPITAL	0,02	0,33	0,33	-	0,02
Investimentos	0,02	0,33	0,33	-	0,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1,28	2,00	1,91	0,01	1,35

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

NOTA EXPLICATIVA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

As Receitas do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, no exercício de 2018, foram compostas por: Receita Patrimonial – Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, referente a recebimentos de aluguéis de espaços concedidos para instalação de cantinas nos *Campi*; A Receita Agropecuária na qual agrupam-se os valores da Receita da Produção Vegetal e Receita da Produção Animal, dos quais resultam da venda dos vegetais excedentes produzidos nas aulas práticas, bem como do abatimento de animais criados para fins educacionais em cursos específicos no Campus Petrolina Zona Rural; Receitas de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais evidenciadas pela arrecadação de Serviços de Hospedagem e Alimentação e Taxa de Inscrição de Concurso Público, e, Outras Receitas Correntes - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos que se referem a regularizações contábeis de Ordens Bancárias Canceladas e Devolução de Recursos de exercício anteriores e a Indenizações por Danos ao Patrimônio Público. Houve um déficit de arrecadação na ordem de R\$ -240.136,75, oriundo da baixa arrecadação da Receita de Serviços Administrativos e Comerciais. As Despesas do IF Sertão-PE estão divididas em Despesas Correntes e Despesas de Capital. Sendo a maior representação apresentada na Despesas de Pessoal, no percentual de 79,11% da Despesa Corrente empenhada/executada. Nas Despesas de Capital, a rubrica de Investimentos apresentou as despesas empenhadas superiores à dotação atualizada devido aos empenhos referentes às complementações das obras e às aquisições de equipamentos executados com orçamento de TED – Termo de Execução Descentralizada.

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Milhões

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	34,45	19,67	PASSIVO CIRCULANTE	20,86	3,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	15,99	2,95	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	14,63	0,49
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	13,20	11,68	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3,19	1,93
Estoques	5,26	5,04	Demais Obrigações a Curto Prazo	3,05	1,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE	130,51	103,84	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	20,86	3,70
Imobilizado	130,44	103,84	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Bens Móveis	49,26	40,24	Resultados Acumulados	144,09	119,81
Bens Imóveis	81,18	63,59	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	144,09	119,81
Intangível	0,06	0,01			
Softwares	0,06	0,01			
TOTAL DO ATIVO	164,95	123,51	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	164,95	123,51

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

R\$ Milhões

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	16,00	2,96	PASSIVO FINANCEIRO	33,98	40,89
ATIVO PERMANENTE	148,95	120,55	PASSIVO PERMANENTE	3,04	0,18
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	127,93	82,44

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

BALANÇO PATRIMONIAL

Quadro de Compensações

R\$ Milhões

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	45,71	54,17	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6,30	3,85
Execução dos Atos Potenciais Ativos	45,71	54,17	Execução dos Atos Potenciais Passivos	6,30	3,85
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		0,02	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	44,62	53,05	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		
Direitos Contratuais a Executar	1,10	1,10	Obrigações Contratuais a Executar	6,30	3,85
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		
TOTAL	45,71	54,17	TOTAL	6,30	3,85

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial

R\$ Milhões

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6,22
Recursos Vinculados	-11,75
Educação	-6,46
Operações de Crédito	0,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	0,45
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-5,75
TOTAL	-17,98

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

NOTA EXPLICATIVA - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial do IF Sertão-PE em 2018 apresentou-se da seguinte forma: no Ativo Circulante evidenciam-se valores nas contas de Caixa e Equivalente de Caixa, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo e Estoques, observa-se valor elevado no saldo da conta de estoque, devido principalmente à ausência de baixa, em decorrência da falta de emissão de RMA, da inconsistência nos saldos físicos e contábeis e do atraso na implantação do sistema de controle, no módulo de almoxarifado. No grupo do Imobilizado, constata-se que não houve movimentação na conta de depreciação acumulada de bens móveis, com relação ao exercício de 2017, resultado da dificuldade de conciliação dos saldos das contas contábeis, referentes aos bens, no sistema de controle patrimonial com o SIAFI. Com relação à conta de Bens Imóveis observa-se um aumento no saldo da conta, devido ao registro imobiliário do Campus Santa Maria da Boa Vista no SPIUNET – Sistema de Patrimônio Imóvel da União, e ainda, houve um aumento no saldo do grupo do Intangível, em razão da aquisição de softwares no Campus Petrolina Zona Rural. No passivo verifica-se aumento significativo na conta de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo, devido à contabilização do pagamento dos salários ter ocorrido em janeiro de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - Variações patrimoniais quantitativas

R\$ Milhões

	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	262,67	217,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,19	0,21
Venda de Mercadorias	0,02	0,05
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,17	0,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	250,90	200,71
Transferências Intragovernamentais	234,70	200,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas	16,20	0,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11,41	16,10
Reavaliação de Ativos	0,55	3,39
Ganhos com Incorporação de Ativos	10,84	12,71
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,02	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,16	0,13
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,16	0,13

R\$ Milhões

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	35,19	-8,26
---	--------------	--------------

R\$ Milhões

	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	227,47	225,41
Pessoal e Encargos	131,27	119,99
Remuneração a Pessoal	100,50	91,35
Encargos Patronais	20,73	19,19
Benefícios a Pessoal	9,88	9,35
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,16	0,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8,52	5,39
Aposentadorias e Reformas	8,32	5,39
Pensões	0,21	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25,34	22,18
Uso de Material de Consumo	2,58	1,91
Serviços	22,69	20,19
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,07	0,08
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,01	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	42,94	27,22
Transferências Intragovernamentais	32,14	27,11
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10,80	0,12
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13,45	45,22
Tributárias	0,04	0,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5,91	5,38
Incentivos	5,89	5,36
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,02	0,03

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

NOTA EXPLICATIVA - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As Variações Patrimoniais do IF Sertão-PE dividem-se em Aumentativas e Diminutivas. Dentro das Variações Patrimoniais Aumentativas, encontram-se registradas as Receitas Próprias, onde a maior representatividade está na Receita da Exploração de Bens, Direito e Prestação de Serviços, e ainda, as Transferências Recebidas da Secretaria de Orçamento e Finanças do MEC e a Valorização e Ganhos com Ativos, referente ao registro do *Campus* Santa Maria da Boa Vista no SPIUnet – Sistema de Gestão de Bens Imóveis de uso Especial da União. Nas Variações Diminutivas, estão representadas as operações nas quais diminuem o Patrimônio do órgão, dentre elas evidenciamos o Pagamento de Remuneração a Pessoal, os encargos decorrente deste, os Benefícios a Pessoal, os Serviços Terceirizados prestados à Instituição, as Transferências Financeira Concedidas aos *Campi* – Sub-repasse, a Desincorporação de Ativos, representada expressivamente pela baixa da conta obras em andamento, da obra do *Campus* Santa Maria da Boa Vista, para posterior incorporação no SPIUnet, na conta de Imóveis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades das operações

	R\$ Milhões	
	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	33,94	9,80
INGRESSOS	235,68	201,09
Receitas Derivadas e Originárias	0,20	0,33
Receita Patrimonial	0,06	0,05
Receita Agropecuária	0,02	0,05
Receita de Serviços	0,10	0,10
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,01	0,13
Outros Ingressos das Operações	235,47	200,76
Ingressos Extraorçamentários	0,63	0,19
Transferências Financeiras Recebidas	234,70	200,57
Arrecadação de Outra Unidade	0,14	
DESEMBOLSOS	-201,74	-191,29
Pessoal e Demais Despesas	-148,44	-144,74
Previdência Social	-7,85	-6,96
Educação	-140,56	-137,76
Encargos Especiais	-0,03	-0,02
Transferências Concedidas	-20,53	-19,24
Intragovernamentais	-20,53	-19,24
Outros Desembolsos das Operações	-32,77	-27,31
Dispêndios Extraorçamentários	-0,63	-0,20
Transferências Financeiras Concedidas	-32,14	-27,11

Fluxos de caixa das atividades de investimento

	R\$ Milhões	
	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20,90	-9,95
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-20,90	-9,95
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20,83	-9,86
Outros Desembolsos de Investimentos	-0,07	-0,09

R\$ Milhões

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13,04	-0,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2,95	3,10
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15,99	2,95

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

NOTA EXPLICATIVA - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa das Atividades das Operações do IF Sertão-PE está representado pelos Ingressos e os Desembolsos ocorridos no exercício de 2018. Verifica-se que em 2018 houve um aumento em relação a 2017 nos ingressos de receitas do órgão no percentual de 17,20%. Com relação aos desembolsos verifica-se em 2018 um aumento comparado ao exercício de 2017 no percentual de 5,46 %. Observa-se aumento significativo no Desembolso do Fluxo de Caixa de Investimentos, na Aquisição de Ativo Não Circulante.

BALANÇO FINANCEIRO

R\$ Milhões

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	0,20	0,33	Despesas Orçamentárias	187,00	193,00
Ordinárias	-	0,04	Ordinárias	172,43	46,51
Vinculadas	0,21	0,30	Vinculadas	14,57	146,49
Educação	0,01	0,02	Educação	0,06	137,49
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	0,20	0,29	Seguridade Social (Exceto RGPS)	5,74	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0,01	0,00	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	0,66	0,55
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	8,12	8,44
Transferências Financeiras Recebidas	234,70	200,57	Transferências Financeiras Concedidas	32,14	27,11
Resultantes da Execução Orçamentária	193,93	175,25	Resultantes da Execução Orçamentária	18,84	16,21
Repasse Recebido	175,11	159,17	Repasse Concedido	0,02	0,13
Sub-repasse Recebido	18,82	16,08	Sub-repasse Concedido	18,82	16,08
Independentes da Execução Orçamentária	40,77	25,32	Independentes da Execução Orçamentária	13,31	10,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	35,98	19,29	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8,64	5,44
Demais Transferências Recebidas	4,33	5,41	Demais Transferências Concedidas	4,52	5,41
Movimentação de Saldos Patrimoniais	0,46	0,62	Movimento de Saldos Patrimoniais	0,15	0,05
Recebimentos Extraorçamentários	25,08	32,64	Despesas Extraorçamentárias	27,80	13,58
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	14,81	1,58	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1,91	1,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	9,50	30,87	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25,26	11,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,63	0,19	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,63	0,20
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,14	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	2,95	3,10	Saldo para o Exercício Seguinte	15,99	2,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	2,95	3,10	Caixa e Equivalentes de Caixa	15,99	2,95
TOTAL	262,93	236,64	TOTAL	262,93	236,64

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

NOTA EXPLICATIVA - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro do IF Sertão-PE divide-se em Ingressos e Dispêndios. Com relação aos Ingressos, estão representadas as Receitas Orçamentárias, ou seja, Receitas Próprias e as Transferências Financeiras Recebidas, que são as Resultantes da Execução do Orçamento e aquelas Independentes da Execução Orçamentária. Os Dispêndios resultam das despesas orçamentárias realizadas pelo Instituto no exercício de 2018, pelas Transferências Concedidas aos Campi e ainda pelos pagamentos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados. Houve um aumento de ingressos/dispêndios financeiros na ordem de 11,11%, com relação ao exercício de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ milhões

Especificação	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	114,60	114,60
Ajustes de Exercícios Anteriores	-10,92	-10,92
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	24,39	24,39
Resultado do Exercício	-8,26	-8,26
Saldo Final do Exercício 2017	119,81	119,81

R\$ milhões

Especificação	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	119,81	119,81
Ajustes de Exercícios Anteriores	-11,71	-11,71
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	0,79	0,79
Resultado do Exercício	35,19	35,19
Saldo Final do Exercício 2018	144,09	144,09

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1. Determinação da materialidade das informações

Para determinação dos temas a serem incluídos no relatório de gestão 2018, o IF Sertão-PE optou por focar nas ações de cunho institucional que trouxeram mais impacto junto à sociedade, portanto que entregaram mais valor para o cidadão em curto, médio e longo prazo. Assim, viu-se como adequada a utilização da metodologia proposta pelo Tribunal de Contas da União.

Para tanto foi utilizada a matriz de materialidade disposta na Figura 36, onde, na parte central, está disposto o principal resultado almejado com a atuação do instituto. Nas circunferências são dispostos os principais temas considerados para o alcance deste resultado.



Figura 36 – Matriz de materialidade.

7.1.1 Seleção dos eventos que impedem ou dificultam o alcance dos objetivos

A seleção e a associação dos elementos que afetam negativamente o alcance dos objetivos estratégicos se deram a partir da análise do PAINT 2019, com a escolha dos escores mais elevados, obtidos a partir da análise da gestão quanto ao impacto e probabilidade de ocorrência. A quantidade de eventos foi suficiente para que eles pudessem ser agrupados, com o intuito de sintetizar as informações e viabilizar a construção de um infográfico que pudesse associá-los aos objetivos estratégicos do PDI 2014-2018.

7.1.2 Ações e Indicadores dos resultados da gestão

As principais ações elencadas passaram por uma análise prévia, em que eram estipulados seu nível de impacto no cumprimento dos objetivos estratégicos correspondentes e sua relevância, segundo a gestão.

Entendendo a necessidade de acompanhar a evolução de forma quantitativa, com o intuito de alcançar a missão institucional, alguns indicadores foram utilizados atendendo aos seguintes critérios: utilidade, representatividade, confiabilidade metodológica e de fonte, simplicidade de comunicação e tempestividade. Alguns indicadores já eram previstos no PDI 2014-2018 e na Resolução CONSUP nº 44/2017. No entanto, dada a ausência de representatividade em alguns objetivos estratégicos, foram aproveitados alguns do PDI 2019-2024, que serão utilizados na próxima prestação anual de contas.

7.1.3 Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

A seleção e tratamento das informações utilizadas nesse item levou em consideração, especialmente, a capacidade de comunicação com a sociedade,

tornado-as de fácil compreensão e visualmente mais atrativas. Nesse aspecto, foram elencadas as informações mais relevantes e, em geral, buscando reduzir as casas numéricas utilizando unidades monetárias em milhões de Reais ou em percentuais.

7.1.4 Expectativa

A nova metodologia utilizada para o Relatório de Gestão 2018 é considerada pela instituição como uma evolução na prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle. Além disso, também entende-se como uma evolução no próprio processo de gestão, proporcionando análises mais concretas na busca pela mitigação de problemas estratégicos, apoiando o aprendizado e a tomada de decisão de forma mais proativa.

Entretanto, a evolução deve ser continuada, visto que ainda há diversas lacunas e melhoria a serem realizadas no próprio processo de prestação de contas e no planejamento institucional. Nesse sentido, ainda há a necessidade de aprimorar os indicadores utilizados e os mecanismos de coleta de dados, para que possam dar maior embasamento à tomada de decisões e à elaboração de planos de ação. Além disso, é fundamental que os indicadores permitam a análise temporal, para que as políticas possam ser avaliadas no decorrer do tempo.

7.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Para o acompanhamento das deliberações do TCU, o IF Sertão-PE conta com atenção vigilante da gestão, monitoramento da Unidade de Auditoria Interna e auxílio da Advocacia Geral da União – AGU, para implementação das deliberações do órgão de controle externo, além de consultas sistemáticas ao Sistema Monitor e portal do TCU para verificar possíveis determinações direcionadas a esta autarquia federal. Nesse contexto, trazemos à baila um retrato das principais informações conexas com as atividades desenvolvidas pelo IF Sertão-PE e monitoradas pelo Egrégio Tribunal de Contas da união.

Deliberações feitas pelo TCU em 2018

No tocante às deliberações feitas pelo TCU, a Gestão tomou conhecimento de 2 (dois) Acórdãos com determinações e recomendações do TCU datados do exercício de 2018:

Acórdão 1178/2018 – Plenário, informado ao IF Sertão-PE por meio do Ofício nº 513/2018/TCU;

Acórdão 2512/2018 – Plenário, informado ao IF Sertão-PE por meio do Ofício nº 003/2019/TCU (DE 21/01/2019).

Quanto ao Acórdão 1178/2018, as recomendações giram em torno das fundações de apoio. Entretanto, a Fundação de apoio do IF Sertão-PE encontra-se inativa, tendo sido realizadas diligências no sentido de publicizar esta informação por meio de link disponível no endereço eletrônico desse Instituto. Desta feita, estando a fundação inativa, são inaplicáveis, por ora, as recomendações constantes no referido acórdão.

No que concerne ao Acórdão 2512/2018, como é possível observar, o mesmo foi informado à gestão de maneira formal por meio de Ofício emitido apenas no ano corrente, de forma que as recomendações nele constantes e direcionadas ao IF Sertão-PE serão implementadas no ano de 2019.

Determinações e recomendações pendentes de atendimento

Recomendação 9.3.9

Elaborar planejamento de suas ações de segurança da informação, em consonância com o disposto no item 3.1 da Norma Complementar 2/IN01/DSIC/GSIPR, na ABNT NBR ISO/IEC 27.001:2013, item 6, e no Cobit 5, Prática de Gestão APO 13.2 – Define and manage na information security risk treatment plan (Definir e gerenciar um plano de gestão de riscos de segurança da informação – tradução livre)

Providências adotadas: O Comitê Gestor de Segurança da Informação está elaborando o planejamento referente ao exercício 2019.

Recomendação 9.10.1

Falta de divulgação do inteiro teor de seus contratos e respectivos aditivos, identificada em seu sítio na internet, o que afronta o disposto na Lei 12.527/2011, art. 3º, incisos I, II, III, IV e V;

Providências adotadas: Foi construído pela Diretoria de licitações conjuntamente com a Coordenação de Contratos, um cronograma para atendimento da recomendação. Atendendo a este, os campi de Floresta, Ouricuri, Petrolina Zona Rural, Salgueiro, Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista, além da reitoria já estão divulgando seus atos licitatórios, referentes a 2018, na página do IF Sertão-PE.

Quanto à divulgação dos contratos e termos aditivos, esta foi iniciada pela Reitoria, através da Coordenação de Contratos, a partir de 2018. Como não foi concluído, serão retomadas as ações para a realização da divulgação do restante dos contratos e termos aditivos de 2018 e anos anteriores da Reitoria, como também providenciando a divulgação dos contratos de todas as unidades do instituto.

Importa apresentar justificativa quanto a não implementação das Recomendações 9.10.3 e 9.10.4, pelo mesmo motivo a seguir aduzido:

Recomendação 9.10.3

Ausência de controle de acesso às suas informações sigilosas, bem como de sua divulgação, o que afronta o disposto no art. 25 da Lei 12.527/2011;

Recomendação 9.10.4

Ausência de um processo de classificação de informações, o que prejudica o estabelecimento de controles de acesso a informações sigilosas, bem como a disponibilização de informações públicas, em afronta ao disposto nos artigos 8º, caput, e 25 da Lei 12.527/2011.

Justificativa: De acordo com parecer da Coordenação de Arquivo e Protocolo da Reitoria do IF Sertão-PE, o Instituto não possui informações que demonstrem necessidade de classificação ou desclassificação quanto aos graus de sigilo, definidos nos artigos 23 e 24 da Lei nº 12.527/2011.

7.3. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Relativamente ao acompanhamento das recomendações da CGU, é relevante esclarecer que se trata de um trabalho contínuo e compartilhado, haja vista que tanto os setores objeto de avaliação realizam esse monitoramento como também a equipe de auditores internos do IF Sertão-PE questiona os setores acerca das providências concretizadas para atender as recomendações da CGU. São compartilhadas planilhas para auxiliar na verificação de datas, recomendações, providências e planejamento para as ações que serão adotadas.

Nesse diapasão, o Sistema Monitor, disponibilizado pela própria CGU, contribui de forma significativa para externar quais determinações ainda estão pendentes, quais as novas orientações, bem como quais as medidas que foram consideradas atendidas pela CGU.

No exercício de 2018 o IF Sertão-PE recebeu 18 (dezoito) recomendações. Destas, 01 (uma) foi considerada atendida, 15 (quinze) estão em monitoramento e 02 (duas) foram consolidadas (agrupadas com outras recomendações de conteúdos idênticos). Ressalte-se que destas 15 (quinze) recomendações que estão em monitoramento, 4 (quatro) foram respondidas mas estão aguardando posicionamento da CGU e 04 (quatro) estão com prazo para atendimento em aberto até a emissão deste Relatório de Gestão.

Quanto ao total de Recomendações respondidas no exercício 2018, as quais estavam pendentes no Sistema Monitor, o IF Sertão-PE respondeu 96 (noventa e seis) recomendações.

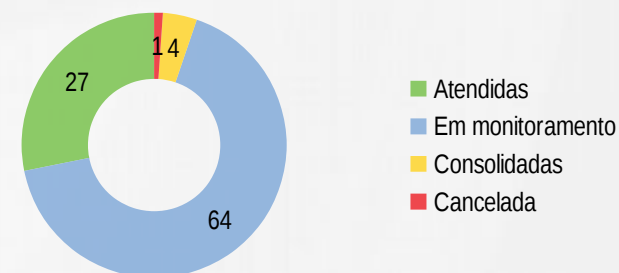


Figura 37 – Recomendações da CGU pelo sistema Monitor.

7.4 Indicadores do Acórdão nº 2.267/2005 - TCU/Plenário

Muitos dos indicadores determinados pelo TCU são apresentados ao longo desse Relatório de Gestão, como mostra o quadro abaixo.

Referência dos indicadores do TCU no Relatório de Gestão

Indicador	Referência	Página
Gasto corrente por aluno (GCA)	Gráfico “gasto corrente por aluno”	27
Titulação do corpo docente (TCD)	Gráfico “índice de titulação do corpo docente”	31
Relação de candidatos por vaga (RCV)	Gráfico “inscritos por vaga”	45
Eficiência acadêmica de concluintes (EAC)	Gráfico “índice de eficiência da instituição”	51
Índice de retenção do fluxo escolar (RFE)	Gráfico “índice de retenção do ciclo escolar”	51
Gastos com outros custeios (GOC)	Figura 22 - Despesa por elemento de despesa – outras despesas correntes	55
Gastos com investimentos (GCI)	Figura 23 - Despesa por elemento de despesa – investimento	55
Gasto com pessoal (GCP)	Figura 31 - Evolução das despesas com pessoal	58

Além desses indicadores, os demais presentes no referido acórdão, são apresentados a seguir.

A relação de ingressos por matrícula atendida, na Figura 38, mede a capacidade de renovação do quadro discente.

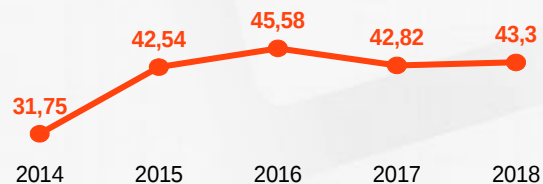


Figura 38 – Relação de ingressos por matrícula atendida (RIM)

A relação concluintes por matrícula atendida, mostrada na Figura 39, mede a capacidade de alcançar êxito escolar.

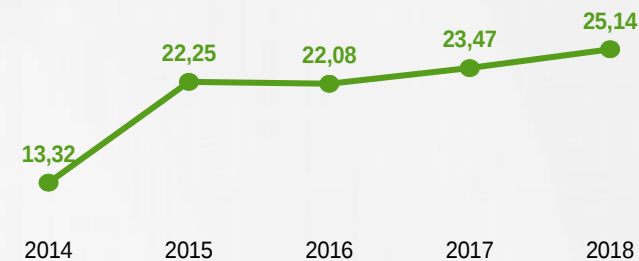


Figura 39 – Relação de concluintes por matrícula atendida (RCM)

A relação matrícula por professor, apresentada na Figura 40, é um indicador de esforço docente.

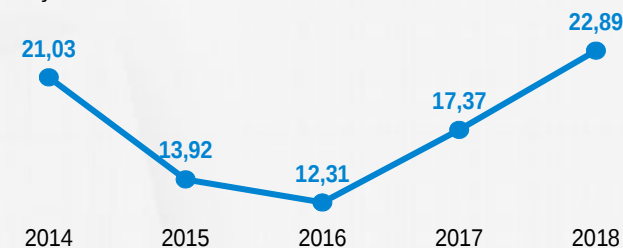


Figura 40 – Relação matrícula por professor (RAP)

A Figura 41 mostra a distribuição dos discentes do IF Sertão-PE segundo sua renda familiar *per capita*, em salários mínimos.

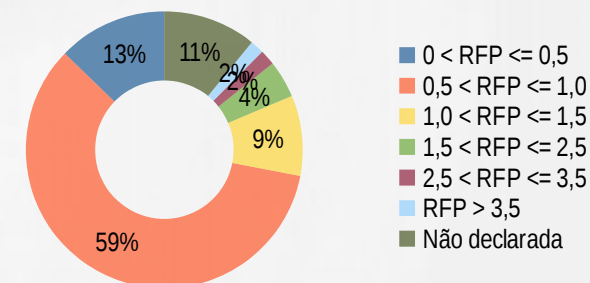


Figura 41 – Matriculados de acordo com a renda familiar *per capita* (RFP), em salários mínimos.

APÊNDICE A – Índices utilizados nos Resultados da Gestão

➔ Índice de eficácia do PDTIC

É a média aritmética dos percentuais de cumprimento das metas do PDTIC.

$$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$$

➔ Índice de infraestrutura física

É a média ponderada dos percentuais de execução das obras “*x_i*” pelos respectivos orçamentos “*p_i*”.

$$\frac{\sum_{i=1}^n x_i * p_i}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

➔ Índice de titulação do corpo docente (Acórdão TCU nº 2.267/2005)

$$\frac{DG * 1 + DA * 2 + DE * 3 + DM * 4 + DD * 5}{DG + DA + DE + DM + DD}$$

Onde DG = nº de docentes com graduação; DA = nº de docentes com aperfeiçoamento; DE = nº de docentes com especialização; DM = nº de docentes com mestrado; e DD = nº de docentes com doutorado.

➔ Índice de titulação do corpo técnico-administrativo

$$\frac{EFi * 0,25 + EF * 0,5 + EM * 1 + G * 2 + E * 3 + M * 4 + D * 5}{EFi + EF + EM + G + E + M + D}$$

Onde EFi = nº de TAEs com ensino fundamental incompleto; EF = nº de TAEs com ensino fundamental completo; EM = nº de TAEs com ensino médio completo; G = nº de TAEs com graduação; E = nº de TAEs com especialização; M = nº de TAEs com mestrado; e D = nº de TAEs com doutorado.

➔ Variação do custo fixo per capita

Índice de eficiência que mede o crescimento anual do custo fixo por pessoa.

$$\left(\frac{ad}{bc} - 1 \right) * 100$$

Onde “a” = custos fixos do ano corrente; “b” = nº total de servidores e alunos do ano corrente; “c” = custos fixos do ano anterior; e “d” = nº total de servidores e alunos do ano anterior.

➔ Índice de aperfeiçoamento da utilização documental

É a média aritmética das notas das respostas do formulário do ANEXO A, podendo ser no mínimo 1 e no máximo 5.

$$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$$

➔ Índice de publicação geral - PubD

Mede a produção científica, cultural e tecnológica dos docentes, estimada a partir de seus Currículos na Plataforma Lattes do CNPq.

$$\frac{7 * Na + 7 * NI + 6 * Nt}{20 * D}$$

Onde Na = número de artigos publicados periódicos indexados; NI = número de trabalhos publicados em eventos científicos (completo, resumos expandidos e simples); Nt = números de livros publicados; e D = número total de docentes da instituição.

➔ (Índice de) matrículas equivalentes em cursos técnicos (Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018)

Mede a quantidade relativa de matrículas equivalentes em cursos técnicos de nível médio.

$$\frac{\text{nº de matrículas equivalentes em cursos técnicos de nível médio}}{\text{nº de matrículas equivalentes totais}} * 100$$

➔ **(Índice de) matrículas equivalentes em licenciaturas (Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018)**

Mede a quantidade relativa de matrículas equivalentes em cursos de formação de professores, inclusive licenciatura.

$$\frac{\text{n}^\circ \text{ de matrículas equivalentes em licenciaturas}}{\text{n}^\circ \text{ de matrículas equivalentes totais}} * 100$$

➔ **(Índice de) matrículas equivalentes no Proeja (Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018)**

Mede a quantidade relativa de matrículas equivalentes em cursos do Proeja.

$$\frac{\text{n}^\circ \text{ de matrículas equivalentes em cursos do Proeja}}{\text{n}^\circ \text{ de matrículas equivalentes totais}} * 100$$

➔ **Índice geral de cursos superiores – IGC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP)**

Mede a qualidade dos cursos da instituição.

$$\alpha * G_{IES} + \beta * M_{IES} + \gamma * D_{IES}$$

Onde α = proporção de matrículas nos cursos de graduação da IES; G_{IES} = nota média de graduação da IES; β = proporção de matrículas nos cursos de mestrado da IES; M_{IES} = nota média de mestrado da IES; γ = proporção de matrículas nos cursos de doutorado da IES; e D_{IES} = nota média de doutorado da IES.

➔ **Taxa de evasão (Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018)**

Mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas.

$$\frac{\text{n}^\circ \text{ de evadidos}}{\text{n}^\circ \text{ de matrículas totais}} * 100$$

➔ **Índice de retenção no ciclo escolar (Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018)**

Mede o percentual de retidos em um ciclo de matrícula.

$$\frac{\text{n}^\circ \text{ de retidos no ciclo}}{\text{n}^\circ \text{ de matrículas no ciclo}} * 100$$

➔ **Índice de eficiência acadêmica (Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela portaria MEC nº 1/2018)**

Mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso.

$$\left[CCiclo + \left(\frac{CCiclo}{CCiclo + ECiclo} \right) * RCiclo \right] * 100$$

Onde $Ciclo$ = conclusão no ciclo; $ECiclo$ = evasão no ciclo; e $RCiclo$ = retenção no ciclo.

ANEXO A – Formulário para o cálculo do Índice de aperfeiçoamento da utilização documental

1. Atendimento à Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 7 de outubro de 2015 (define os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal).

- a) Atende totalmente
- b) Atende parcialmente
- c) Não atende

2. Atendimento à Portaria Interministerial nº 2.320, de 30 de dezembro de 2014 (institui o Sistema Protocolo Integrado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal).

- a) Atende totalmente
- b) Atende parcialmente
- c) Não atende

3. Atendimento à Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014, que define os procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo – NUP no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências.

- a) Atende totalmente
- b) Atende parcialmente
- c) Não atende

4. Existência de protocolo central e/ou protocolo(s) setorial (ais).

- a) Possui e está em funcionamento
- b) Possui mas não está em funcionamento
- c) Não possui

5. Existência de unidades protocolizadoras.

- a) Possui e está em funcionamento
- b) Possui mas não está em funcionamento
- c) Não possui

6. Controla o recebimento, a tramitação e a expedição de documentos.

- a) Sim
- b) Não

7. Atendimento ao Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 (dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

- a) Atende totalmente
- b) Atende parcialmente
- c) Não atende

8. Atendimento da Portaria Normativa / SGP Nº 9, de 01 de agosto de 2018 (Cria o Assentamento Funcional Digital - AFD no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC).

- a) Atende totalmente
- b) Atende parcialmente
- c) Não atende

9. Instituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)

- a) Possui e está em funcionamento
- b) Possui mas não está em funcionamento
- c) Não possui

10. Instituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADs)

- a) Possui e está em funcionamento
- b) Possui mas não está em funcionamento
- c) Não possui

11. Classifica, organiza e avalia a documentação com base na Resolução nº 14 do CONARQ (Atividades Meio), Portaria AN nº 92 de 23 de setembro de 2011 e Portaria MEC nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013 (Atividades Fim).

- a) Sim
- b) Não

12. Existência de documentação em qualquer suporte, acumulados e sem tratamento técnico (massa documental acumulada).

- a) Existe
- b) Não existe

13. Existência de política de gestão de documentos definida, que contempla a produção, o arquivamento, a preservação e a segurança dos documentos arquivísticos.

- a) Existe
- b) Não existe

14. Existência de normativas relacionadas a gestão documental

- a) Atendem completamente as necessidades da instituição e exigências legais
- b) Atendem satisfatoriamente as necessidades da instituição e exigências legais
- c) Atendem insatisfatoriamente as necessidades da instituição e exigências legais
- d) Não atendem as necessidades da instituição e exigências legais

15. Existência de normas internas orientado os procedimentos de eliminação de documentos.

- a) Existe
- b) Não existe

16. Elimina documentos de acordo com os procedimentos recomendados pelo CONARQ e AN.

- a) Sim
- b) Não

17. Existência de setores de arquivo institucionalizados.

- a) Existe
- b) Não existe

18. Adequação da infraestrutura física para as atividades de gestão documental

- a) Atendem completamente as necessidades da instituição
- b) Atendem satisfatoriamente as necessidades da instituição
- c) Atendem insatisfatoriamente as necessidades da instituição
- d) Não atendem as necessidades da instituição

19. Adequação de materiais de expediente e permanentes para as atividades de gestão documental

- a) Atendem completamente as necessidades da instituição
- b) Atendem satisfatoriamente as necessidades da instituição
- c) Atendem insatisfatoriamente as necessidades da instituição
- d) Não atendem as necessidades da instituição

20. Adequação de pessoal para as atividades de gestão documental

- a) Atendem completamente as necessidades da instituição
- b) Atendem satisfatoriamente as necessidades da instituição
- c) Atendem insatisfatoriamente as necessidades da instituição
- d) Não atendem as necessidades da instituição

21. Existência de sistema informatizado que apoie o desenvolvimento das atividades de protocolo.

- a) Atendem completamente as necessidades da instituição
- b) Atendem satisfatoriamente as necessidades da instituição
- c) Atendem insatisfatoriamente as necessidades da instituição
- d) Não atendem as necessidades da instituição

22. Existência de sistema informatizado que apoie o desenvolvimento das atividades de gestão de documentos (SIGAD)

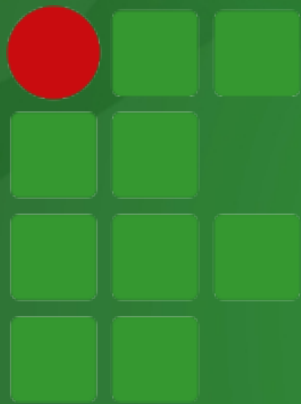
- a) Atendem completamente as necessidades da instituição
- b) Atendem satisfatoriamente as necessidades da instituição
- c) Atendem insatisfatoriamente as necessidades da instituição
- d) Não atendem as necessidades da instituição

23. Existência de Política de Preservação Digital definida

- a) Existe
- b) Não existe

24. Existência de rotinas de capacitação sistemática dos servidores que atual nas atividades relacionadas à gestão de documentos.


- a) Existe
- b) Não existe



INSTITUTO FEDERAL


Sertão Pernambucano

Uma Instituição Pública e de Qualidade.

 www.ifsertao-pe.edu.br

 [/IFsertaoPE](https://www.facebook.com/IFsertaoPE)

 [@IFsertaoPE](https://twitter.com/IFsertaoPE)

 [/IFsertaoOFICIAL](https://www.youtube.com/IFsertaoOFICIAL)